



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

THIAGO LUIZ RAGUGNETTI FURLANETO

**PRODUÇÃO DE ALIMENTOS PARA AUTOCONSUMO E
GERAÇÃO DE RENDA EM UM ASSENTAMENTO RURAL DE
ORGANIZAÇÃO COLETIVA: A EXPERIÊNCIA DA COPAVI -
PARANÁ**

Londrina
2010

THIAGO LUIZ RAGUGNETTI FURLANETO

**PRODUÇÃO DE ALIMENTOS PARA AUTOCONSUMO E
GERAÇÃO DE RENDA EM UM ASSENTAMENTO RURAL DE
ORGANIZAÇÃO COLETIVA: A EXPERIÊNCIA DA COPAVI –
PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agronomia da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Agronomia.

Orientadora: Prof.^a Dra.Cristiane de Conti Medina

Co- Orientador: Me. Dimas Soares Junior

Londrina
2010

**Catlogação elaborada pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da
Universidade Estadual de Londrina.**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

F985p Furlaneto, Thiago Luiz Ragugnetti.
Produção de alimentos para autoconsumo e geração de renda em um assentamento rural de organização coletiva : a experiência da COPAVI-Paraná / Thiago Luiz Ragugnetti Furlaneto. – Londrina, 2010.
163 f. : il.

Orientador: Cristiane de Conti Medina.
Co-orientador: Dimas Soares Junior.

Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Agronomia, 2010.
Inclui bibliografia.

1. Agricultura familiar – Teses. 2. Assentamentos rurais – Teses. 3. Cooperativas agrícolas – Teses. 4. Alimentos – Autoconsumo – Teses. 5. Segurança alimentar – Teses. 6. Parceria (Produção agrícola) – Teses. I. Medina, Cristiane de Conti. II. Soares Junior, Dimas. III. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Agrárias. Programa de Pós-Graduação em Agronomia. IV. Título.

CDU 631

THIAGO LUIZ RAGUGNETTI FURLANETO

**PRODUÇÃO DE ALIMENTOS PARA AUTOCONSUMO E GERAÇÃO
DE RENDA EM UM ASSENTAMENTO RURAL DE ORGANIZAÇÃO
COLETIVA: A EXPERIÊNCIA DA COPAVI - PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agronomia da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Agronomia.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Cristiane de Conti Medina
UEL – Londrina – PR

Prof. Dr. Luiz Antonio Cabello Norder
UFSCAR

Prof. Dr. Rodne de Oliveira Lima
UEL – Londrina – PR

Prof. Dr. Oswaldo Calzavara
UEL – Londrina – PR

Londrina, 01 de julho de 2010.

***[...] mas o solo é de fertilidade no
jardim dos animais em jejum [...]***

Zé Ramalho - Jardim das acácias

DEDICATÓRIA

Aos alicerces desta mente e corpo: pai, mãe,
família.

Aos companheiros da COPAVI, pela
camaradagem e ensinamentos.

AGRADECIMENTOS

Ao companheiro do IAPAR, Dimas Soares Junior, pelo incentivo, ensinamentos e amizade.

À professora Cristiane de Conti Medina, por me permitir conduzir o mestrado em plena liberdade; fator decisivo para que eu chegasse ao tema-problema deste estudo.

Aos professores Luiz Antônio Cabello Norder e Maria de Fátima Guimarães, pelos conselhos e apoio.

Ao professor Oswaldo Calzavara, por me fazer acreditar, ainda durante os tempos de graduação, frente as ondas de “oportunidades” do agronegócio, que era possível e necessária a existência de profissionais da agronomia que tivessem uma visão “mais social” da agricultura.

Ao irmão recém descoberto, Ernesto Lema. Grato pelo companheirismo, pela camaradagem...nos revemos em breve!

À colega Daniela Calza, por me reaperceber a relevância do autoconsumo, pela troca de informações e conhecimentos; e, especialmente, por intermediar e participar ativamente da factibilização do estudo na COPAVI.

Ao camarada Catalão, por me hospedar em sua casa durante a realização das pesquisas de campo, pela camaradagem.

A todas as Marias desta vida, em especial, a de luz. João lhe agradece por sua imprescindível chegada e, não menos necessária, partida.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo apoio financeiro imprescindível para a realização deste estudo.

FURLANETO, Thiago Luiz Ragugnetti. **Produção de alimentos para autoconsumo e geração de renda em um assentamento rural de organização coletiva: a experiência da COPAVI**. 2010. 163 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

RESUMO

O autoconsumo de alimentos desempenha papel estratégico na reprodução social dos agricultores de base familiar, sendo considerado por muitos estudiosos do tema, fonte de segurança alimentar, ao permitir que as famílias mantenham sob “maior controle” ou “conduzam com maior autonomia”, suas alimentações. Entretanto, mesmo diante disto, a prática do autoconsumo vem perdendo espaço no campo, sendo inúmeros os fatores responsáveis por este fenômeno; certo é, que, a mercantilização da agricultura e do mundo rural está no cerne da questão. Neste contexto da inserção dos agricultores familiares aos mercados e da penetração das relações capitalistas no campo, as unidades familiares passam a priorizar os “cultivos comerciais” em detrimento da produção de autoconsumo; sendo que, os recursos produtivos passam a ser reorganizados em função dos cultivos comerciais. O presente estudo teve a oportunidade de se deparar com uma situação que, em parte, valida o exposto. No assentamento Santa Maria, de organização coletiva, está sediada a Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória Ltda. (COPAVI), considerada modelo de reforma agrária pelo MST e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. No início de sua atividade, em 1993, à produção de gêneros alimentícios para o autoconsumo dos sócios norteava as atividades da cooperativa. O acesso às primeiras linhas de crédito oficial permitiu que fossem realizados investimentos na estrutura produtiva da cooperativa, para que os cooperados pudessem agroindustrializar a cana e o leite. As atividades da produção de alimentos para o autoconsumo passaram a ficar em segundo plano, resultando em queda no desempenho produtivo, tanto no que se refere a quantidade quanto diversidade; gerando preocupação em parte dos assentados. Considerando a relevância do tema e as preocupações dos assentados, foram elaborados dois estudos sobre autoconsumo. O primeiro deles traz uma pesquisa referente à percepção de assentados da COPAVI em relação à produção de alimentos para o autoconsumo, no sentido de abordar os “papéis” ou relevâncias desta. Para tanto, o estudo foi conduzido com a realização de entrevistas que se apoiaram em um roteiro de perguntas (questionário semi-estruturado). Os resultados indicam que, na visão dos considerados, os dois principais motivos para produzir os alimentos a serem consumidos são a possibilidade do cultivo o sem o uso de agrotóxicos (ou de ser agroecológico) e da redução dos gastos monetários com a alimentação. Já o segundo artigo apresenta um levantamento da situação atual da produção alimentos para autoconsumo na COPAVI. Esta pesquisa foi norteada por levantamentos de campo e de bibliografia, além de entrevistas com assentados de diferentes postos de trabalho da cooperativa. Os resultados apontaram, entre outras coisas: que a produção de hortaliças no assentamento encontra-se em seu momento mais crítico desde a fase de acampamento; que o pomar de cítricos encontra-se praticamente abandonado; que o não cultivo de feijão é motivo de preocupação; e principalmente, que o maior dispêndio monetário com a compra de alimentos se refere à carne de frango (fato que leva os cooperados a estudarem a implantação de um novo galinheiro nas instalações da cooperativa).

Palavras-chave: Cooperativas de reforma agrária. Agricultura familiar. MST. Autoconsumo.

FURLANETO, Thiago Luiz Ragugnetti. **Food production for home consumption and income generation in a rural collective organization: the experience of COPAVI (Parana, Brazil)**. 2010. 163 f. Dissertation (Master's Degree in Agronomy) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

ABSTRACT

Food production for home consumption plays a strategic role in the social reproduction of families based on farming, as it enables them to maintain greater control of one of the most important dimensions for their existence: eating. However, nevertheless its important role, the practice of self-consumption has been losing ground in the countryside. There are many factors responsible for this phenomenon, but, at the heart of the matter is the commercialization of agriculture and of the rural world. In this context the inclusion of family farmers to markets and the penetration of capitalist relations in the countryside, the family units start to prioritize the "cash crops" in detriment of production for own consumption. So, the productive resources are reorganized according to the cash crop. The present study had the opportunity to see a situation which partly validates this. Santa Maria is a settlement of collective organization and the headquarter of the Victoria Agricultural Production Cooperative Ltda. (COPAVI), and considered a model of agrarian reform by the MST and the National Institute of Colonization and Agrarian Reform. At the beginning of its activity in 1993, the food production for consumption guided the activities of members of the cooperative. The access to official credit allowed the investment in the productive structure of the cooperative. The activities of food production for consumption began to be left in the background, resulting in a drop in performance, both in quantity and diversity, generating concern in some of the settlers. Considering the importance of the issue and the concerns of the settlers, there were prepared two studies on self-consumption. The first one is a survey on the perception of the settlers of COPAVI in relation to the food production for consumption, in order to show the "roles" or relevance of it. Thus, the study was conducted with interviews that relied on a list of questions (semi-structured questionnaire). The results indicate that, according to them, the two main reasons to produce food for self-consumption are the possibility of farming without the use of pesticides (or being agro ecological) and the reduction of money spent on food. The second article presents a survey of the current situation of food production for self consumption in COPAVI. This research was guided by field surveys and literature, plus interviews with settlers from different jobs in the cooperative. The results showed, among other things, that the production of vegetables in the settlement is at its most critical phase (mainly due to lack of planning), the citrus orchard is almost abandoned (and for this reason the cooperative plans to implement a new system), the non-production of beans is a concern (unlike the feeling of indifference by the lack of rice production) and, especially, the biggest amount of money is spent with the purchase of chicken (a fact that leads the cooperative to examine the implementation of a new chicken house on the premises of the cooperative).

Key words: Cooperative of land reform. Family farm. MST. Autoconsumption or self consumption.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	– Áreas (ha) das atividades produtivas da COPAVI, setembro de 2009	55
Quadro 2	– Receitas de atividades/setores produtivos da COPAVI, total e relativa (%), período de 2007 a 2010.	59
 ARTIGO B		
Quadro 1	– Distribuição da mão-de-obra dos cooperados nas atividades.	96
Quadro 2	– Preço médio nominal (R\$) e quantidade (Kg) de refeição servida no refeitório comunitário da COPAVI.	98
Quadro 3	– Alimentos mais custosos da lista de produtos comprados pela Cooperativa para uso no refeitório comunitário (período 2001-2006).	99
Quadro 4	– Receitas de atividades/setores produtivos da COPAVI, total e relativa (%), período de 2007 a 2010.	109
Quadro 5	– Descrição do rebanho bovino da COPAVI, maio de 2010.	122

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	REVISÃO DE LITERATURA	17
2.1	A REFORMA AGRÁRIA COMO PROPOSTA PARA A SUPERAÇÃO DE DESIGUALDADES	18
2.1.1	Considerações Históricas sobre a Questão Agrária no Brasil	18
2.1.2	Considerações sobre a Reforma Agrária.....	22
2.2	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA	26
2.2.1	Formação Histórica e Lutas Atuais	26
2.2.2	A Cooperação Agrícola no MST	29
2.3	O AUTOCONSUMO COMO ESTRATÉGIA PARA A VIABILIZAÇÃO DA SEGURANÇA E DA SOBERANIA ALIMENTAR.....	33
2.3.1	Segurança Alimentar, Reforma Agrária e Autoconsumo	33
2.3.2	Considerações Teóricas sobre o Autoconsumo	42
2.3.3	Soberania Alimentar Versus Segurança Alimentar.....	47
2.4	O ASSENTAMENTO SANTA MARIA E A COPAVI.....	50
3	ARTIGO A: PERCEPÇÃO DE ASSENTADOS PARA COM A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS PARA AUTOCONSUMO EM UM ASSENTAMENTO RURAL DE ORGANIZAÇÃO COLETIVA	61
3.1	INTRODUÇÃO.....	62
3.2	MATERIAL E MÉTODOS.....	65
3.3	RESULTADOS E DISCUSSÃO.	68
3.3.1	Percepção dos Entrevistados em Relação aos Papéis do Autoconsumo.....	68
3.3.2	Preferências Alimentares.....	75
3.3.3	Percepção de Pioneiros sobre a Situação Atual do Autoconsumo.....	77
3.4	CONCLUSÕES.	81
3.5	REFERÊNCIAS.	82
3.6	ANEXOS	84

4	ARTIGO B: PRODUÇÃO DE ALIMENTOS PARA AUTOCONSUMO EM UM ASSENTAMENTO RURAL DE ORGANIZAÇÃO COLETIVA: A EXPERIÊNCIA DA COPAVI	87
4.1	INTRODUÇÃO.....	89
4.2	MATERIAL E MÉTODOS.....	92
4.3	RESULTADOS E DISCUSSÃO.	97
4.3.1	Refeitório Comunitário e Padaria.....	97
4.3.2	Produção Vegetal.	104
4.3.2.1	Horta	104
4.3.2.2	Pomar.....	112
4.3.2.3	Produtos da lavoura	115
4.3.3	Produção Animal.	118
4.3.3.1	Suínos	118
4.3.3.2	Aves	119
4.3.4	Setor Leite.	120
4.4	CONCLUSÕES.	124
4.5	REFERÊNCIAS.	127
4.6	ANEXOS	130
4.7	APÊNDICES.....	131
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
	REFERÊNCIAS	138
	ANEXOS	150
	ANEXO A – Estatuto da COPAVI.....	151
	ANEXO B – Fotos da COPAVI.....	157

1 INTRODUÇÃO

Um dos maiores desafios enfrentados pela humanidade é a superação da fome, que afeta considerável parcela da população mundial. Estimativas da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) apontavam que, em 2009, mais de um bilhão de pessoas, ou ainda, um em cada seis seres humanos, passariam fome; um recorde histórico (FAO, 2009). Neste contexto, aumentam as discussões no cenário político internacional acerca da segurança alimentar. Segundo a FAO (1996), a mesma é alcançada quando todas as pessoas, em todos os momentos, têm acesso físico e econômico à comida nutritiva e segura, em quantidade suficiente e adequada às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável.

Diversos são os fatores associados à insegurança alimentar. Até a década de 1970, ela era costumeiramente associada à capacidade de produção de alimentos. Durante a primeira Conferência Mundial de Segurança Alimentar, promovida pela FAO em 1974, em um momento em que os estoques mundiais de alimentos estavam baixos, com quebras de safra em importantes países produtores, acreditava-se que a fome era um problema relacionado à baixa disponibilidade de alimentos no globo terrestre. Entretanto, a produção mundial se recuperou ainda na década de 1970, e nem por isto a fome deixou de atingir parcela considerável da população mundial (MALUF; MENEZES, 2000).

Tornou-se então ainda mais evidente que o problema da fome não se devia à baixa disponibilidade de alimentos, mas sim à pobreza de grande parte da população mundial; pobreza que limitava ou impedia o acesso à alimentação. Segundo a FAO, “não existe escassez de comida para aqueles que se podem permitir comprá-la” (FAO, 2000, p.21). O caminho para a superação desta pobreza passa pela elaboração e operacionalização de políticas que favoreçam a desconcentração e a redistribuição da renda e da riqueza. Entre as alternativas consideradas mais viáveis e eficazes para promover tal desconcentração, encontra-se a reforma agrária. Além desta acarretar na geração de empregos e na redistribuição da renda e da riqueza, ainda pode favorecer o aumento na disponibilização de alimentos no mercado interno, tanto no que se refere à quantidade quanto à diversidade; além de poder proporcionar a conquista da

alimentação e de melhores condições de vida para significativa parcela da população rural (NORDER, 1997).

Atualmente, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um dos principais movimentos sociais da América Latina na luta pela reforma agrária. Em seu discurso político atual, o Movimento acredita que a reforma agrária deve priorizar “a organização da produção de alimentos, saudáveis, para todo o povo brasileiro”, em direção a soberania alimentar. Para o MST, esta é a liberdade dos povos e dos países em definirem suas próprias políticas e estratégias de produção de alimentos destinados ao abastecimento de suas populações (MST, 2007, p.90). Esta definição surgiu em resposta ao fato de que agentes do agronegócio globalizado se articularam e se apropriaram do conceito de segurança alimentar, adaptando-o às suas necessidades (GONÇALVES, 2008).

No contexto da soberania alimentar, a produção de alimentos para o consumo doméstico das famílias de assentados torna-se uma prática fundamental. No presente estudo, tal produção é apresentada como autoconsumo, sendo este entendido como a parcela da produção agropecuária realizada no estabelecimento e destinada ao consumo alimentar dos membros da família, especialmente no que se refere à pequenos pomares, hortas e criação de animais para o fornecimento de produtos alimentícios (de acordo com a definição adotada por Dombek, Tereso e Bergamasco (2006) em recente estudo sobre a segurança alimentar em assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema (SP)).

Conforme Maluf¹ e Gadelha (2008), “a produção de alimentos para autoconsumo constitui elemento-chave para o acesso a uma alimentação segura – em face das flutuações da renda monetária própria da atividade agrícola – e, também, a alimentos saudáveis oriundos de cultivos onde, raramente, são aplicados agrotóxicos”. Neste sentido, o MST orienta seus “companheiros de luta” de que “[...] é necessário a organização do planejamento da produção, orientado para satisfazer as necessidades básicas de auto-consumo das comunidades. É possível, é viável e necessário produzir uma variedade de produtos alimentares, tanto de origem animal como vegetal, nas terras conquistadas, de forma que assegure o suprimento da maioria das necessidades básicas. O sentido primeiro da reforma agrária é a produção com fartura de alimentos [...] **Assegurar nas comunidades a produção**

¹ Cabe lembrar que o referido é presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA).

da maioria dos alimentos para o auto-consumo constitui-se como elemento central da soberania alimentar e da autonomia camponesa” (MST, 2009, p.45, destaque nosso).

O autoconsumo desempenha papel estratégico na reprodução social dos agricultor de base familiar, na medida em que permite ao mesmo manter sob “maior controle”, uma condição essencial a sua existência: a alimentação. Produzir o alimento a ser consumido gera ou fortalece a autonomia das famílias sobre seus processos de produção e reprodução social, pois possibilita a alimentação sem processos de intermediação (GAZOLLA, 2004), reduzindo a vulnerabilidade das famílias em relação à insegurança alimentar; permite a obtenção de renda monetária através da comercialização do excedente que não é consumido, trocado ou reaproveitado na unidade produtiva (por conta da *alternatividade*² dos alimentos produzidos, descrita por Garcia Junior (1983)); promove a economia de parte do dinheiro gasto na alimentação, uma vez que, quando a unidade familiar produz seus próprios alimentos, ela deixa de gastar parte do seu recurso monetário no mercado (em direção ao que Lovisolo (1989) definiu por *economização*). Além destes papéis, o autoconsumo ainda estimula a sociabilidade entre famílias através de circuitos de trocas/doações de alimentos e permite ao agricultor, enquanto consumidor, conhecer a origem ou procedência (ao menos em parte) do que come; sendo, ainda, símbolo ou identidade histórica da cultura de camponeses e agricultores de base familiar.

Entretanto, mesmo diante destes relevantes papéis, a prática do autoconsumo vem perdendo espaço no campo, sendo inúmeros os fatores responsáveis por este fenômeno. O estudo de Anjos, Caldas e Hirai (2009, p.15) indica³ que “a intensificação, a especialização produtiva e a mercantilização da agricultura e do mundo rural, conjuntamente, conspiram para um cenário marcado pelo esvaziamento das práticas de autoconsumo”. Kathounian (2001, p.77) acredita

² Para o autor, alguns cultivos permitem tanto o autoconsumo quanto a venda, de acordo com a demanda da família, preço no mercado e perecibilidade do produto. “A *alternatividade* das “lavouras de subsistência”, entre ser vendida ou autoconsumida, permite atuar diante das flutuações dos preços de mercado de forma a maximizar as chances de se atender aos requisitos do consumo familiar” (GARCIA JÚNIOR, 1983, p.129).

³ Evidentemente que o fenômeno da redução das práticas do autoconsumo não pode ser explicado exclusivamente pelo exposto. Conforme os autores, “a mudança nos hábitos de consumo, a redução da mão-de-obra disponível nos estabelecimentos familiares decorrente da redução do número de filhos figuram, entre outros fatores, como fortalecedores dessa tendência” (ANJOS; CALDAS; HIRAI, 2009, p.15).

que a busca de uma maior renda monetária leva agricultores familiares a dedicarem menos área e menos trabalho ao consumo doméstico. Grisa e Schneider (2008, p.48) relatam que neste contexto da inserção dos agricultores familiares aos mercados e da penetração das relações capitalistas no campo, “as unidades familiares intensificam o ritmo de trabalho, dão preferência aos “cultivos comerciais”, independente do princípio da alternatividade, e especializam-se em poucas culturas, diferentemente da policultura existente outrora. A produção para o autoconsumo passa de uma condição prioritária para complementar. O tempo de trabalho, a mão-de-obra disponível e os recursos produtivos são reorganizados em função dos cultivos comerciais e estes disputam espaço com o autoconsumo, condicionando-o a uma função de complementaridade”.

Este estudo teve a oportunidade de se deparar com uma situação que, em parte, converge para as explicações dos autores acima mencionados. No assentamento Santa Maria, de organização coletiva⁴, está sediada a Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória Ltda. (COPAVI), que, com pouco menos de 17 anos de existência, apresenta um balanço patrimonial (entre ativo e passivo) de, aproximadamente, dois milhões de reais (segundo dados fornecidos pela própria), sendo considerada modelo de reforma agrária pelo MST e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (PIAUÍ, 2008; G1, 2009).

No início de sua atividade, em 1993, a COPAVI procurava orientar suas ações no sentido de prover a alimentação dos cooperados, proporcionar boas condições de moradia e garantir o direito à educação aos filhos destes; a produção de gêneros alimentícios direcionados para o autoconsumo dos sócios norteava as atividades da cooperativa. O acesso às primeiras linhas de crédito oficial, a partir de 1994, permitiu que fossem realizados investimentos na estrutura produtiva da cooperativa; sendo que as cadeias produtivas da cana e do leite foram priorizadas. A escala de produção então pode ser ampliada, com a intenção de possibilitar maiores ganhos na renda monetária dos cooperados (CHIARIELLO, 2008).

⁴ A propriedade da terra, das instalações físicas e dos meios de produção, assim como o trabalho dos assentados, baseiam-se em princípios ou relações coletivistas desde a fundação da Cooperativa. Para o Movimento (MST, 2008), o “coletivo”, em especial a Cooperativa de Produção Agropecuária - CPA, apresenta inúmeras vantagens, sendo a CPA a forma mais avançada de organização da produção, visto que permite somar ou unir esforços para a obtenção de recursos produtivos (como assistência técnica e crédito rural), além de aumentar o poder de comercialização dos assentados.

O exposto sinaliza para uma alteração na lógica de produção da COPAVI, ou seja, a cooperativa deixa de priorizar a produção para o autoconsumo dos seus sócios e passa a orientar boa parte de sua produção para o mercado. Em 2007, Chiariello (2008) realizou uma análise da gestão da cooperativa. Segundo o autor, naquele ano, apenas 15% da produção total da COPAVI foi destinada ao autoconsumo; 50% foi destinada a comercialização com outras regiões (especialmente a de açúcar mascavo e de cachaça orgânica) e 35% foi entregue no comércio local. Entre os reflexos da priorização e direcionamento de recursos produtivos (econômicos, físicos e humanos) às cadeias da cana e do leite, em direção a especialização produtiva (justificada pela necessidade de maiores ganhos na renda monetária), está a diminuição de relevância e de recursos produtivos direcionados as atividades voltadas à produção de alimentos para o autoconsumo das famílias; fato que tem afetado o desempenho ou a eficiência destas, tanto no que se refere à diversidade quanto à quantidade/qualidade do que é produzido.

Percebendo e vivenciando alguns dos efeitos desta “subvalorização” da produção de alimentos para o autoconsumo, parte⁵ dos assentados passaram a ter questionamentos sobre a relevância e situação atual desta produção na COPAVI, tendo como principais argumentos: o fato de cada vez mais recorrerem ao mercado para acessar alimentos básicos, que poderiam ser produzidos no assentamento (o que, além de deixá-los expostos às oscilações de preços do mercado, os afastam da procedência agroecológica do alimento, vista por eles como fundamental para a boa saúde do homem e do meio-ambiente); e de estarem se distanciando de um dos pilares históricos da COPAVI, que é a produção de gêneros para satisfação das necessidades alimentares dos cooperados.

Considerando-se o discurso do Movimento em relação à soberania alimentar, o papel simbólico da COPAVI para o MST e as preocupações dos assentados, foram elaborados dois estudos sobre autoconsumo, organizados em dois artigos científicos. O primeiro deles traz uma pesquisa referente à percepção de assentados da COPAVI em relação à produção de alimentos para o autoconsumo, no sentido de abordar os “papéis” ou relevâncias desta, bem como também apresentar na visão ou perspectiva dos entrevistados, a situação atual desta produção em relação ao desempenho histórico da mesma no assentamento. Para

⁵ Observações de Chiariello (2008) e do autor (levantadas na ocasião de sua primeira visita à Cooperativa).

tanto, o estudo foi conduzido com a realização de entrevistas que se apoiaram em um roteiro de perguntas (questionário semi-estruturado).

Já o segundo artigo apresenta um levantamento de aspectos técnicos, econômicos, ambientais e sociais de atividades produtivas relacionadas ao fornecimento de alimentos para autoconsumo na COPAVI. Esta pesquisa foi norteada por levantamentos de campo e de bibliografia, além de entrevistas com assentados de diferentes postos de trabalho da cooperativa; sendo suplementada com dados e informações do acervo documental da COPAVI. Entre estes, destaca-se uma lista de produtos (alimentícios ou não) comprados para uso no refeitório comunitário, que foi de grande relevância na discussão do estudo pois esta se apresentou como uma importante ferramenta na tentativa de se estimar alguns aspectos quantitativos do autoconsumo na COPAVI, possibilitando a análise (ao menos em parte) da quantidade comprada e do gasto monetário total com a compra de alguns alimentos que poderiam ser produzidos no assentamento.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A revisão foi organizada em quatro seções. Na primeira delas, são apresentadas contribuições teóricas que validam a essencialidade e a urgência da reforma agrária como instrumento de transformação econômica e social do país.

A segunda seção traz uma apresentação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, com considerações sobre a sua gênese e atualidade. Nesta também são apresentadas as formas de organização da produção propostas pelo Movimento; dando-se maior ênfase às Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs), por estas serem entendidas pelo Movimento como “as formas mais avançadas de organização da produção” e também por estarem diretamente relacionadas com o estudo empírico desta dissertação.

Na terceira, encontram-se algumas referências teóricas que demonstram os possíveis impactos da reforma agrária na segurança e soberania alimentar do país. Posteriormente, a produção de alimentos para o autoconsumo dos agricultores de base familiar é abordada no sentido de demonstrar como ela é estratégica para a sobrevivência e reprodução sócio-cultural destes; mostrando-se também como o excedente desta produção pode contribuir na ampliação da disponibilidade de alimentos para o entorno (local ou regional) das propriedades, contribuindo assim para a construção da soberania alimentar no país.

Por fim, a quarta e última seção apresenta uma coletânea de informações sobre história, estrutura produtiva, organização política e organização do trabalho do assentamento Santa Maria, local do estudo empírico desta dissertação.

2.1 A REFORMA AGRÁRIA COMO PROPOSTA PARA A SUPERAÇÃO DE DESIGUALDADES

2.1.1 Considerações Históricas sobre a Questão Agrária no Brasil

Excluindo raras contribuições no passado distante, há, aproximadamente, cinco décadas inaugurou-se o debate sobre a “questão agrária” no Brasil. Nos anos de 1960, as teses de dois renomados economistas brasileiros partidários do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Ignácio Rangel e Caio Prado Junior, ajudaram a introduzir o debate da questão agrária no cenário político do país; sendo consideradas referências clássicas sobre o tema. Em 1960, Caio Prado Junior publica sua “Contribuição para a Análise da Questão Agrária no Brasil”, tendo no cerne da análise as relações sociais de trabalho em função da estrutura fundiária do campo; atribuindo a questão ao problema do assalariamento crescente da força de trabalho e enfatizando a necessidade da defesa de uma legislação “social-trabalhista”, tendo a reforma agrária um papel secundário na resolução da questão (DELGADO, 2005).

Ignácio Rangel publica em 1962, “A Questão Agrária Brasileira”. Neste estudo, o autor apresentou a questão como um problema de ordem econômica, onde os “latifúndios de características feudais” da época eram obstáculos para o desenvolvimento econômico do país, já que impediam o crescimento do mercado interno, na medida que eram pouco integrados aos centros urbanos e detinham grande contingente de mão-de-obra, que definiu como “superpopulação rural”. Rangel acreditava que a questão agrária ocorre quando o setor agrícola ou não libera mão-de-obra necessária aos demais setores, ou, quando libera, libera em excesso.

Na visão de Rangel, o centro da questão agrária não está no problema fundiário e, assim, a reforma agrária adquire papel secundário na resolução do problema, conforme demonstra a passagem abaixo:

A questão agrária poderia se resolvida através da modernização de nossos campos e não necessariamente por uma reforma agrária [...] um descompasso entre os dois processos – de liberação de mão-de-obra pelo complexo rural ou autarquia familiar e de integração dessa mesma mão-de-obra no quadro econômico e social (de mercado ou

socialista) é precisamente o traço dominante do fenômeno estudado como crise agrária (RANGEL, 1962, p.174).

Como se pode deduzir a partir das explanações apresentadas, a questão agrária não significa ou implica em reforma agrária. Entretanto, atualmente, grande parte das definições para questão agrária considera a reforma agrária o caminho mais curto e eficaz para a resolução da questão; sendo até mesmo por isto que, por vezes, ambas acabam sendo confundidas como sinônimos. Também é mister salientar que a questão agrária não se resume apenas ao aspecto fundiário, no que se refere à propriedade e à concentração de terras, mas sim pela agregação a estas questões de temas como o avanço do capitalismo na agricultura, a expropriação do homem do campo e sua luta pela conquista e permanência na terra. Conforme Abramovay (1994, p.95), “a definição de questão agrária está longe de ser uma expressão geral, universal de um determinado corpo teórico da teoria marxista, por exemplo; muito mais que isso, é a expressão de conflitos políticos e só pode ser explicada no seu contexto político”.

Partindo deste pressuposto e considerando que “a compreensão de aspectos fundamentais do presente jamais será completa se desconhecemos o caminhar da história” (GRAZIANO NETO, 1986, p.17), torna-se imprescindível apresentar, mesmo que de maneira sucinta, alguns acontecimentos históricos que influenciaram no surgimento ou na evolução dos problemas relacionados à questão agrária do Brasil. Conforme Mattos Neto (2006, p.100), “na formação histórica da propriedade territorial brasileira, podem-se identificar as seguintes fases: período pré-sesmarial, período sesmarial, regime de posses, regime da leis de terras nº 601/1850, sistema jurídico do Código Civil de 1916, sistema legal do Estatuto da Terra e regime fundiário, a partir da Constituição Federal de 1988.

Oliveira (1994) afirma que, quando se estuda historicamente a estrutura fundiária do Brasil e leva-se em conta a forma de distribuição e de acesso à terra, verifica-se que, desde os primórdios da colonização, essa “repartição” foi desigual. Primeiro foram as capitanias hereditárias e seus donatários; depois, as sesmarias, origem da grande maioria dos latifúndios do país, fruto da herança colonial. Até 17 de julho de 1822, que contempla o período pré-sesmarial e sesmarial, o acesso à terra só era possível mediante a autorização ou concessão dadas pela coroa portuguesa; que acabava por beneficiar amigos do rei, fidalgos

arruinados em Portugal e plebeus enriquecidos. A suspensão de concessões das sesmarias ocorreu na data acima apresentada, sendo que desta, até a promulgação da Lei de Terras de 1850, o acesso a terra foi facilitado pelo sistema de “posse”; neste, homens pobres, poucos ex-escravos e imigrantes europeus (especialmente os que recém chegavam ao Sul do país) “apoderavam-se” de pedaços de terra distantes de núcleos de povoamento ou de zonas populosas. Fato é que a “posse”, diferentemente das sesmarias, contribuiu para o surgimento das pequenas propriedades rurais do país (MATTOS NETO, 2006).

Com a criação da Lei nº601/1850, o acesso a terra só passou a ser possível mediante a compra, sendo que as terras devolutas não eram mais passíveis de livre apropriação; somente seriam acessadas mediante o pagamento em dinheiro (WANDERLEY, 1979). Como o acesso à terra só passou a ser possível através da compra/venda com pagamento em dinheiro, os escravos recém “libertos”, décadas mais tarde, foram, praticamente, impedidos de acessarem aquilo que poderia torná-los “livres da servidão” aos coronéis, barões ou patrões: a terra.

Segundo Stédile (2005), a principal característica da Lei de Terras de 1850 é que ela ajudou a implantar no país a propriedade privada; ou seja, proporcionou fundamento jurídico a transformação da terra, transformando-a em mercadoria, objeto de negócio; passando, portanto, a ter preço. Para Veiga e Assumpção (2004, p.25), o Brasil de hoje reflete os danos causados pela Lei de Terras de 1850. Segundo os autores, “desde então, as terras devolutas, em abundância, passaram a ter um valor convenientemente elevado para que sua apropriação fosse privilégio das elites escravocratas”.

Portanto, a concentração da posse da terra no Brasil tem raízes seculares, surgidas em decorrência do modelo de colonização adotado pelos portugueses após o “descobrimento da colônia”, que se baseava no latifúndio e nos monocultivos, alicerçados na mão-de-obra escrava; e que, conforme Prado Junior (1970), foi determinante na formação e na definição da estrutura agrária do país até a atualidade.

Na década de 1960, outro importante cenário histórico-político do país favorece a perpetuação da concentração de terras no Brasil. A instauração do regime militar levou a uma imediata alteração nas políticas estatais e ao início de uma abrangente transformação social, econômica e tecnológica na agricultura e na

indústria. A agricultura brasileira passa por um intenso processo de transformação, de modernização das suas técnicas de produção. Segundo Norder (2004, p.50),

o Estado autoritário reforçou a implementação de uma deliberada política de modernização da agricultura, visando o desenvolvimento das indústrias de bens de produção e insumos, bem como da indústria de transformação dos produtos agrícolas [...]. O processo foi conhecido como *modernização conservadora da agricultura*.

Este processo resultou em intensas transformações nas relações de trabalho, nas técnicas e nos sistemas de produção da agricultura. A penetração capitalista no campo, a partir da década de 1960, se deu pela transição da propriedade rural “arcaica” para a moderna empresa capitalista. O modelo modernizador tinha como pilar tecnificar a grande propriedade, prometendo altas produtividades, que, de uma forma geral, estavam atreladas ao uso de sementes melhoradas, à adubação química e à mecanização (CARDIM; VIEIRA; VIÉGAS, 2004).

Oliveira (2001b) nos atenta para um importante pressuposto teórico sobre este “avanço” do capitalismo no campo, em referência ao caráter rentista do mesmo no Brasil. Isto quer dizer que, no país, o desenvolvimento do modo capitalista de produção se faz, principalmente, pela fusão, em uma mesma pessoa, do capitalista e do proprietário de terra. Assim, conforme o autor:

a chamada modernização da agricultura não vai atuar no sentido da transformação dos latifundiários em empresários capitalistas, mas, ao contrário, “transformou os capitalistas industriais e urbanos – sobretudo do Centro-Sul do país – em proprietários de terra, em latifundiários”. Dessa forma, os capitalistas urbanos tornaram-se os maiores proprietários de terra no Brasil, possuindo áreas com dimensões nunca registradas na história da humanidade [...] a soma da área ocupada pelas 27 maiores propriedades privadas do país é igual à superfície total ocupada pelo estado de São Paulo. (OLIVEIRA, 2001b, p.186).

Ou seja, a modernização também resulta em transformações na estrutura fundiária brasileira, sendo que, na visão de Lima (1997, p.206), “os efeitos gerados sobre a estrutura fundiária rural destacam-se como a mais relevante consequência da modernização agrícola”. Há o crescimento no número de latifúndios do país, com conseqüente redução no número de estabelecimentos de

médio e pequeno tamanhos, modificando-se também as relações sociais de produção no campo; e segundo Norder, houve ampla transformação nas relações de trabalho, com rápida e intensa proletarização, da qual podem ser ressaltados os seguintes aspectos:

a) aprofundamento dos vínculos tradicionais de dominação no interior do latifúndio; b) aprofundamento da separação entre os trabalhadores e a posse ou propriedade de meios de trabalho; c) destruição das tradicionais formas de reprodução da força de trabalho, com a separação entre local de trabalho e de habitação, e também o condicionamento da obtenção de alimentos às relações mercantis; d) simplificação e especialização de tarefas no processo de trabalho, ou seja, uma expropriação e destruição do saber camponês. Todo este processo foi caracterizado por um aumento da mercantilização das relações sociais e das formas de reprodução social do trabalhador rural (NORDER, 2004, p.51).

Silva (1993) acredita que a característica fundamental da chamada modernização conservadora da agropecuária em nosso país é o seu caráter parcial, seletivo e excludente, não só porque veio a favorecer um pequeno número de produtores, produtos e regiões geográficas, mas também porque, em seu discurso, classificava a pequena propriedade como rudimentar, de baixos rendimentos ou de “subsistência”; e que, por isto, estava fadada à extinção, à incorporação às grandes propriedades, “modernas”; sendo que Bergamasco e Norder (2003, p.31) afirmam que esta modernização parcial, excludente, “levou à formação de um elevado contingente de trabalhadores assalariados temporários, regularmente desempregados e mal remunerados”; que acabaram sendo atraídos para os centros urbanos, acarretando no maior êxodo rural presenciado na história do país (quase 30 milhões de pessoas entre 1960 e 1980) (MARTINE; GARCIA, 1987).

2.1.2 Considerações sobre a Reforma Agrária

Como visto, a modernização da agricultura acabou por agravar ainda mais a concentração da propriedade da terra no país; e a concentração fundiária é parte fundamental da questão agrária brasileira. Conforme Girardi,

além de sobrepor os interesses econômicos individuais aos interesses coletivos, a concentração da terra, seja para especulação ou para a apropriação da renda da terra pela produção capitalista, impede que um grande contingente populacional tenha acesso à terra para viver e produzir. Assim, a distribuição mais igualitária da terra é mais coerente com os interesses coletivos, tanto pela melhoria das condições de vida da população, que teria acesso à terra, quanto pela produção de alimentos de forma socialmente mais adequada (GIRARDI, 2008, p.203).

Veiga e Assumpção (2004, p.22) afirmam que uma “análise superficial da história das nações deixa claro que concentração de terra é sinônimo de atraso econômico e discrepância social”. Ainda segundo os mesmos, “é impossível o desenvolvimento de um país nucleado pela terra circunscrita a poderes que reproduzem as velhas oligarquias rurais”.

Veiga (1994a, p.72) acredita que “a desconcentração de riqueza é o alicerce do desenvolvimento sustentável”. Neste contexto, está implícita a relevância de uma modificação na estrutura agrária do país, com vista a uma distribuição mais equitativa da terra, e com isto, da renda agrícola; para o autor, esta acaba sendo “a definição mais usual de reforma agrária” (VEIGA, 1981, p.7). José Gomes da Silva, uma referência sobre o tema no Brasil, considera a reforma agrária como um processo de redistribuição da propriedade da terra com vistas à transformação econômica, social e política do meio rural, com reflexos no conjunto da sociedade (SILVA, 1971).

Segundo estudo realizado pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrária (MDA), com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e com a Universidade Estadual de São Paulo (USP), a reforma agrária é

um termo utilizado para descrever distintos processos que procuram dar acesso à posse da terra e aos meios de produção para os trabalhadores rurais que não a possuem ou possuem em quantidade insuficiente. Apesar da reforma agrária ser um programa executado no campo, seu impacto na sociedade, política e economia, extrapola essas fronteiras, atingindo a nação como um todo (SPAROVEK, 2003, p.5).

Um efetivo programa de reforma agrária gera impactos econômicos, sociais e políticos, que atingem toda a sociedade, ultrapassando as “cercas” do

campo e contribuindo para a redução/amenização de certos problemas das cidades; como o desemprego, a fome e a criminalidade associada a estas duas.

Entre os possíveis impactos sócio-econômicos atribuídos à reforma agrária, encontram-se a criação direta e indireta de empregos e a desconcentração de riquezas e renda; sendo que esta é considerada condição fundamental para o fortalecimento do mercado interno, uma vez que aumentaria o poder de consumo de mais famílias brasileiras, com a tendência de uma maior arrecadação tributária (ROMEIRO et al., 1994; VEIGA, 1998).

A reforma agrária pode, ainda, contribuir para uma considerável melhoria na qualidade de vida nos centros urbanos; já que teria influência na redução da imigração rural-urbana (diminuição do êxodo rural), que, por sua vez, ajudaria a amenizar parte dos problemas urbanos decorrentes do crescimento populacional das cidades, como: desemprego, baixos salários e criminalidade (SILVA, 1994; SAMPAIO, 2004). Outro possível reflexo sócio-econômico é o aumento da disponibilidade de alimentos, assunto que será debatido mais adiante, na terceira seção desta revisão.

Os impactos políticos previstos são profundos, sendo que estes se dão tanto sobre os trabalhadores que têm acesso à terra, quanto sobre aqueles cujas terras são desapropriadas. Segundo Sparovek,

ao assumir o controle de uma área de terra, os assentados iniciam um rápido e marcante processo de mudança de sua postura perante o mundo. Passam a sentir responsabilidade sobre seu destino, ao qual podem dar um sentido e uma diretriz. Superam a situação de permanente instabilidade e de conseqüente obediência aos proprietários dos meios de produção [...]. A tomada de consciência de sua cidadania, de seus direitos e deveres, torna os trabalhadores participantes ativos dos processos sociais, organizando-se na defesa de seus interesses (SPAROVEK, 2003, p.26).

Ainda são apontados possíveis benefícios em relação à questão ambiental, uma vez que, tradicionalmente, o agricultor de base familiar mantém um vínculo de maior proximidade com a natureza, vindo nesta condição essencial para sua sobrevivência. Conforme Ploeg (2009, p.17), a principal diferença entre a agricultura empresarial e a camponesa é que a última é fortemente baseada no capital ecológico (especialmente a natureza viva), enquanto a empresarial baseia-se em insumos e outros fatores artificiais de crescimento.

A discussão apresentada até então teve o intuito de demonstrar a relevância da reforma agrária como instrumento de transformação econômica e social do país; porém, conforme Veiga:

isto não significa que ela seja inevitável; pode ser que a sociedade continue tão apegada ao crescimento extensivo e socialmente desarticulado, que o Brasil nunca se torne um país realmente desenvolvido [...] o desenvolvimento não é, portanto, obrigatório. E é este acacianismo que permite responder à pergunta: em que medida a reforma agrária é mesmo necessária? A resposta sugerida é a seguinte: tanto quanto o desenvolvimento, nem mais, nem menos (VEIGA, 1994b, p.300).

Apesar da essencialidade da reforma agrária para um desenvolvimento social e econômico do país menos injusto e excludente, ao final do segundo mandato do governo Lula, a mesma se mostra mais eficiente nos discursos políticos do que nas estatísticas oficiais divulgadas. Segundo Ariovaldo Umbelino de Oliveira, que participou ao lado de Plínio Arruda Sampaio na elaboração do primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) do atual governo, “o governo Lula não fez a reforma agrária”. Conforme Oliveira, para exemplificar esta afirmação, pode-se tomar como base o ano de 2005, quando o governo anunciou ter assentado 127 mil famílias, sendo que, na realidade, ao se filtrar as estatísticas superestimadas, assentou, realmente, apenas 40 mil famílias. Segundo o autor, o governo conta que de 2003 a 2006, assentou mais de 200 mil famílias (tendo prometido 400 mil em quatro anos de mandato, no segundo PNRA), quando, na verdade, ao submeter os dados à depuração e se descontar as regularizações fundiárias como assentamentos de reforma agrária (o que, na visão de Oliveira, “é um absurdo total”), chega-se ao número de 90 mil famílias assentadas nestes três anos considerados (OLIVEIRA, 2006). E três anos mais tarde, reafirma seu ponto de vista sobre o desempenho do governo Lula em relação à reforma agrária:

A verdade é que o governo atual, do Partido dos Trabalhadores, nunca foi favorável à reforma agrária. Sempre ficou no discurso. No discurso, sim, era a favor. Mas nunca a implantou, tanto é assim que, se olharmos todos os anos deste governo, em nenhum a meta de assentamentos se aproximou da metade (OLIVEIRA, 2009).

2.2 MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST): FORMAÇÃO HISTÓRICA, LUTAS ATUAIS E COOPERAÇÃO AGRÍCOLA

*Atenção MST, uma dica,
no Brasil o Congresso é a área mais improdutivo...*
Facção Central - Front de madeirite

2.2.1 Formação Histórica e Lutas Atuais

Fruto da gritante concentração fundiária, dos impactos sócio-econômicos advindos da modernização conservadora da agricultura e de outras políticas excludentes dos regimes autoritários que governavam o país, surge no final dos anos 1970, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Conforme Cândido Grzybowski,

quase a totalidade dos movimentos populares rurais atuais no Brasil surgiu como resistência a um processo econômico e político que provocou a rápida modernização da agricultura. Os problemas vividos pela maioria da população rural, em particular os trabalhadores assalariados, os camponeses e as suas famílias, por trás das variadas formas de sua integração, exploração e marginalização, que aprofundam a desigualdade, não são devidos a “falta” de desenvolvimento, mas, pelo contrário, ao “sucesso” do modelo modernizador. Na verdade, a desigualdade e a exclusão no campo existiam desde antes do processo de modernização, mas através deste processo reproduziram-se em escala ampliada (GRZYBOWSKI, 1994, p. 290).

De acordo com Pereira e Luceiro (2000), no contexto da modernização excludente, surgiram várias “lutas” concentradas que, aos poucos, se articularam. Dessa articulação, se delineou e se estruturou o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), tendo como matrizes o acampamento da Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta – RS e o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (MASTRO), movimentos estes que foram precursores do MST.

Para João Pedro Stédile, “um dos maiores líderes do Movimento, tendo participado ativamente da fundação do mesmo” (GARMANY; MAIA, 2008, p.187, tradução nossa), essas duas ocupações foram as que acabaram dando origem ao MST, em 7 de setembro de 1979 (STÉDILE, 1997). Stédile ainda conta que, por causa da experiência do MASTER, autodenominado Movimento dos Agricultores Sem Terra, “a imprensa local logo proclamou: os sem-terra voltaram, os sem-terra voltaram...aí pegou. Foi a imprensa que deu o nome de movimento sem-terra. Não foram os próprios agricultores” (STÉDILE, 1997, p.71). Entretanto, o MST foi fundado oficialmente no primeiro Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, realizado em 1984, na cidade de Cascavel (Paraná) (MST, 2009a).

Conforme Borges (2007), na gênese do Movimento, estavam presentes, além das condições sócio-econômicas dos trabalhadores rurais, a mediação da Igreja através da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), inspiradas na Teoria da Libertação. Segundo Caldeira (2008, p.153, tradução nossa), “a organização do MST como um movimento social nunca teria sido possível sem o suporte de certas organizações religiosas, em especial, da CPT e das CEBs”.

O MST é um dos mais importantes e bem sucedidos movimentos sociais da América Latina. Desde a sua fundação, o Movimento tem sido instrumento de luta de centenas de milhares de famílias de brasileiros, que vivem na pobreza e que lutam pelo acesso à terra, vendo nela uma forma de alcançarem melhores condições de vida (CAMUS, 2009, tradução nossa). Atualmente, o Movimento está presente em 24 estados nas cinco regiões do país. No total, são cerca de 350 mil famílias que conquistaram a terra por meio da luta e da organização dos trabalhadores rurais (MST, 2009b).

Segundo informações do Movimento (MST, 2009a), desde o seu surgimento, o MST se organiza em torno de três objetivos principais: lutar pela terra; lutar pela reforma agrária e lutar por uma sociedade mais justa e fraterna. Tais objetivos estão presentes na carta de compromissos do Movimento, elaborada durante o V Congresso Nacional do MST, que se realizou de 11 a 15 de junho de 2007. O documento “MST - lutas e conquistas” (MST, 2009c) contém a carta, que apresenta “dezoito compromissos” ou objetivos firmados durante o encontro; entre os quais:

4 - Lutar para que todos os latifúndios sejam desapropriados, prioritariamente as propriedades do capital estrangeiro e dos bancos. 5 - Lutar contra as derrubadas e queimadas de florestas nativas para expansão do latifúndio. Exigir dos governos ações contundentes para coibir essas práticas criminosas ao meio ambiente. Combater o uso dos agrotóxicos e o monocultura em larga escala da soja, cana-de-açúcar, eucalipto, etc. 7 - Exigir o fim imediato do trabalho escravo, a super-exploração do trabalho e a punição dos seus responsáveis. Todos os latifúndios que utilizam qualquer forma de trabalho escravo devem ser expropriados, sem nenhuma indenização, como prevê o Projeto de Emenda Constitucional já aprovado em primeiro turno na Câmara dos Deputados. 8 - Lutar contra toda forma de violência no campo, bem como a criminalização dos Movimentos Sociais. Exigir punição dos assassinos – mandantes e executores - dos lutadores e lutadoras pela Reforma Agrária, que permanecem impunes e com processos parados no Poder Judiciário. 9 - Lutar por um limite máximo do tamanho da propriedade da terra. Pela demarcação de todas as terras indígenas e dos remanescentes quilombolas. A terra é um bem da natureza e deve estar condicionada aos interesses do povo (MST, 2009c, p.33).

O documento traz ainda, uma proposta de reforma agrária, chamada de Reforma Agrária Popular; sendo que esta apresenta propostas de medidas necessárias para um amplo processo de mudanças na sociedade e, fundamentalmente, da alteração da atual estrutura de propriedade da terra; de organização da produção e da relação do homem com a natureza. A Reforma Agrária Popular tem por objetivos gerais:

a) Eliminar a pobreza no meio rural; **b)** Combater a desigualdade social e a degradação da natureza que tem suas raízes na estrutura de propriedade e de produção no campo; **c)** Garantir trabalho para todas pessoas, combinando com distribuição de renda; **d)** Garantir a soberania alimentar de toda população brasileira, produzindo alimentos de qualidade e desenvolvendo os mercados locais; **e)** Garantir condições de participação igualitária das mulheres que vivem no campo em todas as atividades, em especial no acesso a terra, na produção e na gestão de todas as atividades, buscando superar a opressão histórica imposto às mulheres, Especialmente no meio rural; **f)** Preservar a biodiversidade vegetal, animal e cultural que existem em todas as regiões do Brasil, que formam nossos biomas; **g)** Garantir condições de melhoria de vida para todas as pessoas e oportunidades de trabalho, renda, educação, cultura e lazer, estimulando a permanência no meio rural, em especial a juventude. (MST, 2009c, p.35)

Como se percebe, a reforma agrária proposta pelo Movimento vai muito além da mera distribuição de lotes de terra para “os sem terra”. Ela passa pela adoção de políticas agrícolas complementares de desenvolvimento para os

assentamentos, sendo que estas devem considerar as especificidades regionais e culturais das famílias a serem assentadas; além de contemplar mecanismos mínimos para a reprodução sócio-cultural destas (como infraestrutura de educação e saúde, crédito rural, assistência técnica e garantia de preço mínimo, entre outros), preconizando, ainda, em seu discurso, a preservação dos recursos naturais e autonomia das famílias frente ao mercado, quando se referem à soberania alimentar (assunto que será abordado na terceira seção desta revisão).

2.2.2 A Cooperação Agrícola no MST

Inicialmente, a preocupação central do Movimento era a conquista de terras para a criação de assentamentos⁶ de reforma agrária. Entretanto, o acompanhamento do desempenho dos primeiros assentamentos oriundos da atuação do MST, tornou claro que a luta pela terra deveria ir muito além da fase que correspondia a conquista de áreas (VEIGA; ASSUMPÇÃO, 2004); evidenciou que tão necessária quanto a ocupação das terras era a elaboração de projetos que fossem capazes de promover a viabilidade econômica e social das áreas ocupadas.

Fruto desta consciência e sabendo que as formas de trabalho em conjunto apresentam vantagens econômicas, sociais e políticas (BERGAMASCO; NORDER, 1996), o Movimento passou a discutir e elaborar propostas referentes a organização da produção. Segundo Souza (1999, p.127), a

discussão sobre as formas de organização da produção, em assentamentos rurais do MST, teve início a partir de meados da década de 80, devido ao aumento do número de assentamentos no país e a necessidade viabilizá-los econômica e socialmente.

Uma das saídas encontradas foi a de organizar os assentados em grupos de produção coletiva, adotando como referencial teórico a cooperação agrícola, estimulando o surgimento, entre outras, das Cooperativas de Produção Agropecuária - CPA's (MST/CONCRAB, 1996). Segundo Stédile e Fernandes

⁶ Segundo Bergamasco e Norder (1996, p.7), “os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem ou com pouca terra”.

(1999), o pensamento e a ação do MST quanto às formas de cooperação agrícola fazem parte de um processo que vem se desenvolvendo desde as primeiras ocupações até a atualidade.

A cooperação agrícola é entendida pelo MST como

o jeito de juntar ou somar os esforços de cada assentado (agricultor individual ou familiar), para fazer coisas em conjunto: comprar ferramentas, comprar e utilizar máquinas [...] até chegar o ponto de ter terra, capital e trabalho em conjunto (MST, 1997, p.21).

Na concepção do Movimento, a cooperação agrícola se justifica por motivos econômicos, sociais e políticos (MST, 1986). Nos assentamentos rurais organizados pelo MST, ela pode ser realizada de várias formas: núcleo ou grupo de produção; associação; centrais de associações; grupos coletivos, semicoletivos e de produção; coletivo; condomínio; cooperativa; caixa agrícola; mutirão e troca de dias de serviço (LAZZARETTI, 2003). Segundo Eid e Pimentel (1999), a cooperação pode se iniciar com as formas mais simples, tais como mutirão, troca de serviços, de insumos, grupos de trabalho coletivo, semicoletivos e associações prestadoras de serviço; e ir evoluindo aos poucos, em direção às formas mais “avançadas” de cooperação, como as Cooperativas de Prestação de Serviços (CPS), as Cooperativas de Produção e Prestação de Serviços (CPPS), Cooperativas de Crédito e as Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA's).

Em termos práticos, as formas de cooperação mais comuns e que funcionam efetivamente são as associações, grupo de produção coletivizada e cooperativa (CARVALHO, 1998). O Caderno de Formação número 20 do MST apresenta uma diferenciação entre associação, grupo de produção coletivizada e cooperativa. Segundo este, a associação é uma entidade civil sem fins lucrativos, que visa prestar serviços aos associados; possui estatuto e regimento interno; não tem capital (apenas bens); não paga impostos ao Estado; e as sobras monetárias, ao final do ano, são reinvestidas na própria associação. Já o grupo de produção coletivizada é encarado como uma forma de cooperação mais simples, por não precisar de estatuto ou regimento interno; os membros deste se organizam, geralmente, para compra de implementos, comercialização de produtos, construção de benfeitorias ou ajuda mútua no trabalho (MST, 1993).

A cooperativa é uma forma de organização que tem fins lucrativos, paga impostos ao Estado e possui estatuto interno. Para ser sócio, o trabalhador precisa entrar com uma quota (estipulada em assembléia de cooperados), sendo que as sobras monetárias são divididas entre os cooperados (MST, 1993). Conforme Lazzaretti (2003), as cooperativas mais comuns são as de Prestação de Serviços (CPS); de Prestação de Serviços Regionais (CPSR); de Produção e Prestação de Serviços para um assentamento (CPPS) e em especial, as de Produção Agropecuária (CPA).

As CPAs foram implementadas pelo MST a partir de 1989 e são consideradas pelo Movimento como a forma mais avançada de organização da produção, pois, além de contemplarem o desenvolvimento de projetos sócio-econômicos específicos para cada situação, permitem a união de esforços para a obtenção de linhas de crédito e de assistência técnica, resultando também em maior poder de comercialização (EID; SCOPINHO; PIMENTEL, 1998).

O caderno de formação n°21 do MST/CONCRAB (1996, p.16) apresenta as principais características de uma Cooperativa de Produção Agropecuária, sendo aqui reproduzidas:

Terra: *permanece sob o controle coletivo, a não ser a pequena parcela destina a produção de “fundo de quintal” de cada associado. Em quase todas as nossas CPAs, o título da propriedade ou concessão de uso da terra permanece em nome do indivíduo, mas pode haver título em nome da CPA. No Rio Grande do Sul, já existem cooperativas com título de propriedade em nome da CPA, concedido pelo Estado (área do assentamento onde está a CPA).*

Capital: *todos os investimentos de capital acumulado estão sob o controle e em nome da CPA. Como a cooperativa tem capital social, este é subdividido em quotas-parte que vão sendo integralizadas na conta de cada associado. A cooperativa controla de outra forma, a parte do capital acumulado que se tornam investimentos, considerados pela legislação como fundos indivisíveis. Nesse caso, eles tornam-se patrimônio social e não podem ser divididos em caso de dissolução.*

Trabalho: *a CPA, como o grupo de produção coletivizado ou associação, organiza-se internamente através dos setores de produção e serviços. A divisão do trabalho é mais eficiente. Estamos buscando, cada vez mais, especialização de mão-de-obra por setor de produção ou de serviço.*

Moradia: na CPA, normalmente, organiza-se em agrovilas. O esquema de moradia se diferencia apenas no tamanho do lote para a construção das casas.

Planejamento da produção: na CPA os planos de produção são centralizados no coletivo. A partir de uma ampla discussão, baseada em estudos técnicos, define-se as linhas de produção e a ordem de prioridades a serem implantadas. Já testamos estes planos a curto, médio e longo prazo.

As CPAs são empresas cooperativas e podem realizar atividades comerciais mais amplas e complexas que as associações. Operando em moldes empresariais, “elas propõem uma ruptura completa com as bases dos sistemas familiares de produção, tornando coletivo não apenas os meios de produção, mas também a terra e a força de trabalho” (BERGAMASCO; NORDER, 2003, p.139).

E exatamente por operarem em moldes empresariais, as CPAs têm por necessidade alcançarem índices de produtividade que as habilitem a competir no mercado; o que as coloca diante de uma questão crucial: assumir a base técnica das empresas capitalistas voltadas para a divisão taylorista/fordista do trabalho. Neste sentido, o MST constata que

Numa cooperativa, vai desaparecer a profissão de agricultor. Cada sócio vai ter um trabalho específico e se especializar naquilo. Uns vão estar na lavoura, outros no setor de animais, outros no da horta, outros na cozinha, na creche, no setor da formação, etc. (MST, 1993,p.32).

Por fim, segundo Brandenburg et al. (2007, p.264), um dos grandes paradoxos enfrentados pelas CPAs é justamente o de “combinar, de um lado, a lógica que rege a pequena economia camponesa - pautada nas necessidades da unidade familiar – e a lógica empresarial – voltada estritamente para o atendimento das necessidades do mercado”.

2.3 O AUTOCONSUMO COMO ESTRATÉGIA PARA A VIABILIZAÇÃO DA SEGURANÇA E DA SOBERANIA ALIMENTAR

No primeiro capítulo desta revisão foram apresentados alguns dos possíveis impactos sócio-econômicos decorrentes de uma reforma agrária efetiva. Nesta seção, serão abordadas as prováveis implicações desta reforma na disponibilização de alimentos para a sociedade como um todo, contribuindo para a viabilização da segurança alimentar no país; partindo-se do pressuposto que a produção de alimentos para o autoconsumo em assentamentos rurais de reforma agrária e em áreas de agricultura familiar é essencial ou estratégica para a redução da fome que assombra considerável parcela da população rural, e esta produção, ao possibilitar duplo destino (consumo doméstico e comercialização do excedente), pode favorecer também o aumento da disponibilidade de alimentos nas cidades.

2.3.1 Segurança Alimentar, Reforma Agrária e Autoconsumo

A fome não só corrói a carne, corrói a Lei Áurea [...] tronco, pau de arara, a gôndola do mercado, em qual método mais nefasto o pobre é torturado?

Facção Central - Front de madeirite

A FAO define segurança alimentar como a situação em que todas as famílias têm acesso físico e econômico à alimentação adequada para todos os seus membros, sem correr o risco de desabastecimento (FAO, 1996). Já o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) define a mesma como

a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (CONSEA, 2004, p.4).

O tema está, inegavelmente, no centro das principais discussões políticas mundiais; isto porque, segundo estatísticas da FAO, mais de um bilhão de pessoas, ou ainda, um em cada seis seres humanos, passariam fome em 2009; um recorde histórico que representa um aumento de 11% em relação a 2008. Ainda segundo a FAO, o fenômeno do aumento da fome é global e a América Latina teria cerca de 53 milhões de famintos em 2009, 12,8% a mais que em 2008. A Ásia, que, em 2008 tinha cerca de 642 milhões de famintos, assistiu esse número subir 10,5%. A África, no mesmo período, presenciou o acréscimo de 11,8%, chegando ao total de 265 milhões de famintos. Os países desenvolvidos continuaram com a menor parcela dos famintos, cerca de 15 milhões. Entretanto, pela primeira vez em 40 anos, presenciariam o aumento de 15,4%, em razão do desemprego em massa decorrente da recessão, sobretudo nas grandes cidades (FAO, 2009). O diretor geral da entidade, Jacques Diouf, advertiu que a crise alimentar “representa um grave risco para a paz e para a segurança no mundo” (SILVA, 2009).

Com relação ao Brasil, em 2004, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na ocasião da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizou pela primeira vez em âmbito nacional um levantamento suplementar sobre a segurança alimentar no país (IBGE, 2006). Nesta pesquisa, o Instituto adotou como instrumento metodológico a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), metodologia que surgiu após adaptações na escala usada pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (United States Department of Agriculture – USDA). Tal escala permite elaborar diagnósticos da condição de segurança alimentar e indicar populações sob maior risco de insegurança. Ela classifica a segurança alimentar em quatro níveis⁷: Segurança Alimentar, Insegurança Alimentar Leve, Insegurança Alimentar Moderada ou Insegurança Alimentar Grave (CORREA et al, 2004).

Os resultados da referida pesquisa do IBGE revelaram que, em 2004, cerca de 72 milhões de brasileiros viviam em condição de insegurança alimentar. Deste total, a “insegurança alimentar moderada ou grave, que significa limitação de acesso quantitativo aos alimentos, com ou sem o convívio com situação

⁷ Os diferentes níveis de segurança alimentar foram compreendidos como: a) situação de SEGURANÇA ALIMENTAR; b) receio ou medo de sofrer insegurança alimentar no futuro próximo (componente psicológico da insegurança) e problemas de qualidade da alimentação da família – Insegurança Alimentar LEVE; c) restrição na quantidade dos alimentos na família – Insegurança Alimentar MODERADA; d) fome entre adultos e/ou crianças da família – Insegurança Alimentar SEVERA (CORREA et al, 2004, p.9).

de fome⁸, ocorreu em 18,8% dos domicílios, nos quais viviam 39,5 milhões de pessoas”. Cerca de 14 milhões de brasileiros foram considerados em situação de Insegurança Alimentar Grave, com a experiência de passar fome; na frequência que pode ter sido “em quase todos os dias”, “em alguns dias” ou “em um ou dois dias”, nos 90 dias que antecederam a data da entrevista .

Diversos são os fatores associados à insegurança alimentar. Até a década de 1970, ela era estritamente vinculada à capacidade de produção de alimentos. Na primeira Conferência Mundial de Segurança Alimentar, promovida pela FAO, em 1974, em um momento em que os estoques mundiais de alimentos estavam escassos, com quebras de safra em importantes países produtores, acreditava-se

na idéia de que a Segurança Alimentar estava quase que exclusivamente ligada à produção agrícola. Isto veio, inclusive, a fortalecer o argumento da indústria química na defesa da modernização da agricultura. Procurava-se convencer a todos, de que o flagelo da fome e da desnutrição no mundo desapareceria com o aumento significativo da produção agrícola, o que estaria assegurado com o emprego maciço de insumos químicos (fertilizantes e agrotóxicos). A produção mundial, ainda na década de setenta, se recuperou - embora não da mesma forma como prometia a Revolução Verde - e nem por isto desapareceram os males da desnutrição e da fome, que continuaram atingindo tão gravemente parcela importante da população mundial (MALUF; MENEZES, 2000, p.1).

Tornou-se, então, evidente que o aumento da produção de alimentos não evitaria que parte da população mundial passasse fome; provou-se, por fim, que a fome não se devia à baixa disponibilidade de alimentos, mas sim à pobreza de grande parte da população do mundo (HOFFMANN, 1995). Jacques Diouf afirma que, atualmente, “não há falta de comida, há falta de acesso. O problema não é um desastre natural nem de safra”. Para o referido, o problema é econômico e político. “Econômico, porque é o resultado do desemprego, da queda de renda”, “político, pela falta de prioridade”. “Os líderes mundiais precisam tomar decisões corajosas para erradicar a fome” (DIOUF, 2009).

⁸ Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), fome é a condição definida como uma sensação de ansiedade e desconforto provocada pela falta de comida. No contexto estudado, a fome é referida como uma condição involuntária, causada pela falta de recursos dos indivíduos ou famílias para a obtenção dos alimentos necessários. Pode ser de diversos graus e, conseqüentemente, seu impacto é tanto maior sobre o bem-estar dos indivíduos e populações, quanto mais grave for a carência de alimentos (IBGE, 2006, glossário).

Chonchol (2005) acredita que em uma economia de mercado, a fome e a subalimentação não poderão ser superadas se o conjunto dos consumidores não dispuser de renda suficiente para garantir a satisfação de suas necessidades alimentares. Sabe-se que a população brasileira que passa pela condição de grave insegurança alimentar está fortemente associada à pobreza e à desigualdade distributiva e estrutural em nossa sociedade (PESSANHA, 2002).

A Relatoria Especial sobre o Direito Humano à Alimentação da ONU e a Relatoria Nacional para o Direito Humano à Alimentação, apontam como os principais obstáculos para a Realização do Direito Humano à Alimentação no Brasil os seguintes fatores:

O modelo de desenvolvimento concentrador de terras, riqueza e renda; prática extensiva da monocultura agrícola de exportação; limitação dos recursos alocados à rede de proteção social; interferência dos acordos firmados com o FMI na alocação de recursos para investimentos e programas sociais; **lentidão na implementação da reforma agrária;** regressividade na coleta do imposto de renda; impunidade e morosidade do Judiciário; ausência de instrumentos efetivos que garantam a possibilidade de recurso e reparação de violações; discriminação contra mulheres, negros, indígenas, quilombolas e seu impacto na realização do direito à alimentação; imensa desigualdade social, que vem se perpetuando por décadas; as desigualdades de acesso aos programas sociais; a prestação de serviços públicos em troca de lealdade de voto, prática que ainda persiste em várias regiões do país; o não-cumprimento da utilização máxima de recursos disponíveis para progressiva realização do direito à alimentação e da mobilização radical de esforços para proteção contra as violações deste direito; forte cultura de discriminação e naturalização da miséria e da fome, ou seja, falta de indignação contra este quadro perverso; apropriação privada dos recursos públicos; insuficiência da legislação vigente, morosidade do Judiciário e fortes indícios de conivência do Judiciário e do Legislativo; falta de emissão de documentos básicos para os segmentos mais pobres da população (certidão de nascimento, carteira de identidade), exigidos para os programas sociais; fragilidade das instituições de monitoramento da realização dos direitos humanos; fragmentação das políticas públicas (múltiplas ações desenvolvidas por diferentes instituições sem a necessária articulação e coordenação) (CONSEA, 2004, p.14, destaque nosso).

Parte dos obstáculos apresentados podem ser superados através da implementação de políticas que favoreçam a “desconcentração ou redistribuição da renda e da riqueza”. Conforme Hoffmann, o

combate à fome deverá ser orientado, basicamente, para aumentar os direitos (entitlements) dos pobres, dando-lhes acesso a alimentos e às demais condições (habitação, saneamento, serviços de saúde, educação etc.) para uma vida saudável. **Isso poderia ser obtido através de um processo de redistribuição da renda** e/ou desenvolvimento econômico acelerado, que beneficiasse particularmente os pobres, dando-lhes a oportunidade de ter bons empregos (HOFFMANN, 1995, p. 170, destaque nosso).

O relatório final do CONSEA reforça o pensamento da necessidade desta desconcentração para um real combate a fome, ao afirmar que

a lógica econômica predominante limita os investimentos e a implementação das políticas necessárias para a construção de estratégias de desenvolvimento que enfrentem as causas históricas da pobreza e da desigualdade social no Brasil. Ela também, torna o País fortemente dependente da exportação de produtos de baixo valor agregado, oriundos de modelos produtivos injustos, porque concentram os ganhos e a propriedade, e insustentáveis no uso dos recursos ambientais. **A alternativa estaria em aprofundar o processo recente de redução da desigualdade no País pela desconcentração da renda e da riqueza**, com a expansão do mercado interno numa estratégia assentada na recuperação das rendas do trabalho e pela promoção de pequenos e médios empreendimentos urbanos e rurais (CONSEA, 2007, p.16, destaque nosso).

Entre as alternativas consideradas mais viáveis e eficazes para promover tal desconcentração, encontra-se a reforma agrária. Além desta acarretar na geração de empregos e na redistribuição da renda e da riqueza, ainda favorece o aumento na disponibilização de alimentos no mercado interno, tanto no que se refere à quantidade quanto à diversidade (NORDER, 2004).

Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006, a agricultura familiar (cabe lembrar que os assentamentos da reforma agrária se apresentam, atualmente, como um dos principais espaços rurais de reprodução da agricultura familiar no Brasil)⁹ é responsável por garantir boa parte da segurança alimentar do país; sendo que, naquele ano, ela foi responsável por 87% da mandioca produzida no país, 70% do feijão, 58% do leite, 46% do milho, 59% do plantel de suínos, 50% das aves e 30% dos bovinos; isto ocupando uma área correspondente a apenas 24% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros (IBGE, 2009).

⁹ Os assentamentos de reforma agrária são, potencialmente, por resultarem de um processo de luta política e porque seus limites físicos exigem a superação das formas convencionais de produzir, o lugar mais adequado para se desenvolver a produção de base familiar (SILVA, 2006).

Nesse sentido, a reforma agrária chegou a ser apontada pelo CONSEA como ação fundamental para a promoção da segurança alimentar no país. Segundo o Conselho,

a política de segurança alimentar deve ser precedida de uma reforma agrária que viabilize o assentamento de famílias rurais sem terra, de famílias acampadas, e das que migraram para as cidades. É fundamental a implantação de infra-estrutura completa para os assentamentos. A reforma agrária deverá atender às particularidades regionais, respeitando as identidades culturais das comunidades. Contemplará uma política agrícola voltada para os pequenos produtores, e à geração de empregos rurais (CONSEA, 1994, p.17,destaque nosso).

Ricardo Bueno, em sua obra *“Por que faltam alimentos no Brasil? Reforma agrária, já!”*, considera que uma redistribuição da terra no país poderia permitir melhores condições de vida a milhões de famílias. Segundo ele, além destas terem seu nível de renda elevado, favoreceriam “a produção de alimentos [...], e melhoraria os padrões nutricionais dos que vivem no campo e na cidade”. E ainda completa: “É bom que se fique claro que sem uma reforma agrária para valer não será possível pedir da agricultura que alimente a população brasileira” (BUENO, 1985, p. 53). Renato Sérgio Maluf, atual presidente do CONSEA, durante a primeira Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN) reafirmou a importância da reforma agrária para a promoção da segurança alimentar, ao mencionar que “não é possível pensar em produção de alimentos para o consumo de toda a população sem uma reforma agrária efetiva, como fizeram os países mais desenvolvidos” (MALUF, 1995, p. 59).

Christine Valente, em recente estudo sobre os impactos da reforma agrária na segurança alimentar da África do Sul, afirma que há muitos argumentos que validam a idéia de que a insegurança alimentar pode ser reduzida através da ampliação ao acesso a terra (VALENTE, 2009, tradução nossa). Carvalho Filho e Abramovay consideram que o acesso à terra tem a função primordial de integrar os agricultores à sociedade e ao mercado, garantindo-lhes assim, direitos, renda e, conseqüentemente, segurança alimentar (CARVALHO FILHO; ABRAMOVAY, 1993).

Conforme Norder, o debate sobre a concentração fundiária no Brasil e as discussões acerca da reforma agrária, podem significar mais do que o aumento da disponibilidade de alimentos no mercado, ao possibilitar o estabelecimento de

novas relações entre a sociedade e o meio ambiente “e a conquista da alimentação e de melhores condições de vida por significativa parcela da população rural que ainda hoje padece de fome e luta pela terra” (NORDER, 1997, p.9).

Maluf e Menezes apontam quatro impactos diretos da reforma agrária sobre a segurança alimentar:

a) É uma importante política de geração de trabalho e renda, aumentando a possibilidade de acesso aos alimentos que são adquiridos para consumo; b) Cria as condições para que as famílias possam produzir os próprios alimentos que vão consumir; c) Fortalece a chamada “segurança alimentar local” através da garantia de produção de alimentos para as áreas próximas, d) As opções produtivas usualmente adotadas pela agricultura reformada tendem ao cultivo de alimentos básicos integrantes da tradição dos agricultores (MALUF; MENEZES, 2000, p.17).

Muitos autores do tema acreditam que a unidade familiar é a forma social mais eficiente para produzir alimentos; e os assentamentos de reforma agrária são, potencialmente, o lugar mais adequado para se desenvolver a produção de base familiar (SILVA, 2006). Segundo Leite et al. (2004), os impactos dos assentamentos de reforma agrária na segurança alimentar fazem-se sentir ao mesmo tempo na vida dos assentados, dos assentamentos e para fora deles, atingindo distritos, municípios e regiões onde os projetos se localizam, com efeitos diretos e indiretos sobre a sociedade.

Um aspecto relevante a se considerar neste sentido é o fato de que os produtos mais produzidos pelos assentados são essenciais para a alimentação deles, e, ao possuírem dupla finalidade, ou seja, o autoconsumo e a comercialização do “excedente”, contribuem desta forma para a construção da segurança alimentar nos assentamentos e no entorno local destes. Valendo-se de dados obtidos a partir de um estudo realizado no Sudeste do Pará, os autores recém-citados apresentam os impactos na disponibilização de alimentos para o mercado no contexto regional:

A mudança na oferta de produtos na região a partir dos assentamentos dá-se também em produtos alimentares básicos (feijão, arroz, mandioca e milho), bem como no suprimento de diferentes tipos de farinha e outros derivados de mandioca; de hortaliças (abóbora, maxixe, quiabo, pimentas etc); de frutas (banana, abacaxi, citros, manga, caju); de aves (galinhas caipiras, galinhas d’angola, patos); de produtos de origem animal (banha,

queijos caseiros, ovos caipiras etc) (LEITE et al, 2004, p.168, destaque nosso).

Carter (2003) acredita que a reforma agrária proporciona impacto direto sobre a segurança alimentar das famílias beneficiárias, mesmo quando isso não se traduz, necessariamente, no aumento da renda monetária, já que o acesso à terra pode possibilitar a produção de alimentos para o consumo doméstico da família assentada. Conforme Leite e Ávila (2007, p.798), “o resultado do acesso à terra é a segurança contra choques de preços de alimentos, instabilidade cíclica da produção e do rendimento agrícola e situações adversas nos mercados de trabalho”.

Como se pode observar até então, é costumeiro associar fartura de alimentos às famílias residentes em áreas rurais, já que estas tinham ou têm, a possibilidade de plantar, colher, criar e comer (TEIXEIRA, 2007). Entretanto, estudos e pesquisas têm mostrado que a restrição alimentar e, conseqüentemente, a insegurança alimentar que ronda as famílias rurais, se faz cada vez mais presente.

Na pesquisa suplementar do PNAD em 2004, referente à segurança alimentar no país, foi constatado que:

No meio rural estava a maior prevalência domiciliar de IA moderada ou grave e, também, a maior proporção de população vivendo nessa condição. Enquanto na área urbana 11,4 % e 6% dos domicílios estavam em condição de IA moderada e grave, respectivamente, no meio rural, as prevalências eram 17% e 9%, respectivamente. Cerca de 9,5 milhões de pessoas moradoras em áreas rurais viviam em domicílios com restrição quantitativa de alimentos, ou seja, em IA moderada ou grave, e 3,4 milhões delas conviveram com a experiência de fome, nos 90 dias prévios à data da entrevista (IBGE, 2006, p.29).

Durante a trigésima Conferência Regional da FAO para a América Latina e Caribe, realizada em Brasília entre 14 e 18 de abril de 2008, o paradoxo problema da fome no campo foi debatido e deu origem ao documento *Políticas para Promover y/o Fortalecer La Participación y La Acción Conjunta entre Actores Público-Privados em el Desarrollo Rural* (FAO, 2008). Neste, foi apresentado como um dos fatores responsáveis pela não redução da pobreza e da fome no meio rural (além da concentração da terra e da desigual distribuição da renda no campo, entre

outros¹⁰), a diminuição da estrutura do Estado no campo. "Na maioria dos países da Região, o setor público, particularmente o agropecuário, foi perdendo muito das suas capacidades de intervenção e regulamentação a partir dos ajustes estruturais dos anos 90", afirma o texto (FAO, 2008, p.6, tradução nossa).

Jacques Chonchol afirma que "a erosão do papel dos estados no mundo desenvolvido, consequência da visão neoliberal dominante, centrada sobretudo nos mercados, diminuiu consideravelmente a importância que as políticas públicas nacionais e as de cooperação internacional tinham anteriormente na solução do problema da segurança alimentar" (CHONCHOL, 2005, p.40). Conforme Peter Rosset, "três décadas de acordos de livre comércio e políticas neoliberais desmantelaram a capacidade da maioria dos países de produzirem sua própria comida" (ROSSET, 2008).

Ploeg (2006) demonstra que quando o capital alia-se à centralização exercida pelo Estado através de esquemas regulatórios e políticas agrícolas, estes direcionam e controlam o processo produtivo, criando um novo e dominante regime sócio-técnico; que por sua vez, acaba interferindo ou afastando o camponês de suas estratégias de reprodução, entre elas, a produção para a satisfação das necessidades alimentares da família.

Levando em conta as consequências da diminuição da estrutura do Estado no campo em relação à segurança alimentar, fica evidente a necessidade da elaboração e operacionalização de políticas públicas destinadas à promoção da mesma; e que coloque a agricultura familiar em posição estratégica para a construção da segurança alimentar no país. Entretanto, conforme Norder,

a agricultura familiar não pode ser vista apenas sob o enfoque da oferta de alimentos para construção da segurança alimentar, mas como um segmento que é ao mesmo tempo produtor e beneficiário da segurança alimentar. Não se trata, portanto, de se criar unidades produtivas familiares e simplesmente colocá-las diante do mercado, mas tornar a agricultura familiar e a reforma agrária como parte de

¹⁰ Cabendo destacar, un factor determinante de cambio en el sistema agroalimentario en la región, que influye en la forma de producir, distribuir, consumir y controlar calidades, es el dinámico proceso de concentración del mercado de alimentos, con un creciente rol de los supermercados. Mientras en la década de los ochenta éstos controlaban entre 10 y 20% del abastecimiento alimenticio, actualmente controlan más de 60%. Esto impone una transferencia adicional de costos y riesgos a los productores, particularmente los de la agricultura familiar, que poseen menor capacidad de negociación y enfrentan barreras adicionales en su articulación a las cadenas de valor. Estos deben cumplir con normas privadas de calidad, absorbiendo las bajas de precios ocasionadas por disputas competitivas entre abastecedores (FAO, 2008, p.5).

um projeto estratégico de desenvolvimento social e econômico, no qual as políticas agrárias, agrícolas e sociais venham a aumentar a oferta de alimentos e também aperfeiçoar as condições de vida do conjunto da população rural, inicialmente com a conquista da segurança alimentar no campo (NORDER, 1997, p. 30).

Teixeira (2007) acredita que o fortalecimento da produção de alimentos em base familiar aumentaria a possibilidade da população rural acessar alimentos; além de também contribuir para o aumento da disponibilidade de alimentos para a população urbana, colaborando, desta forma, para a construção da segurança alimentar no país. Neste sentido, uma das estratégias vista como essencial para a promoção da segurança alimentar no campo é a chamada produção para o autoconsumo.

Existem inúmeras definições para esta, sendo que para a melhor compreensão das “mais atuais”, é essencial considerarmos algumas reflexões teóricas de um autor clássico¹¹ do tema, Alexander Chayanov.

2.3.2 Considerações Teóricas sobre o Autoconsumo

No alicerce conceitual que sustenta grande parte dos estudos sobre autoconsumo no país, está a definição que Chayanov delimitou como *consumo propriamente dito*, referindo-se ao consumo alimentar oriundo das estratégias de e do trabalho dos camponeses. Para o autor, o camponês realiza as suas tarefas e trabalhos na unidade produtiva visando o bem-estar da família, em busca do que ele definiu por “equilíbrio ótimo”; em alusão ao balanço entre o consumo e o trabalho da família, considerando a composição e o tamanho da família (número de **consumidores** e **trabalhadores**, diferenciados por sexo e idade) em relação as suas necessidades alimentares (CHAYANOV, 1974).

Segundo Gazolla, este aspecto na obra de Chayanov é de extrema relevância

¹¹ É inegável que durante o século XX, ou boa parte dele, não só economistas, mas também sociólogos e antropólogos, voltados para o entendimento da produção e da reprodução social camponesa, inclusive no Brasil, incorporaram em suas reflexões os princípios elaborados por Chayanov em seu esforço para desvendar a lógica da economia camponesa. No Brasil, é o caso, por exemplo, de Tavares dos Santos e Garcia Jr (WOORTMANN, 2001).

pois ele permite inferir que a obtenção do consumo alimentar dos membros domésticos está relacionada com as condições objetivas de existência humana que por sua vez, correlacionam-se com a segurança alimentar da família, no sentido desta traçar as suas estratégias visando primeiramente o consumo dos alimentos aos seus membros (GAZOLLA, 2004, p.65).

Neste sentido, o autoconsumo alimentar nas formas familiares de produção e trabalho, é característica inerente e fundamental das mesmas, uma vez que orienta as estratégias de reprodução e os cálculos das unidades familiares, na direção de como os seus membros atuam ou devem atuar para que obtenham suas alimentações.

Outro autor clássico do tema é Eric Wolf. Este considera que o camponês produz o alimento para atender ao que ele definiu como *mínimo calórico* (“o consumo diário de calorias alimentares exigidos para compensar o desgaste de energia que o homem despende em seu rendimento diário de trabalho”) (WOLF, 1976, p.23); entretanto, este não produz apenas para atender a este mínimo, mas também para estabelecer relações com outros camponeses e grupos sociais, e desta forma, obter os diferentes “*fundos*” necessários a sobrevivência do grupo doméstico.

Entre os autores brasileiros considerados estudiosos clássicos da questão, está Afrânio Raul Garcia Junior. Em sua obra *Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores* (1983), o autor considera que os camponeses organizam a unidade familiar visando, fundamentalmente, atender a sua subsistência. Entretanto, é importante destacar que, para ele, a produção para subsistência pode não se limitar apenas àquela destinada exclusivamente ao consumo interno da família; como se pode notar, quando o mesmo afirma que “**a alternatividade** das lavouras de subsistência, **entre ser vendida ou autoconsumida**, permite atuar diante das flutuações dos preços de mercado de forma a maximizar as chances de se atender aos requisitos do consumo familiar” (GARCIA JUNIOR, 1983, p.129, destaque nosso).

Mais recentemente, Leite (2004) definiu o autoconsumo de alimentos como a parcela da produção agropecuária realizada no estabelecimento e destinada ao consumo alimentar dos membros da família, ou ainda, à alimentação animal e outros usos na atividade produtiva. Dombek, Tereso e Bergamasco (2006) entendem que a mesma é a produção realizada para o consumo da própria família,

principalmente no que se refere a hortas e pequenos pomares, bem como a criação de animais para o fornecimento de produtos alimentícios como carnes, leite e ovos.

O excedente ou “a parcela não comercializada(zável)” desta produção pode desempenhar, ainda, outro importante papel na comunidade vizinha à unidade de produção: gerar sociabilidade¹² entre as famílias, através das trocas e/ou doações de alimentos. Conforme Norder,

Há casos de cultivos de hortaliças que, não podendo ser comercializados, acabam sendo distribuídos entre diversos vizinhos, amigos e parentes no assentamento. A disponibilidade sazonal de alguns alimentos perecíveis fortalece as relações comunitárias: *‘milho verde, quando um tem, todo mundo come’*. Estas relações de troca podem chegar a se tornar regulares e mercantis. Uma família pode comprar leite do vizinho, ovos de outro e, ao mesmo tempo, vender hortaliças para algumas poucas famílias. Há assentados que possuem apenas dois ou três ‘clientes’, com os quais estabelecem preços intermediários entre os vigentes no atacado e no varejo. Estas trocas comerciais não deixam de ser estabelecidas com base nos princípios da solidariedade e da reciprocidade comunitária (NORDER, 2004, p.214).

Norder acredita que o autoconsumo pode ser compreendido como um instrumento de resistência da agricultura familiar, “visando garantir as suas condições mínimas de reprodução, ou ainda permitir que a renda monetária oriunda da comercialização da produção agropecuária tenha outro destino que não a alimentação” (NORDER, 1997, p.46).

Leite e Avila (2007, p.798) acreditam que “a produção própria de alimentos e a garantia de emprego em sua própria terra reduzem a possibilidade de que os agricultores familiares sofram de fome ou desemprego, contribuindo para o papel estratégico do autoconsumo”. Abramovay (1992) vê a produção para o autoconsumo como fundamental para a sobrevivência do agricultor familiar, ao entender que no caso do mercado não ser favorável para a comercialização e obtenção da renda monetária, o objetivo central de alimentar a família não estará totalmente comprometido.

O autoconsumo desempenha papel estratégico na reprodução social do agricultor de base familiar, na medida em que permite ao mesmo manter sob “maior controle”, uma condição essencial a sua existência: a alimentação. Produzir o

¹² A sociabilidade refere-se ao processo pelo qual os indivíduos, as famílias e os grupos sociais se relacionam material e simbolicamente entre si (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007, p.99).

alimento a ser consumido gera ou fortalece a autonomia das famílias sobre seus processos de produção e reprodução social, pois possibilita a alimentação sem processos de intermediação (GAZOLLA, 2004), reduzindo a vulnerabilidade das famílias em relação à insegurança alimentar. Permite ainda a obtenção de renda monetária através da comercialização do excedente que não é consumido, trocado ou reaproveitado na unidade produtiva (por conta da alternatividade dos alimentos produzidos, descrita por Garcia Junior (1983); promove a economia de parte do dinheiro gasto na alimentação, uma vez que, quando a unidade familiar produz seus próprios alimentos, ela deixa de gastar parte do seu recurso monetário no mercado (em direção ao que Lovisoló (1989) definiu por economização). Além destes papéis, o autoconsumo ainda estimula a sociabilidade entre famílias através de circuitos de trocas/doações de alimentos e permite ao agricultor, enquanto consumidor, conhecer a origem ou procedência (ao menos em parte) do que come; sendo, ainda, símbolo ou identidade histórica da cultura de camponeses e agricultores de base familiar.

Contudo, na história da agricultura brasileira, essa produção para o consumo doméstico foi e ainda é taxada de agricultura de subsistência, contrapondo-se à produção agrícola comercial (como a de cana, café e soja), sendo encarada como uma prática retrógrada, técnica e socialmente inferior (KHATOUNIAN, 2001, p.251). Assim como o referido autor, Wanderley (2009, p.42) acredita que a produção para “subsistência” é por muitos desconsiderada ou vista como a expressão do atraso da agricultura familiar ou camponesa; porém, segundo ela, “é antes de tudo, uma estratégia, que visa garantir a autonomia relativa da família”.

De acordo com Ploeg (2006), uma reprodução autônoma é aquela que procura reproduzir-se internamente a partir dos recursos disponíveis localmente; e Garcia Junior (1983) acredita que a produção para o autoconsumo gera a autonomia ao agricultor familiar, em função do princípio da **alternatividade** que alguns alimentos produzidos apresentam, sendo esta entendida por ele como a possibilidade da produção para autoconsumo ser vendida ou consumida pelo grupo doméstico, em função das condições familiares (número de membros trabalhadores e consumidores, diferenciados por sexo e idade, assim como por suas condições sociais de reprodução) e das suas relações de troca com o mercado. Segundo o autor:

Se os preços dos produtos estão altos, o pequeno produtor pode vender a sua produção, guardando o dinheiro para as épocas em que baixarem os preços. Consumirá de sua própria produção apenas o necessário na época em que está vendendo. Se os preços estão baixos e tiver dinheiro, o pequeno produtor adquire o produto necessário ao consumo familiar. Com os preços baixos, caso não tenha dinheiro, lança mão do próprio produto na obtenção do necessário ao consumo familiar. Assim, tanto a comercialização da própria produção quanto ao autoconsumo destes produtos levam em consideração a flutuação dos preços de mercado, não havendo nenhuma falta de sensibilidade a estas flutuações, mas uma forma própria de fazer face a elas. (GARCIA JUNIOR, 1983, p.129).

E esta “autonomia relativa” encontra-se ameaçada. Mesmo diante dos relevantes papéis atribuídos a produção de alimentos para o autoconsumo, esta vem perdendo espaço no campo, sendo inúmeros os fatores responsáveis por este fenômeno. O estudo de Anjos, Caldas e Hirai (2009, p.15) indica¹³ que “a intensificação, a especialização produtiva e a mercantilização da agricultura e do mundo rural, conjuntamente, conspiram para um cenário marcado pelo esvaziamento das práticas de autoconsumo”. Kathounian (2001, p.77) acredita que a busca de uma maior renda monetária leva agricultores familiares a dedicarem menos área e menos trabalho ao consumo doméstico. Grisa e Schneider (2008, p.48) relatam que neste contexto da inserção dos agricultores familiares aos mercados e da penetração das relações capitalistas no campo, “as unidades familiares intensificam o ritmo de trabalho, dão preferência aos “cultivos comerciais”, independente do princípio da alternatividade, e especializam-se em poucas culturas, diferentemente da policultura existente outrora. A produção para o autoconsumo passa de uma condição prioritária para complementar. O tempo de trabalho, a mão-de-obra disponível e os recursos produtivos são reorganizados em função dos cultivos comerciais e estes disputam espaço com o autoconsumo, condicionando-o a uma função de complementaridade”.

Percebendo a diminuição da prática do autoconsumo frente às produções comerciais nos assentamentos, o MST elabora um documento demonstrando sua preocupação com a questão, sugerindo que os assentados deveriam:

¹³ Evidentemente que o fenômeno da redução das práticas do autoconsumo não pode ser explicado exclusivamente pelo exposto. Conforme os autores, “a mudança nos hábitos de consumo, a redução da mão-de-obra disponível nos estabelecimentos familiares decorrente da redução do número de filhos figuram, entre outros fatores, como fortalecedores dessa tendência” (ANJOS; CALDAS; HIRAI, 2009, p.15).

levar em conta a combinação das necessidades básicas de alimentação das famílias assentadas, ou seja, cada assentado deve ter no seu lote ou no coletivo, várias espécies de frutas e verduras que são cultivadas em diferentes épocas do ano. Vários tipos de cereais que são necessários a alimentação humana e também animais e aves que garantam a carne, leite, queijo, banha, ovos, etc. (MST, 2001, p.87).

O Movimento ainda alerta que:

[...] é necessário a organização do planejamento da produção, orientado para satisfazer as necessidades básicas de auto-consumo das comunidades. É possível, é viável e necessário produzir uma variedade de produtos alimentares, tanto de origem animal como vegetal, nas terras conquistadas, de forma que assegure o suprimento da maioria das necessidades básicas. O sentido primeira reforma agrária é a produção com fartura de alimentos [...] **Assegurar nas comunidades a produção da maioria dos alimentos para o auto-consumo constitui-se como elemento central da soberania alimentar e da autonomia camponesa.** Portanto, neste período histórico, produzir para alimentar-se de forma soberana constitui-se em uma tarefa revolucionária, que as famílias dos projetos de assentamento podem aportar (MST, 2009d, p.45, destaque nosso).

Diante do exposto, cresce a importância da luta pela autonomia no campo, seja no que se refere a “o que, como e quando produzir”; ou no que tange “para quem, quando e de que forma comercializar”. Neste contexto, outra reflexão que emerge no cenário internacional atrelada à discussão da segurança alimentar e do autoconsumo é a chamada *soberania alimentar*.

2.3.3 Soberania Alimentar X Segurança Alimentar

A Soberania Alimentar baseia-se no princípio do direito dos povos definirem suas próprias políticas e estratégias de produção, comercialização e consumo dos alimentos que necessitam. Este conceito foi levado ao debate público pela Via Campesina¹⁴ na Cúpula Mundial pela Alimentação, em 1996, e surgiu em

¹⁴ A Via Campesina é uma articulação internacional de organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres rurais e de povos indígenas, que reúne mais de 100 milhões de camponesas e camponeses da Ásia, África, América e Europa (VIA CAMPESINA DO BRASIL, 2002).

resposta ao fato de que agentes do agronegócio globalizado se articularam e se apropriaram do conceito de segurança alimentar, adaptando-o às suas conveniências capitalistas (GONÇALVES, 2008).

Segundo Peter Rosset, pesquisador do Centro de Estudios para el Cambio en el Campo Mexicano (CECCAM) e membro da Via Campesina Internacional, o conceito de soberania alimentar é mais apropriado à realidade camponesa, isto porque, segundo o mesmo:

Segurança alimentar significa que cada criança, cada mulher e cada homem devem ter a certeza de contar com alimento suficiente para cada dia. Porém este conceito não diz nada com respeito à procedência do alimento ou a forma como é produzido. Desse modo, Washington, pode argumentar que a importação de alimentos baratos dos Estados Unidos é uma excelente maneira que tem os países pobres de alcançar a segurança alimentar, mas sem a produção de alimentos próprios. (ROSSET, 2004, p. 59).

Gonçalves (2008) infere que o conceito de soberania alimentar é distinto do de segurança alimentar, pois esta última pressupõe

que os países, sobretudo os mais pobres, podem garantir segurança alimentar a seu povo, reforçando o produtivismo agrícola, ou seja, através de intensivos e crescentes investimentos em tecnologias modernas, como os OGMs, com o uso de insumos para garantir a produtividade, maquinaria para os tratamentos culturais, cultivo do solo e colheitas, garantindo a produção de alimentos para o mercado, que deve ser desburocratizado para garantir renda à nação, em vista das “facilidades” do comércio agrícola mundial e liberalizado, onde aqueles alimentos não produzidos internamente podem ser comprados (GONÇALVES, 2008, p.197).

A definição de soberania foi ampliada durante o Fórum Mundial de Soberania Alimentar, em 2001, passando a ser compreendida como:

O direito dos povos de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade de modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuário, de comercialização e de gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental. A soberania alimentar favorece a soberania econômica, política e cultural dos povos. Defender a soberania alimentar é reconhecer uma agricultura com camponeses, indígenas e comunidades pesqueiras, vinculadas ao território; prioritariamente orientada à

satisfação das necessidades dos mercados locais e nacionais. [...] (FÓRUM MUNDIAL DE SOBERANIA ALIMENTAR, 2001).

A idéia de soberania alimentar proposta pela Via Campesina, ao contrário da de segurança alimentar, considera “o direito dos povos e dos países em definirem suas próprias políticas e estratégias de produção de alimentos destinados ao abastecimento de sua população, antes mesmo da necessidade mercadológica de exportação [...]” (THOMAZ JUNIOR, 2006, p.8), demonstrando a preocupação da primeira com a “autonomia relativa” dos camponeses em produzirem conforme suas necessidades ou estratégias, em contraposição às do mercado. Outra diferença que merece destaque refere-se a relação que ambas apresentam com a natureza; enquanto “a soberania alimentar é fortemente baseada no capital ecológico”, a visão mais “abrangente” da segurança alimentar pressupõe certo afastamento da natureza, já que há a substituição de recursos naturais por insumos e outros fatores artificiais.

Em meados dos anos de 1990, o MST começa a se inserir na Via Campesina. Nessa década também se intensifica a aplicação das políticas agrícolas e agrárias neoliberais pelo governo Fernando Henrique Cardoso. Conforme Stédile (2004, p.17), “a globalização do capital que impõe os mesmos métodos de exploração em todos os países, obriga os movimentos camponeses a também terem estratégias de articulação internacional, rompendo assim seus métodos corporativos e localizados”. Diante desse contexto no Brasil e das influências da Via Campesina internacional, o MST começa a incorporar e estimular em seus discursos e diretrizes, a produção de base agroecológica voltada para o autoconsumo, evidenciando a preocupação do Movimento com a soberania alimentar (CAMPOS, 2006).

Prova desta preocupação por parte do Movimento, pode ser encontrada em “Textos para estudo e debate do 5º Congresso Nacional do MST”:

Nossa proposta de reforma agrária, agora, é muito mais ampla, abrangente e está relacionada não apenas com a democratização da propriedade da terra, mas com todos os bens da natureza, como água, sementes, biodiversidade, e com a forma de organizar a produção agrícola, com a forma de organizar a vida social, nas comunidades no interior. Em resumo, defendemos uma reforma agrária que altere e democratize a propriedade da terra, como primeiro passo. **Priorize a organização da produção de alimentos, saudáveis, para todo o povo brasileiro. É isso é o que se chama de soberania alimentar.**

Nossas terras e recursos naturais devem garantir que o povo produza todos os alimentos que necessita para sua sobrevivência, em todos os municípios do Brasil (MST, 2007, p.90, destaque nosso).

Por fim, fica implícito neste “conceito” de soberania alimentar adotado pelo MST, que a produção para o autoconsumo torna-se uma estratégia fundamental para a promoção da mesma, uma vez que, ao possibilitar o acesso a alimentação sem processos de “intermediação”, basear-se essencialmente no saber local e nos recursos naturais disponíveis na própria unidade produtiva familiar, reduz ou elimina a dependência de fatores e agentes externos à propriedade; que aumentam a vulnerabilidade ou expõem os agricultores a maiores riscos de insegurança alimentar.

A discussão apresentada nesta seção teve por objetivo demonstrar, mesmo que de forma sucinta perante a complexidade e amplitude dos temas, a importância da reforma agrária para a construção da segurança alimentar do país; bem como reafirmar a relevância da contribuição dos assentados de reforma agrária e dos agricultores familiares na promoção da soberania alimentar do país, através de suas estratégias de reprodução, como a produção de alimentos para o autoconsumo.

2.4 O ASSENTAMENTO SANTA MARIA E A COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA VITÓRIA (COPAVI).

O assentamento Santa Maria está localizado no município de Paranacity, fazendo parte da microrregião de Paranavaí e da região noroeste do Paraná (IBGE, 2008); situando-se próximo aos importantes centros consumidores de Maringá (80Km) e Londrina (160Km). O relevo predominante classifica-se como suave ondulado (83,24%) e ondulado (16,76%); os solos são arenosos e ácidos, compondo parte da formação pedológica denominada Arenito Caiuá, que se caracteriza por baixa fertilidade natural dos solos e baixo teor de matéria orgânica. O mesmo tem suscetibilidade à deficiência hídrica e erosão (MOURA, 2006).

A área do assentamento Santa Maria é proveniente de uma antiga fazenda de cana de 256,52 hectares que foi desapropriada pelo decreto número 96.259, de 30 de junho de 1988, por ser considerada improdutivo. A área foi ocupada por um grupo de trabalhadores rurais sem terra do próprio município de Paranacity logo após ter sido desapropriada. Na ocasião, o então proprietário, Michel Sayão, conseguiu que o prefeito, juntamente com os representantes legais do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paranacity, negociasse a saída dos ocupantes da área (PAGAMUNICI, 2001).

O proprietário, aproveitando-se da contestação legal da desapropriação e da desocupação da área, firmou um contrato de arrendamento por 10 anos com a usina de açúcar Santa Terezinha. Porém, em 30 de agosto de 1992, a emissão de posse foi concedida pela justiça com sentença favorável à contestação feita pelo INCRA, confirmada pela resolução n.º 306 de 12 de novembro de 1992 (SEVERINO, 2006).

Em 19 de janeiro de 1993, diante da demora e das negociações que impediam a efetivação do assentamento, 05 meses após a imissão na posse, um grupo de famílias oriundas das regiões Sudeste, Centro-sul e Sudoeste do Estado do Paraná, pertencentes ao MST, ocupou a área. No início, o INCRA não aceitou as famílias pertencentes ao MST, alegando que as de Paranacity tinham preferência na posse da terra, situação que gerou conflito entre as famílias do Movimento e as do município. Estas, que contavam com o apoio do Prefeito e dos sindicalistas rurais, voltaram a montar barracos espalhados por toda a área, como estratégia para impedir que as famílias do MST lá continuassem, porém retiraram-se após somente cerca de quatro dias (MOURA, 2006).

A igreja católica então resolveu demonstrar o seu apoio às famílias do MST, e juntamente com o Movimento, elaborou e distribuiu uma carta aberta à população dos municípios vizinhos, com o intuito de justificar a ação e atraí-los para a causa (SILVA, 2007). Pouco tempo depois, com o objetivo de consolidar as atividades que já vinham ocorrendo de forma coletiva, às famílias ligadas ao MST fundaram, no dia 10 de julho de 1993, uma Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA), denominada de Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória LTDA – COPAVI. Com quarenta cooperados, inicialmente, foi elaborado o estatuto e o regimento interno. Foram criados e organizados os setores, discutidos durante a ocupação: de produção, de comercialização e de administração. A COPAVI passou

a ser a referência do assentamento, tanto na dimensão produtivo-econômica, quanto nas áreas social e política, subordinando-se às diretrizes do MST (MOURA, 2006).

A propriedade da terra, das instalações físicas para a produção e dos meios de trabalho, bem como sua utilização, são constituídas de forma coletiva na COPAVI desde sua fundação. Essa concepção norteou o projeto desenvolvido para a organização da produção e do trabalho já na formação embrionária da cooperativa, ou seja, na etapa de resistência e ocupação da terra, no ano de 1993. A opção pela coletivização, mesmo diante de situações precárias de existência, quando os trabalhadores abdicaram da propriedade individual do seu lote em prol de uma perspectiva, abstrata, da construção da cooperativa, teria sido decisiva para o progresso da COPAVI ao longo dos anos. Os sócios constataram que a somatória das potencialidades latentes nos primórdios da cooperativa, após serem ativadas, resultou na consolidação de um empreendimento solidário tido como exitoso (CHIARIELLO, 2008).

A Cooperativa está organizada em dois pilares inter-relacionados: o político e o administrativo. Na parte da organização política, realizam-se as discussões e definem-se as estratégias. Na organização administrativa, executam-se as decisões tomadas na instância da organização política. As duas se guiam pelo regimento interno (disponibilizado no anexo 1) e pelo estatuto social. O planejamento global da empresa, o conselho diretor, os coordenadores dos setores, a admissão e exclusão dos sócios e a prestação de contas são definidas na assembléia geral, que é realizada mensalmente com a participação de todos os sócios (MOURA, 2006). A figura 1 apresenta um organograma da estrutura política e administrativa da COPAVI.

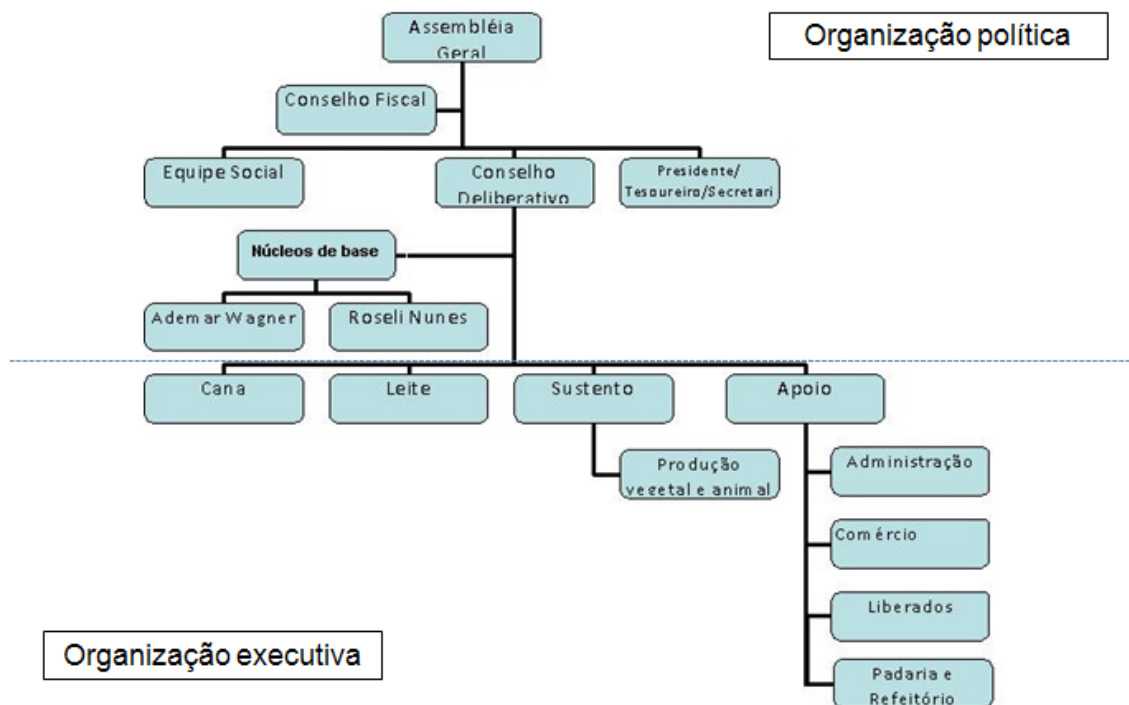


Figura 1 – Organograma com a estrutura política e executiva da COPAVI.
Fonte: Calza, 2009.

Com base no estudo de Chiariello (2008), é apresentado a seguir um detalhamento da organização política:

Assembleia Geral dos sócios: realizada mensalmente, é a instância máxima de deliberação na cooperativa. Representa a confluência de seus aspectos político e produtivo, sendo a presença de todos os sócios obrigatória, cada um com direito a um voto, deliberando acerca de questões referentes ao relacionamento entre os cooperados e às atividades dos setores. Os setores acatam as resoluções da assembleia no tocante a mudanças no andamento das atividades produtivas, comerciais e financeiras, em concordância com o Estatuto Social.

Conselho fiscal: órgão independente do conselho deliberativo e que tem por atribuições resguardar o patrimônio da cooperativa, conferir as horas trabalhadas pelos cooperados e fiscalizar as atividades dos setores, no que diz respeito à sua regularidade financeira e contábil. O conselho fiscal se remete diretamente à Assembleia Geral quando se faz necessário e é composto por três membros efetivos e três suplentes, eleitos a cada três anos.

Conselho deliberativo: forma a direção legal da cooperativa e é composto pelo presidente, secretário-geral, tesoureiro, que são a diretoria, e por todos os coordenadores dos setores. O conselho deliberativo é eleito pelo voto secreto de todos os cooperados para um exercício de três anos. Ao conselho deliberativo compete representar externamente a cooperativa em questões políticas, econômicas e jurídicas. O presidente da cooperativa é o sócio responsável por e coordenar a Assembléia Geral e as reuniões do conselho deliberativo.

Equipe Social: responsável por debater assuntos ligados ao relacionamento entre os cooperados, promover a coalizão em torno de objetivos comuns e equacionar problemas mais sérios de relacionamento, quando já discutidos nos núcleos das famílias. A cooperativa conta, ainda, com a assistência periódica de um psicanalista da CONCRAB.

Núcleos das famílias (núcleo Ademar Wagner e núcleo Roseli Nunes): corresponde ao espaço destinado às casas dos cooperados. Permite maior proximidade e socialização entre os cooperados, “levantando” as demandas pessoais dos sócios de forma a contemplar questões relevantes a serem apresentadas na Assembléia Geral, além de auxiliar na conciliação de interesses conflitantes entre cooperados.

No assentamento vivem atualmente vinte e três famílias, totalizando 73 assentados. Do total de assentados, quarenta e um são cooperados (os outros 32 se referem a crianças e adolescentes), que trabalham e estão distribuídos nos setores (ou atividades produtivas) da seguinte forma: seis no setor sustento, seis em tempo integral mais dois em meio período no setor leite, quatorze na cana em tempo integral mais dois em meio período no setor cana¹⁵, quatro mulheres no refeitório comunitário e na padaria, dois na administração, um no comércio, além de outros seis liberados ¹⁶(sendo que três estão fisicamente distantes da COPAVI para que contribuam na organização, em encontros e discussões do MST em diversas localidades do país; enquanto os outros três vivem no assentamento mas tem suas rotinas de trabalho fora do assentamento, mas que contribuem ocasionalmente em

¹⁵ Para o setor ainda são contratados trabalhadores para o auxílio do “corte da cana”. No final da safra de 2009 foram contratados quinze “cortadores de cana”, sendo que a maior parte destes eram diaristas. Há cerca de três anos, um diarista tornou-se cooperado após ter sua filiação proposta e aceita pelos cooperados em sessão da Assembléia Geral da COPAVI; entretanto, em janeiro de 2010 o mesmo acabou se desfiliando para retornar a cidade com sua esposa e filho recém-nascido.

¹⁶ Sendo que estas contribuições podem ocorrer de forma integral ou parcial.

algumas atividades produtivas, como na ordenha das vacas e ou no comércio com a Kombi). Dos quarenta e um cooperados, quinze são “pioneiros”, ou seja, vivem na área desde o momento da ocupação ou acampamento até os dias de hoje; na ocasião do estudo dois destes estavam fora da COPAVI.

A organização executiva é a instância responsável pela organização das atividades e a sua execução, e, eventualmente, as discussões do processo de trabalho em si. As subdivisões desta instância, os chamados setores, discutem questões relacionadas com a produção e a execução dos planos aprovados pela assembleia. O coordenador executivo é responsável direto pelas atividades produtivas, seja da produção primária, da agroindustrialização, das questões administrativas e comerciais. Esse tem como função contribuir para a elaboração e organização dos trabalhos, além de garantir a integração e harmonia entre as diferentes atividades, bem como servir de apoio aos coordenadores dos setores (SILVA, 2007). O quadro 1 apresenta uma descrição das atividades produtivas da COPAVI com suas respectivas áreas.

Quadro 1 – Áreas (ha) das atividades produtivas da COPAVI, setembro de 2009.

Espaço/Atividade	Área (hectare)
Agrovila e espaço social	04 ha
Mata ciliar	10 ha
Reflorestamento (eucalipto)	16 ha
Reserva legal	40 ha
Pastagens	60 ha
Cana	84 ha
Aves e suínos	01 ha
Horta	04 ha
Produção sustento (mandioca, abacaxi, milho, abobora)	01 ha
Mandioca	02 ha
Áreas de circulação e estradas	10 ha
Total	230 ha

Fonte: Dados de Calza (2009), a partir de entrevistas com assentados; destaque nosso.

As atividades relacionadas à produção de alimentos para o autoconsumo dos assentados encontram-se distribuídas no setor sustento da organização executiva da cooperativa, organizadas em produção vegetal e animal; sendo que o setor abrange as seguintes atividades produtivas: horta, pomar, lavoura

(mandioca e milho), suínos e aves. Como se nota, na ocasião do levantamento de Calza (2009), a soma das áreas destinadas prioritariamente a produção de alimentos para autoconsumo foi de 6 ha, representando pouco mais de 2,6% da superfície total da COPAVI; exemplificando a subvalorização do setor sustento perante outros da Cooperativa. Em função da relevância econômica das cadeias produtivas do leite e da cana, estas encontram-se organizadas em setores próprios como forma de permitir um maior ou melhor controle de aspectos técnicos e administrativos da produção.

Com relação à organização do trabalho, a distribuição e execução das tarefas estão organizadas em quatro setores, denominados de atividades. Os coordenadores de cada atividade encarregam-se de organizar a produção, controlando e organizando a mão-de-obra da atividade; requerendo materiais ou produtos à secretária com o orçamento prévio; anotando e repassando os dados de horas trabalhadas dos membros da atividade; analisando e avaliando o desempenho da atividade mensalmente e respondendo pelos equipamentos utilizados. Em reuniões semanais, busca-se a solução para os problemas que surgem diariamente, tendo em vista o atendimento da demanda do mercado (MOURA, 2006).

Pelo Regimento Interno, homens e mulheres devem trabalhar no mínimo 176 horas mensais, em casos normais (MOURA, 2006). Segundo Severino (2006), a distribuição das tarefas aos trabalhadores é determinada em assembléia, definindo o conteúdo de trabalho de cada membro a partir da afinidade, capacidade de trabalho e disponibilidade de cada trabalhador para atuarem em cada setor. Já os métodos de trabalho são determinados pelos membros dos setores em reuniões de seus grupos. A rotação de trabalho não é muito freqüente, mas é entendida como necessária.

Ao longo do segundo semestre de 2007, a COPAVI realizou uma série de estudos para elaboração de um novo modelo de controle e medição do trabalho, visando uma mudança na aferição do trabalho e na forma de remuneração. O novo modelo considera, além das horas trabalhadas, um diferencial em função de determinadas condições as quais os trabalhadores são expostos quando executam o trabalho, em ordem decrescente de relevância: a) penosidade da atividade para o corpo, que leva em conta o desgaste físico exigido para a realização da atividade; b) exposição ao calor, principalmente no trabalho junto às caldeiras durante o processamento da cana-de-açúcar; c) exposição ao sol, verificado nas atividades

ligadas ao manejo da terra, cultivo e colheita dos gêneros agrícolas; d) postura corporal durante a atividade, ou seja, o nível de desconforto físico suportado pelo trabalhador; e) capacitação técnica requerida para a atividade, considerando o tempo dedicado pelo trabalhador para alcançar determinada competência; f) grau de interação com outros trabalhadores que a atividade proporciona; g) necessidade de tomada de decisões, contemplando a recepção de responsabilidades pelo trabalhador (CHIARIELLO, 2008).

A renda das famílias da COPAVI é distribuída através do cálculo da somatória das horas trabalhadas dos membros de cada família, multiplicada pelo valor da hora/cooperado definida em assembléia. Conforme Severino (2006), uma família (casal mais dois adolescentes) conseguia obter em média uma renda monetária de seiscentos reais (R\$ 600,00) mensais, trabalhando aproximadamente 26 dias no mês; sendo que a renda ainda é acrescida da não monetária. Pode-se classificar como renda não monetária: a moradia, o consumo de energia elétrica, água, transporte e café da manhã; que ficam ao encargo da COPAVI.

Ainda conforme Moura (2006, p.110):

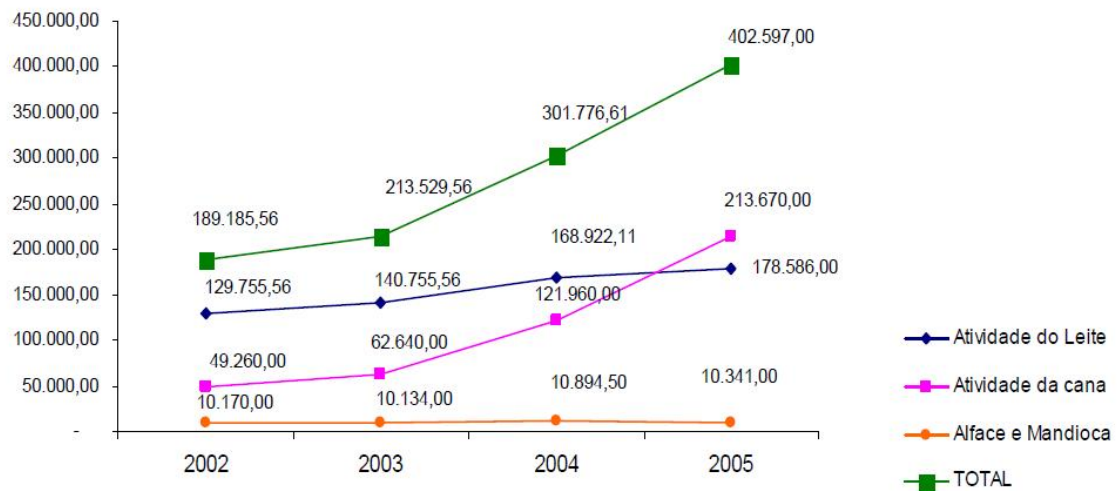
O almoço e o café da manhã acontecem no refeitório coletivo para todos os moradores do assentamento. No refeitório coletivo o almoço é pago mediante a quantidade consumida por cada pessoa, como num self service, onde as pessoas se servem e o peso é anotado, sendo o valor posteriormente deduzido do valor das sobras. As verduras e sobremesas são colocadas à parte e podem ser servidas à vontade, não entram na dedução. O controle das refeições é feito a fim de efetuar o desconto referente à remuneração de cada cooperado. Os valores descontados referentes às refeições (café e almoço) representam em torno de 10% do valor das sobras mensais das famílias. O objetivo do restaurante é a liberação de mão-de-obra familiar, principalmente das mulheres, para as atividades produtivas. Esse espaço também acaba sendo importante para comunicados e discussões breves acerca de questões internas da Cooperativa ou mesmo para repasse de informes externos. Energia e alimentos adquiridos fora são pagos pelos cooperados.

A Cooperativa tem registrado em seu acervo histórico-contábil, uma lista de alimentos comprados para o preparo das refeições dos cooperados no período que se estende de março de 2001 a março de 2010. Em função da Cooperativa praticamente não ter registros de quantidades/diversidade/frequência de alimentos produzidos no Assentamento e autoconsumidos no refeitório e pelas famílias (e assim, de certa forma, desconsidera a importância da renda não

monetária oriunda da produção para o autoconsumo), a lista de compras do refeitório comunitário assume maior relevância na discussão deste estudo, já que ela pode se apresentar como um “termômetro” da produção para o autoconsumo na COPAVI; na medida em que possibilita analisar (ao menos em parte), a quantidade e o gasto monetário total com a compra de alimentos que poderiam ser produzidos no Assentamento. O segundo artigo desta dissertação apresenta um importante debate sobre o refeitório comunitário e disponibiliza parte da lista dos alimentos comprados para o preparo das refeições dos cooperados.

No que tange ao aspecto econômico das atividades produtivas, Silva (2007) apresenta um gráfico sobre a evolução das vendas da COPAVI no período de 2002 a 2005, que está disponibilizado abaixo.

Gráfico 1 – Evolução (R\$) das vendas da COPAVI, período 2002-2006.



Fonte: Dados da COPAVI, 2006

Como se nota, a atividade cana era responsável pela maior parte do faturamento da cooperativa, ou seja, o setor canavieiro apresentava-se como principal setor econômico da COPAVI. Dentre os três produtos da cana que eram comercializados (açúcar mascavo, cachaça e melado de cana), somou-se em 2005, um montante de R\$ 213.670,00. Com relação à atividade leite, de 2002 a 2005, ela apresentou o crescimento de 26,24%, sendo a mesma de fundamental importância

no que se refere a agregação de valor; representando ao final do período, um faturamento de R\$ 178.586,00. Além dos citados, contribuíam no faturamento da cooperativa, mesmo que de forma modesta (comparada com as atividades do leite e da cana), a alface e a mandioca, que somaram em 2005 o montante de R\$ 10.341,00.

Em 2009, o setor cana (cana/derivados¹⁷ e cachaça) respondeu por aproximadamente metade das receitas da cooperativa, como demonstra o quadro 2.

Quadro 2 – Receitas de atividades/setores produtivos da COPAVI, total e relativa (%), período de 2007 a 2010.

Atividades	2007			2008			2009		
	R\$	%	Acumulado	R\$	%	Acumulado	R\$	%	Acumulado
Cana e Derivados	523.038,96	60,19	60,19	383.336,46	52,75	52,75	334.982,95	49,46	49,46
Leite e Derivados	213.322,88	24,55	84,74	216.881,43	29,84	82,59	226.129,48	33,39	82,85
Produtos de revenda	41.760,53	4,81	89,55	39.162,02	5,39	87,98	30.064,98	4,44	87,29
Panificados	37.408,10	4,31	93,86	27.529,50	3,79	91,77	27.002,82	3,99	91,28
Cachaça	18.255,95	2,10	95,96	22.827,75	3,14	94,91	21.310,89	3,15	94,43
Refeitório	13.697,13	1,58	97,53	14.508,64	2,00	99,47	14.993,92	2,21	96,64
Serviços	12.636,82	1,45	98,99	18.634,88	2,56	97,47	20.035,05	2,96	99,60
Hortaliças	8.798,88	1,01	100,00	3.852,06	0,53	100,00	2.703,76	0,40	100,00
TOTAL	868.919,25	100		726.732,74	100		677.223,85	100	

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da COPAVI.

*A receita bruta operacional da COPAVI em 2009 foi de R\$688.003,74, a diferença se refere a outras fontes de arrecadação.

Se comparado com o ano de 2007, o valor arrecado pelo setor apresentou queda de aproximadamente R\$185.001,00 (retração de 34%), justificada por um período de inatividade do engenho, em função da substituição de partes da estrutura do mesmo (modernização tecnológica).

O setor leite foi a segunda mais relevante fonte de receita, totalizando R\$226.129,48 ao final de 2009; o que significa um leve crescimento de R\$12.806,60 em relação a 2007. Em relação aos demais resultados, mister observar a expressiva queda de participação das hortaliças na receita da cooperativa, de quase 70% entre 2007 e 2009. Quase a totalidade das receitas de produtos da

¹⁷ A segregação de cachaça dos derivados de cana foi adotada pelos cooperados em função da necessidade de terem um “melhor controle” de aspectos técnicos e econômicos das atividades produtivas do setor cana.

revenda¹⁸, serviços e refeitório se referem à receita monetária dos próprios cooperados, que na ocasião do acerto de sobras monetárias mensais acertam seus gastos com a cooperativa.

Devido ao retorno monetário das atividades cana e leite, a COPAVI deixou de priorizar a produção voltada para o autoconsumo, dinamizando a produção destinada à comercialização. Khatounian (2001, p. 251) acredita que “a medida que a inserção no mercado se torna mais favorável, tende a haver uma diminuição da produção para consumo doméstico, quase desaparecendo em muitos casos”. Ao perceberem que a produção de alimentos estava tendo seu espaço reduzido no Assentamento, os assentados passaram a debater com maior frequência a importância da produção para o autoconsumo (CHIARIELLO, 2008).

¹⁸ Trata-se de uma sala localizada no barracão do refeitório, onde a cooperativa disponibiliza aos cooperados produtos (especialmente alimentícios) para venda, a preço de custo ou de atacado, que podem ser pagos na ocasião do acerto das sobras monetárias mensais.

3 ARTIGO A: PERCEPÇÃO DE ASSENTADOS PARA COM A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS PARA AUTOCONSUMO EM UM ASSENTAMENTO RURAL DE ORGANIZAÇÃO COLETIVA.

Resumo

No assentamento Santa Maria está sediada a Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória (COPAVI), em Paranacity, noroeste do Paraná; ambos vistos como “modelo” de reforma agrária no Brasil, tanto pelo INCRA quanto pelo MST. Parte deste “sucesso” pode ser atrelado ao retorno econômico proporcionado pela agroindustrialização da cana-de-açúcar, para geração de renda monetária as famílias dos assentados. Para tanto, à Cooperativa destina grande parte de seus recursos produtivos à cadeia produtiva da cana, resultando na subvalorização da produção de alimentos para autoconsumo dos assentados; fato que gera “preocupação” em parte dos mesmos. Para compreender melhor esta “preocupação”, este estudo foi conduzido, com a realização de entrevistas que foram norteadas por um questionário semi-estruturado. Os resultados revelam, entre outras coisas, que na visão dos considerados, os dois principais “prejuízos” por não estarem mais produzindo boa parte dos alimentos que consomem, são: o fato de estarem se distanciando de alimentos agroecológicos (entendido como pressuposto para a boa saúde do homem e do meio ambiente); e de deixarem de economizar parte da renda monetária, ao gastarem com a compra de alimentos que poderiam produzir no assentamento.

Palavras chave: Assentamento Santa Maria. COPAVI. Cooperativa. Soberania alimentar. Segurança alimentar.

PERCEPTION OF THE SETTLERS ABOUT THE PRODUCTION OF FOOD FOR SELF-CONSUMPTION IN A RURAL SETTLEMENT WITH COLLECTIVE ORGANIZATION

Abstract

This paper presents the perceptions of the settlers about the production of food for self-consumption in a rural settlement with collective organization in which they live. Self-consumption is understood as the part of the agricultural production in the establishment that is meant for consumption of the family members, especially what is produced by the small orchards, vegetable gardens, and the breeding of animals to supply food. The settlement studied is Santa Maria, where the Cooperativa de

Produção Agropecuária Vitória Ltda. (COPAVI) – Farming Production Cooperative of Vitória – is based. It is located at the county of Paranacity, northeast region of the State of Paraná (Brazil). Existing for already seventeen years and owning approximately two million reais of fixed assets, it is considered by the National Institute for Colonization and Land Reform (INCRA) and the Landless Workers Movement (MST) as a model in land reform. Part of this success is the result of the money provided by the agro industrialization of sugarcane (in brown sugar, molasses and organic cachaça – a kind of liquor). Due to this relevance, the Cooperative started to destine a great amount of their productive resources (economical, physical and human) to this productive chain, resulting in the sub valorization and consequently unsatisfactory food production for the self-consumption of the settlers. This generated discomfort and worries on part of the community. To better understand this matter or reality, this study was made through interviews relied on a list of questions (semi-structured questionnaire). The results show that, according to the interviewed, the two main reasons for producing food to be consumed are the possibilities of growing food without the use of pesticides (or being agro ecological) and the reduction of the expenditures with food; besides confirming the concern of all with the current situation of the production in the settlement, and also expressing the desire and their proposals of changes.

Keywords: Settlement Santa Maria. COPAVI. Cooperative. Food sovereignty. Plant for self-consumption.

3.1 INTRODUÇÃO

Percepção é o ato, efeito ou faculdade de perceber; sendo que este verbo faz referência a ação de adquirir conhecimento, formar idéia, entender e compreender objetos, fenômenos e realidades através dos sentidos. Conforme Moustakas (1994, p.26) citado por Moreira (2004), “a percepção serve como começo essencial de uma ciência que busca determinações válidas que são abertas à verificação de qualquer um”.

O presente artigo apresenta o percepto de assentados sobre a produção de alimentos para autoconsumo, sendo que este é entendido como a parcela da produção agropecuária realizada no estabelecimento e destinada ao consumo alimentar dos membros da família, especialmente no que se refere a pequenos pomares, hortas e criação de animais para o fornecimento de produtos alimentícios, de acordo com a definição adotada por Dombek, Tereso, Bergamasco (2006) em recente estudo sobre a segurança alimentar em assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema (SP).

O autoconsumo desempenha papel estratégico na reprodução social do agricultor de base familiar, na medida em que permite ao mesmo manter sob “maior controle”, uma condição essencial a sua existência: a alimentação. Produzir o alimento a ser consumido gera ou fortalece a autonomia das famílias sobre seus processos de reprodução social, pois: possibilita a alimentação sem processos de intermediação (GAZOLLA, 2004), reduzindo sua vulnerabilidade em relação à insegurança alimentar; permite a obtenção de renda monetária através da comercialização do excedente que não é consumido, trocado ou reaproveitado na unidade produtiva (por conta da alternatividade¹⁹ dos alimentos produzidos, descrita por Garcia Junior (1983)); a economia de parte do dinheiro gasto na alimentação, uma vez que, quando a unidade familiar produz seus próprios alimentos, ela deixa de gastar parte do seu recurso monetário no mercado (em direção ao que Lovisolo (1989) definiu por economização). Além destes relevantes papéis, o autoconsumo ainda estimula a sociabilidade entre famílias, através de circuitos de trocas/doações de alimentos, e permite ao agricultor, enquanto consumidor, conhecer a origem ou procedência (ao menos em parte) do que come.

Entretanto, mesmo diante destes relevantes papéis, a prática do autoconsumo vem perdendo espaço no campo, sendo inúmeros os fatores responsáveis por este fenômeno. O estudo de Anjos, Caldas e Hirai (2009, p.15) indica²⁰ que “a intensificação, a especialização produtiva e a mercantilização da agricultura e do mundo rural, conjuntamente, conspiram para um cenário marcado pelo esvaziamento das práticas de autoconsumo”. Khatounian (2001, p.77) acredita que a busca de uma maior renda monetária leva agricultores familiares a dedicarem menos área e menos trabalho ao consumo doméstico. Grisa e Schneider (2008, p.48) relatam que neste contexto da inserção dos agricultores familiares aos mercados e da penetração das relações capitalistas no campo, “as unidades familiares intensificam o ritmo de trabalho, dão preferência aos “cultivos comerciais”,

¹⁹ Para o autor, alguns cultivos permitem tanto o autoconsumo quanto a venda, de acordo com a demanda da família, preço no mercado e perecibilidade do produto. “A alternatividade das “lavouras de subsistência”, entre ser vendida ou autoconsumida, permite atuar diante das flutuações dos preços de mercado de forma a maximizar as chances de se atender aos requisitos do consumo familiar” (GARCIA JUNIOR, 1983, p.129).

²⁰ Evidentemente que o fenômeno da redução das práticas do autoconsumo não pode ser explicado exclusivamente pelo exposto. Conforme os autores, “a mudança nos hábitos de consumo, a redução da mão-de-obra disponível nos estabelecimentos familiares decorrente da redução do número de filhos figuram, entre outros fatores, como fortalecedores dessa tendência” (ANJOS; CALDAS; HIRAI, 2009, p.15).

independente do princípio da alternatividade, e especializam-se em poucas culturas, diferentemente da policultura existente outrora. A produção para o autoconsumo passa de uma condição prioritária para complementar. O tempo de trabalho, a mão-de-obra disponível e os recursos produtivos são reorganizados em função dos cultivos comerciais e estes disputam espaço com o autoconsumo, condicionando-o a uma função de complementaridade”.

Este estudo teve a oportunidade de se deparar com uma situação que, em parte, converge para as explanações dos autores acima mencionados. No assentamento Santa Maria, de organização coletiva²¹, está sediada a Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória Ltda. (COPAVI), que, com pouco menos de 17 anos de existência, apresenta um balanço patrimonial (entre ativo e passivo) de aproximadamente dois milhões de reais (segundo dados fornecidos pela própria), sendo considerada modelo de reforma agrária pelo MST e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (PIAÚÍ, 2008; G1, 2009).

No início de sua atividade, em 1993, a COPAVI procurava orientar suas ações no sentido de prover a alimentação dos cooperados, proporcionar boas condições de moradia e garantir o direito à educação aos filhos destes; a produção de gêneros alimentícios direcionados ao autoconsumo dos sócios norteava as atividades da cooperativa. Com o acesso às primeiras linhas de crédito oficial, a partir de 1994, os cooperados optaram por realizar investimentos na estrutura produtiva da cooperativa, destinando boa parte do recurso financeiro às cadeias produtivas do leite e da cana, para que, assim, pudessem aumentar a comercialização de seus produtos com o mercado; como forma de alcançarem maiores ganhos monetários na renda total das famílias (CHIARIELLO, 2008).

Entre os reflexos deste direcionamento de recursos produtivos (econômicos, físicos e humanos), em direção a especialização produtiva, está a diminuição de relevância e de recursos produtivos direcionados às atividades voltadas à produção de alimentos para o autoconsumo das famílias; fato que tem

²¹ A propriedade da terra, das instalações físicas e dos meios de produção, assim como o trabalho dos assentados, baseia-se em princípios ou relações coletivistas desde a fundação da Cooperativa. Para o Movimento (MST, 2008), o “coletivo”, em especial as Cooperativa de Produção Agropecuária - CPA, apresenta inúmeras vantagens, sendo a CPA a forma mais avançada de organização da produção, ao permitir que assentados somem ou unam esforços para a obtenção de recursos produtivos (como crédito rural, equipamentos para agroindustrialização e assistência técnica) e comercialização de seus produtos.

afetado o desempenho ou a eficiência destas, tanto no que se refere à diversidade quanto à quantidade/qualidade do que é produzido.

Percebendo e vivenciando alguns dos efeitos desta “subvalorização” da produção de alimentos para o autoconsumo, parte²² dos assentados passaram a ter questionamentos sobre a relevância e a situação atual desta produção na COPAVI, tendo como principais argumentos: o fato de cada vez mais recorrerem ao mercado para acessarem alimentos básicos, que poderiam ser produzidos no assentamento (o que, além de deixá-los expostos as oscilações de preços do mercado, os afastam da procedência agroecológica do alimento, vista por eles como fundamental para a boa saúde do homem e do meio-ambiente); e de estarem se distanciando de um dos pilares históricos da COPAVI, que é a produção de gêneros para satisfação das necessidades alimentares dos cooperados.

Levando em conta tal realidade e considerando a relevância do tema, este artigo tem por objetivo apresentar um estudo sobre a percepção de assentados da COPAVI em relação à produção de alimentos para o autoconsumo, no sentido de abordar os “papéis” (ou a importância) desta, bem como também apresentar, na visão ou perspectiva dos entrevistados, a situação atual desta produção em relação ao seu desempenho histórico no assentamento.

3.2 MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa foi desenvolvida ao longo dos dois primeiros meses de 2010, no assentamento Santa Maria, onde está sediada a Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória Ltda; localizada em Paranacity, região noroeste do Estado do Paraná. Para uma melhor compreensão do estudo, se faz necessário ter algumas noções prévias sobre a COPAVI e a sua forma de organização da produção. A cooperativa está organizada em dois pilares inter-relacionados: o político e o administrativo (ou executivo). Na parte da organização política, realizam-se as discussões e definem-se as estratégias. Na organização administrativa, executam-se as decisões tomadas na instância política; as subdivisões do administrativo, os chamados setores, discutem apenas questões relacionadas com a produção e a

²² Observações de Chiariello (2008) e do autor (levantadas na ocasião de sua primeira visita à Cooperativa).

execução dos planos aprovados pela assembleia. A figura 1 apresenta um organograma, que ilustra a organização política e executiva da COPAVI.

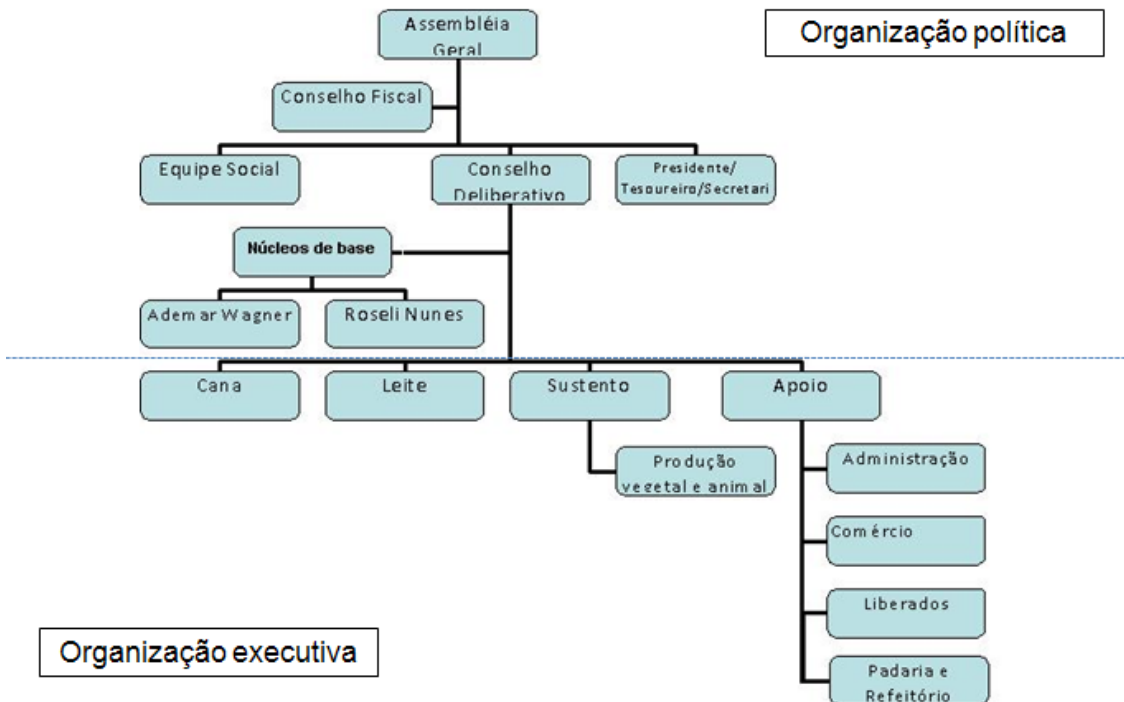


Figura 1 – Organograma com a estrutura política e executiva da COPAVI.
Fonte: Calza, 2009.

As atividades relacionadas à produção de alimentos para o autoconsumo dos assentados encontram-se distribuídas no setor sustento da organização executiva da cooperativa, organizadas em produção vegetal e animal; sendo que o setor abrange as seguintes atividades produtivas: horta, pomar, lavoura, suínos e aves. Em função da relevância econômica das cadeias produtivas do leite e da cana, estas encontram-se organizadas em setores próprios, como forma de permitir maior ou melhor controle de aspectos técnicos e administrativos da produção.

No assentamento, vivem, atualmente, vinte e três famílias, totalizando setenta e três assentados. Do total de assentados, quarenta e um são cooperados (os trinta e dois restantes se referem a crianças e adolescentes), que trabalham e estão distribuídos nos setores (ou atividades produtivas) da seguinte

forma: seis no setor sustento, seis em tempo integral mais dois em meio período no setor leite, quatorze na cana em tempo integral mais dois em meio período no setor cana²³, quatro mulheres no refeitório comunitário e na padaria, dois na administração, um no comércio, além de outros seis liberados (sendo que três estão fisicamente distantes da COPAVI, para que contribuam na organização, em encontros e discussões do MST em diversas localidades do país; enquanto os outros três vivem no assentamento, mas têm suas rotinas de trabalho fora do assentamento, contribuindo ocasionalmente em algumas atividades produtivas, como na ordenha das vacas e ou no comércio com a Kombi).

Dos quarenta e um cooperados, quinze são “pioneiros”, ou seja, vivem na área desde o momento da ocupação ou acampamento até os dias de hoje; na ocasião do estudo, dois destes estavam fora da COPAVI. Por da ausência de alguns e da rotina de trabalho dos cooperados, não foi viável a realização de uma pesquisa do tipo censitária. Tais limitações permitiram a factibilização de dezenove entrevistas do tipo semi-estruturada (que seguiram um roteiro²⁴ de perguntas), que foram registradas em gravador de áudio e complementadas com anotações feitas “à lápis”, pelos próprios assentados, nos questionários. Ponto que cabe ser mencionado é a oportunidade que o autor teve de trabalhar ao lado de assentados em algumas atividades do setor sustento, em especial na atividade horta; fato que o aproximou de um espaço fecundo para a compreensão do cotidiano daqueles trabalhadores, acercando-se de certas reflexões, preocupações e perspectivas daqueles que, posteriormente, seriam entrevistados.

Das dezenove entrevistas realizadas (o anexo 2 apresenta a lista de entrevistados e algumas características destes), dez foram com assentados que vivem no assentamento desde a fase de acampamento (salientando que dois estavam “fora” da COPAVI na ocasião do estudo, enquanto os outros três não foram entrevistados por conta das adversidades apontadas anteriormente). Devido ao fato dos demais entrevistados terem chegado ao assentamento em momentos ou períodos distintos, a discussão da situação atual do autoconsumo em relação ao

²³ Para o setor, ainda são contratados trabalhadores para o auxílio do “corte da cana”. No final da safra de 2009, foram contratados quinze “cortadores de cana”, sendo que a maior parte destes era diarista. Há cerca de dois anos, um diarista tornou-se cooperado, após ter sua filiação proposta e aceita pelos cooperados em sessão da Assembléia Geral da COPAVI.

²⁴ Além do roteiro, o autor ainda fez perguntas adicionais para elucidar questões e melhor compreender o contexto dos depoimentos. O questionário utilizado como norteador das entrevistas está disponível no anexo 1.

desempenho histórico desta produção no assentamento, foi pautada exclusivamente nos depoimentos dos dez “pioneiros”. Tal opção consiste na valorização de critérios de representatividade qualitativa, valendo-se das chamadas “amostras intencionais”, que segundo Thiollent (1996, p.62), “trata-se de um pequeno número de pessoas que são escolhidas intencionalmente em função da relevância que elas apresentam em relação a um determinado assunto”. Para a análise e discussão dos resultados sobre a percepção dos assentados em relação à relevância ou papéis do autoconsumo (bem como das preferências alimentares deles por hortaliças, frutíferas, produtos da lavoura, carne e derivados), todos os entrevistados foram igualmente considerados.

3.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção foi organizada em subseções, de forma a proporcionar maior clareza e fluência na leitura e compreensão dos resultados levantados na pesquisa de campo. Na primeira delas, é apresentado um estudo empírico sobre a percepção dos entrevistados em relação aos papéis ou funções atribuídas ao autoconsumo; a segunda subseção contempla um levantamento sobre as preferências alimentares dos assentados em relação à hortaliças, frutíferas, produtos da lavoura, carnes e derivados. Por fim, a terceira parte desta seção traz uma pesquisa sobre a percepção de alguns dos pioneiros da COPAVI em relação aos desempenhos históricos e atual da produção de alimentos para o autoconsumo no assentamento.

3.3.1 Percepção dos Entrevistados em Relação aos Papéis do Autoconsumo

*“É melhor vender barato do que comprar barato” - João Borges, assentado da
COPAVI.*

Dos dezenove entrevistados, oito deles relataram ter passado por situação de fome, no sentido de que enfrentaram restrições, que impediram o

acesso ao alimento, limitações estas especialmente atreladas à falta de dinheiro; sendo que, na ocasião, todos tinham acesso à terra. A seguinte declaração de um entrevistado ajuda a apresentar e discutir a questão:

Eu sempre fui agricultor, plantava e colhia de tudo. No meu sítio posso dizer que do básico eu tinha de tudo: arroz, feijão, mandioca, milho, fruta, amendoim, cebola. Daí fiz algumas dívidas, tive que emprestar dinheiro do banco. Nessa época piorou a plantação de tudo na roça, faltava dinheiro pra compra as coisas e passei dificuldade com a alimentação, posso dizer que a fome dói, não tinha mais condições de sobreviver na roça. Como não conseguia pagar as contas do banco, vendi a terra pra outro agricultor para não perder pra eles. Depois disso trabalhei em padaria e por um dia precisei vender sorvete para comprar as coisas em Campo Mourão (E11).

Como visto, o acesso à terra não foi suficiente para garantir a alimentação do agricultor. O depoimento de um dos pioneiros no assentamento sobre as dificuldades enfrentadas por ele e por seus “companheiros de luta” durante a fase de acampamento, no então latifúndio de cana, é outra demonstração de como a restrição econômica afetou(a) a produção de alimentos para o autoconsumo:

*quando a gente tava acampado, principalmente nos dias depois que chegamos, passamo dificuldade, não posso dizer que não tinha nada pra gente comer, mas o que tinha era bem contado, tinha que dividir a colher e dar preferência pras criança primeiro. Na terra o que tinha era cana e **como a gente ainda não tinha dinheiro suficiente pra comprar as coisas pra plantar e criar**, contamo com a ajuda de algumas pessoas até conseguir, principalmente do padre Roberto e do doutor João, que emprestou duas vacas pra gente (E01, destaque nosso).*

Outro entrevistado, relatou as dificuldades com a alimentação enfrentadas durante a fase de acampamento: “no começo, no acampamento, a comida era pouca, às vezes o que tinha não dava pra mata a fome mas a gente se virava e dividia pra que todo mundo conseguisse comer” (E07).

Em relação aos papéis ou relevâncias do autoconsumo, a possibilidade de produzirem o alimento isento do uso de agrotóxicos (ou de serem agroecológicos) ao lado do fator econômico (mais no que se refere à redução de gastos monetários com a alimentação do que em função de uma possível renda no caso da comercialização do não consumido), foram considerados os maiores benefícios de se produzir o próprio alimento. Os próximos cinco depoimentos exemplificam tais constatações:

Pra mim é importante produzir pro sustento porque daí tu sabe o que tá comendo, tu vai lá na horta e tira a verdura sem medo de estar comendo com agrotóxico, é a procedência agroecológica, neh? Depois, a gente também gasta menos no mercado (E07).

Ir na horta e pegar a verdura que vai comer, você sabe que é um produto natural, saudável. E você ainda ensina as crianças a comer coisas sem agrotóxicos, sem conservantes. A parte econômica vem em segundo plano, mas é muito importante porque daí você economiza o dinheiro que ia gastar com o alimento (E02).

É importante produzir nosso próprio alimento porque daí temos alimentos mais saudáveis, sem agrotóxicos, o que é bom para o sustento da cooperativa e das famílias, e pra natureza já que é menos veneno usado. Além disso deixamos de gastar nosso dinheiro com o que podemos produzir aqui (E10).

É extremamente importante produzir o sustento. Por levantamento socioeconômico feito com agricultores de diferentes tamanhos de área, em um período de crise no setor, aqueles que estavam melhor financeiramente tinham uma produção significativa em sua propriedade (E15).

A produção do sustento é uma forma de economizar nosso dinheiro, porque você gasta menos dinheiro na compra do mês e também acaba sobrando pra vender. Também é importante produzir sem veneno, pra não fazer mal pra nossa saúde nem pra da natureza (E05).

Tais passagens evidenciam a preocupação dos entrevistados com a procedência do alimento, no sentido de que este deve ser produzido sem o uso de agrotóxicos (ou serem agroecológicos) para que possa resultar em uma alimentação saudável. Outro ponto importante a ser observado em três destes depoimentos (E05, E07 e E10), é a noção de que a produção deve respeitar o meio ambiente; ratificando o pensamento de Ploeg (2009, p.17) de que “a agricultura camponesa é fortemente baseada no capital ecológico (especialmente a natureza viva)”.

Em relação à importância econômica associada a produção do alimento a ser consumido, ela se refere mais à diminuição do gasto monetário com a alimentação do que com um possível retorno financeiro do excedente comercializado, embora esta possibilidade também tenha sido mencionada. A constatação de que a produção para o autoconsumo é uma forma de economizar dinheiro, faz alusão ao que Lovisolo (1989) definiu por economização²⁵ e vai de

²⁵ O autor usa o termo em menção ao fato de que quando a unidade familiar produz seus próprios alimentos, ela deixa de gastar parte do seu recurso monetário no mercado.

encontro com um pensamento de Norder (1997, p.56): “O autoconsumo de alimentos reduz a necessidade de rendimentos monetários, e não pode, portanto, ser desconsiderado”.

Além da procedência agroecológica do alimento e do fator economização, foram mencionados outros dois importantes papéis associados ao autoconsumo, em referência à possibilidade de se trocar o excedente da produção ou ainda de doá-lo à população mais carente de Paranacity. Em relação ao primeiro caso, um assentado declarou em seu depoimento:

quando a gente produz nosso alimento, além de saber o que tamo comendo, ainda podemos vender o que sobra ou trocar com outros alimentos que não produzimos. Isso já dá certo com a erva mate, mas tínhamos que aproveitar melhor isso, se produzíssemos mais variedade aqui. Hoje nós não produzimo nem o feijão nem o arroz. O arroz também podíamos trocar com alguns companheiros que produzem em outro assentamento ao invés de comprar no mercado (E01).

Evidencia-se nesta passagem, entre outras coisas, que a troca é vista como uma alternativa à compra de alguns alimentos no mercado, como uma forma de obter o alimento sem o dispêndio monetário. Neste sentido, o autoconsumo pode desempenhar outro importante papel na proteção das famílias frente ao mercado de compra de alimentos, se apresentando como uma ferramenta que os agricultores podem e devem melhor usar para que possam acessar uma maior diversidade de alimentos sem a necessidade do gasto monetário; indo de encontro com a percepção de Neves (1981, p.112): “Essas trocas permitem, por um lado, a ampliação do auto-abastecimento de cada unidade familiar por um período mais prolongado, pela recuperação posterior do acesso a tais produtos, escassos ou restritos por fatores de produção para esse fim. Por outro lado, expressa o desejo da continuidade da relação social”.

No que se refere à possibilidade de doação do excedente não consumido, um entrevistado relatou:

quando fui acampado em outra terra, comia até ovo choco doado, mandioca doada. É importante a pessoa não pensar só nele, eu sou a favor de vender mais barato pro povo carente que também precisa viver ou de doar pra quem não pode comprar (E11).

A doação, ao lado das trocas, obedece a princípios da solidariedade e da reciprocidade comunitária, como relata Norder (2004, p.214); e gera sociabilidade entre as partes envolvidas. Candido (2001) entende que a sociabilidade é o processo pelo qual os indivíduos, as famílias e os grupos sociais se relacionam material e simbolicamente entre si; e o autoconsumo desempenha importante papel na geração de processos de sociabilidade e de reciprocidade entre os agricultores.

Em relação ao questionamento sobre o desempenho da produção de autoconsumo no assentamento, todos os entrevistados demonstraram descontentamento com a situação atual da mesma, especialmente no que se refere à diversidade e à quantidade de hortaliças e frutíferas produzidas; descontentamento que acaba gerando preocupação destes assentados com o setor sustento da cooperativa. As próximas quatro passagens ajudam a apresentar esta questão:

Hoje não se tem produção de forma contínua e algumas culturas não abastecem a demanda. A horta precisa de um planejamento para abastecer de forma contínua, enquanto com as frutas já houve períodos com maior produção, no entanto poderia se ter maior quantidade, que suprisse a demanda das famílias. Acrescento também que o que se tem poderia ser melhor aproveitado pelas famílias (E03).

A atividade horta já teve um papel muito maior na cooperativa, foi praticamente abandonada, faltando inclusive para suprir a demanda interna, o mesmo pra carne, tendo que ser adquirida de fonte externa (E15).

Antigamente tinha o aviário, hoje a gente compra frango. Compra laranja, banana, no passado tinha banana e no passado a horta era bem melhor (E14).

Poderia ser melhorada a produção das hortaliças, plantar mais o consumo, melancia, abóbora, amendoim, feijão, mandioca, pipoca (E13).

Ao confrontar estas passagens com as repostas dos mesmos para o questionamento de “quais fatores interferem ou atrapalham a produção do setor sustento na COPAVI?”, todos os depoimentos convergiram para a questão da baixa disponibilidade de mão-de-obra e do retorno econômico proporcionado pela atividade cana; como pode ser observado nos próximos seis depoimentos:

A questão é que temos poucos cooperados pras tarefas e a prioridade tem que ser da cana porque ela dá melhor retorno econômico (E08).

Pra mim o problema é a mão-de-obra, falta gente pro tanto de trabalho que tem pra fazer e tem mais gente trabalhando na cana porque é dela que vem a maior parte do nosso dinheiro (E06).

Eu acho que o problema é que falta pessoas pra trabalhar em todas as atividades. Se tivesse mais cooperados podíamos produzir mais e melhor o sustento, porque a horta exige bastante gente pra ir bem. Se conhecêssemos uma pessoa que soubesse trabalhar com horta, que tivesse prática de verdade, podia até pensar em contratar ou em colocar em processo de experiência pra virar sócio (E04).

Na verdade tudo depende da mão-de-obra. Somos em poucas famílias pra atender tudo, como conseguimos mais mercado pro açúcar mascavo, precisamos produzir pra atender esses pedidos da Europa e daí é lógico que precisa de mais gente trabalhando nesta atividade (E09).

O problema tá na falta de mão-de-obra. Se tivesse mais cooperados poderíamos produzir mais pro sustento (E12).

Pra mim o que atrapalha é a prioridade da cana de ter mais gente trabalhando nela, porque é ela dá mais lucro. Mas isto é perigoso, porque a gente sabe que estamos ficando dependente demais da venda, por isso também precisava produzir mais diversidade de alimentos, pra não depender só do açúcar pra poder comer (E14).

As lógicas de Khatounian (2001, p.77) sobre o fato de que “quando cresce a necessidade de renda, progressivamente menos área e menos trabalho são dedicados ao consumo doméstico” e sobre “a medida que a inserção no mercado se torna mais favorável, tende a haver uma diminuição da produção para consumo doméstico, quase desaparecendo em muitos casos” (KHATOUNIAN, 2001, p.251), podem ser atreladas aos depoimentos dos entrevistados citados. Para que pudessem ter maiores ganhos monetários, os cooperados optaram por priorizar as cadeias produtivas da cana e do leite, em direção à especialização produtiva; e, na medida que obtiverem êxito em suas relações com o mercado, passaram a destinar mais recursos produtivos (como a mão-de-obra dos cooperados) aos setores cana e leite da cooperativa.

A sobrevalorização destes acabou por resultar na perda de importância do setor sustento (que contempla as atividades da horta, pomar, aves e suínos). Tal constatação ratifica o alerta que a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB) fez em 1996, de que, com a

sobrevalorização de setores ligados à produção de gêneros de alto valor agregado nas Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs), setores responsáveis por atividades que não representam resultados econômicos expressivos poderiam ser negligenciados, ainda que tenham sido fundamentais para o desenvolvimento social da cooperativa (MST/CONCRAB, 1996); como é o caso do setor sustento da COPAVI.

É mister notar que outro reflexo da especialização produtiva é a metamorfose dos camponeses e agricultores familiares em profissionais da agricultura, que passam a orientar e a organizar sua produção em função dos cultivos comerciais, colocando o autoconsumo em segundo plano ou em função de complementaridade à produção destinada ao mercado. Esta especialização dificilmente não resulta na redução da diversificação de estratégias de reprodução social das famílias, de tal maneira que as famílias gradativamente vão perdendo parte de sua autonomia²⁶, especialmente no que se refere à alimentação (uma vez que a redução de recursos produtivos destinados a produção de alimentos para o consumo doméstico resulta em menor diversidade-quantidade produzida), tornando-os mais dependentes do mercado, para que possam garantir sua alimentação, e mais expostos ou vulneráveis à insegurança alimentar.

Esta subseção encerra-se com a questão da procedência do alimento comprado pela cooperativa e servido no refeitório comunitário. Todos os dezenove entrevistados disseram saber ou “achar” que os alimentos comprados não são “orgânicos” ou agroecológicos. As próximas duas passagens demonstram o exposto:

Acho que não são orgânicos, porque é caro e teria que comprar bastante, além disso não vende de tudo orgânico (E08).

Não é agroecológico, e o que a gente compra na venda também não é (E04).

Se lembrarmos que os entrevistados apontaram a procedência agroecológica como um dos principais benefícios de se produzir o alimento a ser consumido (ao lado do fator economização), mais facilmente poderemos compreender porque os assentados discutem e planejam intervenções no setor

²⁶ Para Ploeg (2006), uma reprodução social autônoma é aquela que procura pautar-se nos recursos internos ou locais disponíveis.

sustento da cooperativa. Por fim, todos os entrevistados deram depoimentos em direção à constatação que Chiariello teve há quatro anos atrás e que ajudou a justificar este estudo:

A importância da produção para o autoconsumo vem sendo debatida pelos sócios, pois o empenho da cooperativa em priorizar a produção para o comércio, se por um lado propicia uma renda monetária maior, por outro pode privar sua autodeterminação no tocante ao que produzir, quanto e como. A partir de 2008, a cooperativa planeja investir na melhoria do setor de horta, que, segundo os cooperados, tem sido negligenciado nos últimos anos e sofreu redução de postos de trabalho, destinados a outros setores (CHIARIELLO, 2008, p.108).

A questão do desempenho e da preocupação dos assentados com o setor sustento da cooperativa será novamente ilustrada e discutida na terceira parte desta seção, podendo ainda ser suplementada com as informações do “diagnóstico” das atividades produtivas do setor, presente no segundo artigo desta dissertação.

3.3.2 Preferências Alimentares

Esta subseção é breve e apresenta um levantamento sobre algumas das preferências alimentares dos entrevistados, com o objetivo de fornecer informações que possam auxiliar no planejamento produtivo do setor sustento da cooperativa.

Em função da diversidade de hortaliças existentes, a preferência foi calculada com base nas seis primeiras espécies que eram mencionadas pelos entrevistados durante a entrevista, não se atribuindo maior ou menor importância a elas em função da ordem em que eram citadas; já que, segundo a maioria deles, é impossível dizer qual a preferida se “todas são boas”. Em função do mesmo motivo, o procedimento para mensuração da preferência por frutíferas foi o mesmo. Para o levantamento sobre a preferência por produtos da lavoura, carne e derivados, o número e a ordem das citações foram considerados na elaboração do “ranking”.

As hortaliças que foram apontadas como as preferidas dos entrevistados, em ordem decrescente, são: alface, almeirão, cenoura, tomate, beterraba/rúcula, couve/quiabo. Destas, com exceção do tomate, todas são produzidas no assentamento. Entretanto, a falta de um planejamento da produção

que considere²⁷ a quantidade consumida pelos assentados no refeitório comunitário e em seus domicílios, não permite um abastecimento adequado frente à quantidade/diversidade necessária. O depoimento apresentado a seguir exemplifica esta questão:

Nós produzimos o alface, almeirão, cenoura, é mais difícil produzir tomate, couve-flor, acho que por causa do calor. Mas a verdade é que a horta hoje tá fraca, a gente vê no refeitório, antes tinha diversidade de salada pra comer, agora quando tem três saladas diferente é raro, antes dava pra escolher mais e tinha mais quantidade. Se tivesse mais diversidade na horta ia melhorar o refeitório também (E14).

A questão do planejamento e do desempenho atual da atividade horta será melhor apresentada e discutida na próxima seção deste estudo e no segundo artigo desta dissertação. No que se refere às frutíferas, laranja e banana lideraram a preferência, sendo citadas por dezesseis dos dezenove entrevistados. Melancia e mamão, figuraram igualmente entre as prediletas, sendo lembradas por nove entrevistados; uva, manga e abacaxi aparecerem em seguida com sete citações. Em relação à consciência dos entrevistados sobre essas frutíferas serem ou não produzidas no assentamento, todos demonstraram preocupação ao relatarem que laranja e banana não são produzidas em quantidade e frequência adequadas para atender às necessidades de consumo dos assentados; como pode se constatar nas duas próximas passagens:

Hoje nós compramos quase toda laranja e banana que comemos. O pomar do refeitório está abandonado e compro laranja na venda da cooperativa, também é ruim porque a gente sabe que a laranja não é orgânica. A banana eu gosto mas também não como muito porque a gente não tá produzindo. Antes já teve um bananal de dar gosto, quando a gente fazia banana passa pra vender não faltava banana pra ninguém (E05).

Laranja não podia faltar mas como o pomar tá abandonado quase não tem se você não comprar. Precisava cuidar mais dessa questão, fruta é importante na alimentação (E10).

²⁷ Evidentemente, que características intrínsecas de cada hortaliça (como exigência hídrica, tolerância ao calor e insolação etc.), além de condições edafoclimáticas inapropriadas, podem inviabilizar ou dificultar o cultivo.

Devido à situação atual do pomar de cítricos, a preocupação dos assentados com o tema e a necessidade de terem maior diversidade/quantidade de frutas produzidas no assentamento, estão planejando a implantação de um novo pomar de frutíferas.

Em relação aos produtos da lavoura²⁸, como já era esperado, feijão e arroz foram considerados os preferidos, seguidos por mandioca e milho; batata-doce e amendoim foram lembrados por cinco entrevistados. Como também era de se esperar, o fato de não produzirem os dois alimentos básicos de suas alimentação, feijão e arroz, gera desconforto e é motivo de questionamentos sobre esta situação no assentamento; como se nota na seguinte passagem:

tá errado nós não produzir o feijão que comemos. Daí compramo dos outro, pagamo mais caro e não sabemos que veneno foi usado na roça daquele feijão, é por isso que tinhamos que repensa a questão de não plantar o nosso feijão (E01).

A questão também será melhor apresentada e discutida no segundo artigo desta dissertação. No que tange à preferência por carnes, a bovina e a de frango foram igualmente consideradas, com sete citações cada; a carne suína somou quatro votos, enquanto a de peixe foi lembrada por uma única entrevistada. Quanto aos derivados (desconsiderando-se leite e ovos), queijo e salame foram citados em maior frequência perante nata, requeijão, doce de leite e iogurte.

3.3.3 Percepção de “Pioneiros” sobre a Situação Atual da Produção de Alimentos para Autoconsumo na COPAVI

A principal motivação para a realização do estudo apresentado nesta seção surgiu na primeira visita do autor à cooperativa, que fez-se acompanhar de uma jovem cooperada que vive na área desde a fase de acampamento (“pioneira”), quando tinha apenas sete anos de idade; a mesma estudava agroecologia na Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA) e, durante as férias (ou feriados

²⁸ Carlos Rodrigues Brandão, em sua obra “Plantar, colher, comer: um estudo sobre o campesinato goiano”, apresenta um minucioso debate sobre a origem ou formas de obtenção de alimentos pelos agricultores. Conforme o autor, “na lavoura ou na roça o lavrador planta arroz, milho e feijão. Às vezes planta-se também uma lavoura de mandioca ou de amendoim. São plantas de quintais os outros mantimentos vegetais cultivados e as frutíferas domésticas” (BRANDÃO, 1981, p.100).

prolongados), trabalhava nas atividades produtivas do setor sustento da COPAVI. Em pouco tempo de conversa entre os recém-apresentados, surgiram questionamentos e relatos sobre a situação atual da produção de alimentos para o autoconsumo no assentamento, sendo que, neste sentido, a assentada demonstrou certa preocupação, valendo-se de lembranças, passagens ou histórias marcantes do desempenho da produção de hortaliças, frutas e criações no assentamento.

Em função do exposto, buscou-se descobrir o “ponto de vista” ou as percepções dos demais assentados da COPAVI com relação à produção de alimentos para o autoconsumo no assentamento; no sentido de se averiguar os papéis e o desempenho atual desta em comparação com o passado.

Todos os dez pioneiros entrevistados acreditam que, atualmente, a produção de alimentos para o autoconsumo apresenta desempenho inferior ao que historicamente vivenciaram no assentamento, tanto no que se refere à diversidade, quanto à quantidade do que é produzido; na visão desses a qualidade continua a mesma, devido à produção sempre ter sido conduzida em base agroecológica. As próximas cinco passagens apresentam a percepção dos pioneiros para com a situação atual do setor sustento da cooperativa:

Antigamente havia mais diversidade na horta, produzia mais quantidade também. Também já teve os aviários muito bons, não faltava frango, nem suínos. Hoje não tem nem pro sustento do refeitório nem pro das famílias, estamos comprando no mercado (E10).

A horta já foi o carro chefe da COPAVI, hoje ela tá na situação mais crítica que já vi aqui. Antes você tinha que ver o tamanho dos pés de alface que dava na horta, faz tempo que não vejo igual aqueles. O pomar tá abandonado e hoje compramos até laranja na venda. O sustento tá precisando ser melhorado (E05).

Hoje o sustento tá pior, antes tinha mais quantidade e diversidade de verduras. A gente já vendeu até em Maringá, mas daí parou de compensar porque a despesa do transporte era alta (E04).

No geral eu acho que tá pior, precisava melhorar a produção da horta, de frutas. Hoje temos que comprar milho, arroz, feijão, banana e até ovo (E06).

Antes tinha mais diversidade de verduras, de carne. Tinha frango caipira, não faltava suíno, hoje não produzimos nem o feijão. Estamos comprando feijão, arroz, laranja, banana. Aqui em casa vai muito feijão e como nós não produzimos, temos que comprar no mercado. Tá errado nós não produzir o feijão que comemos. Daí

compramos dos outros, pagamos mais caro e não sabemos se foi usado veneno nele, é por isso que tínhamos que repensa a questão de não plantar o nosso feijão (E01).

Estes depoimentos, além de irem de encontro com a percepção da assentada que acompanhou o autor na primeira visita à cooperativa (e que motivou o estudo apresentado nesta subseção), também evidenciam o desejo de melhora no desempenho atual da produção de alimentos para autoconsumo. Neste sentido, aproximadamente dois meses após a realização das entrevistas que proporcionaram os depoimentos acima apresentados, foi iniciado o processo para escolha e implantação de frutíferas em um novo pomar, desta vez com maior diversidade do que o atual (que é constituído unicamente por plantas cítricas). Além disto, também está previsto para 2010 a construção de um novo galinheiro (para aumentar e melhorar a criação de frangos do tipo caipira), o cultivo de uma área de feijão (de tamanho ainda não definido) e o plantio de frutíferas no entorno dos piquetes dos pastos e das atividades produtivas da cooperativa, para que os cooperados possam ter mais sombra e frutas frescas durante ou nos intervalos da rotina de trabalho.

Quando os entrevistados foram indagados sobre os motivos ou justificativas para o enfraquecimento da produção de alimentos para o autoconsumo no Assentamento, todos apontaram o fortalecimento do setor cana como o principal responsável. Segundo os mesmos, as decisões que os de cooperados tomaram ao longo da existência da COPAVI, de investirem mais recursos produtivos na cadeia da cana em função do retorno monetário possibilitado pela agroindustrialização da “matéria prima procedente de cultivo orgânico” em açúcar mascavo, melado e cachaça, visando à comercialização, resultaram na redução ou remanejamento de recursos produtivos do setor sustento.

Entre os recursos produtivos que foram remanejados ou redirecionados do setor sustento (em menor parte do leite) para o da cana, está a mão-de-obra dos cooperados. Na ocasião do estudo, dezesseis cooperados trabalhavam no setor cana (quatorze em tempo integral e dois em meio período), oito no leite (seis em tempo integral e dois em meio período) e seis no sustento (sendo que destes, uma era liberada da cooperativa por cursar agroecologia em localidade distante, três são aposentados e, por isto, ocasionalmente contribuem nas atividades; não sendo obrigados a cumprirem carga horária no setor). Os próximos

dois depoimentos ajudam a demonstrar a questão da distribuição da mão-de-obra dos cooperados pelos setores produtivos da cooperativa:

...do pessoal que chegou aqui na fase de acampamento e tá até hoje, todos trabalhô na horta, mesmo aqueles que cuidavam mais das criação e do leite, quando dava um intervalo, eles contribuíam na horta. A horta já foi o carro chefe da COPAVI, hoje ela tá na situação mais crítica que já vi aqui. Antes você tinha que ver o tamanho dos pés de alface que dava na horta, faz tempo que não vejo igual aqueles (E05).

Hoje a maioria trabalha na cana e então o sustento fica mais desfalcado. A gente sabe que a horta precisa de muito cuidado pra produzir bem, tem que estar acompanhando sempre. Quando a nossa prioridade era a horta, pro sustento e pro comércio, tínhamos outra realidade de verduras. Fizemos até a venda em Maringá mas como o custo da viagem era caro, e porque algumas estragam rápido, tivemos que rever esta questão. Como a cana dá um bom retorno, decidimos fazer mais investimentos nela pra que pudéssemos aumentar nosso ganho (E04).

Levando em conta estes depoimentos e validando a noção do segundo cooperado acima considerado, de que as atividades produtivas do sustento (especialmente a horta) são exigentes em mão-de-obra, podemos melhor compreender como o desempenho da produção de alimentos para autoconsumo foi diretamente afetado pelo fortalecimento da cadeia produtiva da cana.

O MST, ao perceber este fenômeno da diminuição da prática do autoconsumo frente às produções comerciais nos assentamentos, elabora um documento demonstrando sua preocupação com a questão, sugerindo que os assentados devem:

levar em conta a combinação das necessidades básicas de alimentação das famílias assentadas, ou seja, cada assentado deve ter no seu lote ou no coletivo, várias espécies de frutas e verduras que são cultivadas em diferentes épocas do ano. Vários tipos de, cereais que são necessários a alimentação humana e também animais e aves que garantam a carne, leite, queijo, banha, ovos, etc. (MST, 2001, p.87).

Por fim, as passagens dos entrevistados apresentadas nesta subseção, ao lado das demais expostas nas duas anteriores, permitem constatar que a percepção destes pioneiros em relação à dos demais entrevistados sobre o desempenho insatisfatório do setor sustento (bem como sobre os motivos ou

justificativas para tal), coincidem em grande parte e sinalizam o desejo que os assentados têm de fortalecer a produção de alimentos para o autoconsumo.

3.4 CONCLUSÕES

A análise dos depoimentos dos entrevistados permite observar que, na percepção dos mesmos, os dois maiores papéis ou funções desempenhadas pelo autoconsumo são: a possibilidade do consumo de alimentos isentos de agrotóxicos ou ainda, de serem agroecológicos; e a redução de gastos monetários com a alimentação, uma vez que a possibilidade de plantar boa parte dos alimentos consumidos permite a redução de gastos no mercado.

Apesar dos assentados demonstrarem bom conhecimento sobre estes relevantes papéis desempenhados pelo autoconsumo, os mesmos não conseguem ou não puderam até então conciliar de maneira satisfatória, esta produção com aquelas destinadas ao mercado (mais especificamente a da cana do que a do leite). O desenvolvimento e retorno econômico da cadeia produtiva da cana tem implicado na subvalorização da produção de alimentos para o consumo das famílias dos cooperados, sendo que esta perda de relevância resulta na redução de investimentos em recursos produtivos no setor sustento; que, por sua vez, acarreta um “desempenho produtivo insatisfatório” de hortaliças, frutíferas, produtos da lavoura e das criações de animais, tanto no que se refere à diversidade quanto à quantidade do que se é produzido.

Percebendo e vivenciando os efeitos do enfraquecimento do setor sustento, os cooperados passam a ter questionamentos sobre motivos e estudam possíveis saídas para a “resolução do problema”; tais como a implantação de um novo pomar de frutíferas, o cultivo de uma área de feijão e a construção de um galinheiro para criação de frangos caipira.

Por fim, os depoimentos e constatações apresentadas ao longo deste estudo, além de reforçarem ou validarem a percepção de Khatounian (2001) e de Grisa e Schneider (2008), de que a produção de alimentos para autoconsumo por agricultores de base familiar tende a perder relevância frente aos cultivos comerciais (uma vez que geralmente concorrem em recursos produtivos, como mão-de-obra, insumos e espaço físico disponível), priorizados entre outros motivos, pela

possibilidade de “maiores rendimentos monetários”; servem para (re)apresentar a questão ao debate acadêmico, aos cooperados da COPAVI e de outras CPAs, ao MST, a CONCRAB e demais interessados, na expectativa de que possa estimular novos estudos, reflexões e propostas auxiliem a lidar com a seguinte questão que cooperados de CPAs enfrentam ou podem vir a enfrentar com o desenvolvimento econômico das cooperativas a que pertencem: como conciliar ou equilibrar a produção destinada ao mercado com a não menos essencial produção de alimentos para o sustento de suas famílias?

3.5 REFERÊNCIAS

- ANJOS, F.S. CALDAS, N.V.,HIRAI, W.G. A dimensão rural da insegurança alimentar: transformações nas práticas de autoconsumo entre famílias rurais do extremo sul gaúcho. **Segurança alimentar e nutricional**, Campinas, v. 16, n. 1, p. 1-17, 2009.
- BRANDÃO, C. R. **Plantar, colher, comer**: um estudo sobre o campesinato goiano. Rio de Janeiro: GRAAL, 1981. 181p.
- CALZA, D. B. **Diálogo de saberes**: assentamento Santa Maria – COPAVI. Trabalho apresentado na V etapa do curso de Tecnologia em Agroecologia. Lapa (PR): Escola Latino Americana de Agroecologia – ELAA. Setembro, 2009.
- CHIARIELLO, C. L. **Análise da gestão de cooperativas rurais tradicionais e populares**: estudo de casos na COCAMAR e COPAVI. 2008. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.
- DOMBEK, L. A., TERESO, M. J. A., BERGAMASCO, S. M. P. P. Segurança alimentar e autoconsumo em assentamentos rurais do pontal do Paranapanema – Brasil. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 7., 2006, Quito. **Anais...** Ecuador: ALASRU, 2006.
- G1. **Assentamento do MST no Paraná produz e exporta cachaça para a Europa**. 02/09/2009. Disponível em: <<<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL1288744-5598,00-ASSENTAMENTO+DO+MST+NO+PARANA+PRODUZ+E+EXPORTA+CACHACA+PARA+A+EUROPA.html>>>. Acesso em: 16 set. 2009.
- GARCIA JUNIOR, A. R. **Terra de trabalho**: trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1983.
- GAZOLLA, M. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas**. 2004. Dissertação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre, 2004.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. "Plantar pro gasto": a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **Revista de Extensão Rural**, Piracicaba, SP, n. 2, p. 481-515, abr./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032008000200008&script=sci_arttext>>. Acesso em: 13 jan. 2010.

KHATOUNIAN, C. A. **A reconstrução ecológica da agricultura**. Botucatu: Livraria e Editora Agroecológica, 2001.

LOVISOLO, H.R. **Terra, trabalho e capital**: produção familiar e acumulação. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1989. 231p.

MOREIRA, D. A. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

MST/CONCRAB. Cooperativas de produção: questões práticas. **Caderno de formação**, São Paulo, v. 2, n. 21, abr. 1996.

MST. **Construindo o Caminho**. São Paulo, jul. 2001.

MST. Programa de formação para a cooperação e organização dos assentamentos. São Paulo: MST, **Cartilha de apoio 1**, out. 2008.

NEVES, D. P. **Lavradores e pequenos produtores de Cana**: estudos das formas de subordinação dos pequenos produtores agrícolas ao capital. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

NORDER, L. A. C. **Assentamentos rurais**: casa, comida e trabalho. 1997. Dissertação. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

NORDER, L. A. C. **Políticas de assentamento e localidade**: os desafios da reconstrução do trabalho rural no Brasil. Wageningen, 2004. 315p.

PIAUI. **O modelo Vitória**. Rio de Janeiro: Editora Alvinegra, 2008. Disponível em:<<http://www.revistapiaui.com.br/edicao_21/artigo_648/O_modelo_Vitoria.aspx>>. Acesso em: 13 ago. 2009.

PLOEG, J. D. van der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p.13-54.

PLOEG, J. D. van der. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: In: PETERSEN, P. (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p.17-31.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 7.ed., 1996.

3.6 ANEXOS

ANEXO A – Questionário utilizado como roteiro para as entrevistas.

Nome:

Idade: _____ Escolaridade: _____

Há quantos anos no:

a) *Assentamento*: _ _ b) *Atividade atual*: ___ c) *Atividade anterior*: ___

- 1) Já enfrentou situação de carência ou restrição alimentar (“fome”)? Em caso afirmativo: na(s) ocasião(ões) vivia no meio rural? Como era a produção para o autoconsumo?
- 2) Qual a importância de se produzir o alimento consumido (e de se produzir a maior parte dos alimentos consumidos na COPAVI)?
- 3) Está satisfeito com a produção atual de alimentos da COPAVI? Quais fatores interferem ou atrapalham a produção do setor sustento?
- 4) Sabe dizer se os alimentos comprados pela cooperativa e utilizados no refeitório comunitário são “orgânicos” ou agroecológicos?
- 5) Dos produtos da horta, quais os prediletos?
- 6) Das frutas, quais as prediletas?
- 7) Dos produtos da lavoura, quais os mais importantes para a sua alimentação?

Roteiro para estudo sobre a percepção dos “pioneiros” em relação a situação atual da produção de alimentos para o autoconsumo no Assentamento.

- 1) Levando em conta momentos ou passagens históricas marcantes sobre o desempenho da produção de alimentos para o autoconsumo no Assentamento, qual a situação atual desta em relação a DIVERSIDADE de produtos da: lavoura, horta, pomar, carnes e derivados (investigar separadamente)?
- 2) Levando em conta momentos ou passagens históricas marcantes sobre o desempenho da produção de alimentos para o autoconsumo no Assentamento, qual a situação atual desta em relação a QUANTIDADE de produtos da: lavoura, horta, pomar, carnes e derivados (investigar separadamente)?

- 3) **Levando em conta momentos ou passagens históricas marcantes sobre o desempenho da produção de alimentos para o autoconsumo no Assentamento, qual a situação atual desta em relação a QUALIDADE de produtos da: lavoura, horta, pomar, carnes e derivados (investigar separadamente)?**
- 4) **No geral, acredita que a situação de hoje é melhor, igual ou pior ao que vivenciou em boa parte de sua vida no Assentamento?**
- 5) **Na sua opinião, quais acontecimentos ou fatos, motivos ou justificativas contribuíram ou ainda contribuem para a situação ou desempenho atual do setor sustento?**

ANEXO B – Lista de entrevistados.

ENTREVISTADO	IDA-DE	Sexo	ANOS NA COPAVI	ESCOLARIDADE	SETOR DE TRABALHO
E01	46	M	Pioneiro	Ensino médio incompleto	Cana/Leite
E02	42	F	Pioneiro	Ensino médio completo	Leite
E03	24	F	Pioneiro	Tecnóloga em agroecologia	Sustento
E04	44	M	Pioneiro	Superior incompleto	Cana/Administração
E05	39	F	Pioneiro	4ª Série	Cana
E06	41	M	Pioneiro	Ensino médio completo	Cana
E07	46	F	Pioneiro	Ensino médio incompleto	Cana/Leite
E08	69	M	Pioneiro	Ensino fundamental	Leite
E09	34	M	Pioneiro	Técnico em contabilidade – Superior incompleto	Administração
E10	66	M	Pioneiro	4ª Série	Sustento
E11	75	M	13	Alfabetização	Sustento
E12	58	M	5	Ensino médio	Sustento
E13	30	F	3	Alfabetização	Sustento
E14	37	M	11	Ensino médio completo	Cana
E15	25	M	10	Superior completo	Liberado
E16	35	M	1	Ensino médio incompleto	Cana
E17	31	F	5 meses	Ensino médio incompleto	Cana
E18	34	F			Cana
E19	49	M		Ensino médio completo	Cana

4 ARTIGO B: PRODUÇÃO DE ALIMENTOS PARA AUTOCONSUMO EM UM ASSENTAMENTO RURAL DE ORGANIZAÇÃO COLETIVA: A EXPERIÊNCIA DA COPAVI

Resumo

Este estudo apresenta um levantamento de aspectos técnicos, econômicos e sócio-ambientais da produção de alimentos para autoconsumo de um assentamento rural de organização coletiva. Neste, de nome Santa Maria, está sediada a Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória Ltda. (COPAVI), localizada no município de Paranacity (região noroeste do Paraná). Com dezessete anos de existência e dona de um patrimônio imobilizado de aproximadamente dois milhões de reais, a COPAVI é considerada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), modelo de reforma agrária. Parte deste “sucesso” se deve ao retorno econômico proporcionado pela agroindustrialização da cana de açúcar (em açúcar mascavo, melado e cachaça orgânica) para comercialização. Em função desta relevância, a Cooperativa passou a destinar grande parte de seus recursos produtivos (econômicos, físicos e humanos) para esta cadeia produtiva, resultando na subvalorização e consequente produção insatisfatória de alimentos para autoconsumo dos assentados; fato que passou a gerar desconforto e preocupação em parte dos mesmos. Objetivando comprovar ou refutar os motivos de tal preocupação, este estudo foi conduzindo com levantamentos de campo e de bibliografia, além de entrevistas com assentados de diferentes postos de trabalho da cooperativa; sendo suplementada com dados ou informações do acervo documental da COPAVI. Neste sentido, uma lista de produtos/alimentos comprados pela cooperativa para o preparo das refeições servidas aos cooperados no refeitório comunitário foi utilizada como balizadora das discussões do desempenho produtivo atual de hortaliças, frutíferas, produtos da lavoura e pequenas criações. Os resultados apontaram, entre outras coisas: que a produção de hortaliças no assentamento encontra-se em seu momento mais crítico desde a fase de acampamento (principalmente em função da falta de planejamento da atividade); que o pomar de cítricos encontra-se praticamente abandonado (e por isto mesmo os cooperados planejam a implantação de um novo); que o não cultivo de feijão é motivo de preocupação, ao contrário do sentimento de indiferença pela ausência da produção de arroz); e principalmente, que o maior dispêndio monetário com a compra de alimentos se refere à carne de frango (fato que leva os cooperados a estudarem a implantação de um novo galinheiro nas instalações da cooperativa).

Palavras chave: Plantar pro gasto. Cooperativa. Sustento familiar. Soberania alimentar.

FOOD PRODUCTION FOR SELF-CONSUMPTION IN A RURAL SETTLEMENT WITH COLLECTIVE ORGANIZATION: THE EXPERIENCE OF COPAVI (PARANA, BRAZIL)

Abstract

This paper presents a survey of technical, economical and social – environmental aspects of the food production for self-consumption in a rural settlement with collective organization, called Santa Maria. It is located at the county of Paranacity (northeast region of Paraná, Brazil) and there is the base of the Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória Ltda. (COPAVI) – Farming Production Cooperative of Vitória . Existing for already seventeen years and owning approximately two million reais of fixed assets, it is considered by the National Institute for Colonization and Land Reform (INCRA) and the Landless Workers Movement (MST) as a model in land reform. Part of this success is the result of the money provided by the agro industrialization of sugarcane (in brown sugar, molasses and organic cachaça – a kind of liquor). Due to this relevance, the Cooperative started to destine a great amount of their productive resources (economical, physical and human) to this productive chain, resulting in the sub valorization and consequently unsatisfactory food production for the self-consumption of the settlers. This generated discomfort and worries on part of the community. In the aim to prove or refute the motives of these worries, the research was made through field surveys and bibliographical research, besides interviews of settlers with different jobs at the cooperative, added by data and information obtained from the collection of documents of COPAVI. A list of products / food bought by the cooperative to prepare the meals served to the members in the communal cafeteria was used as base for the discussions of the productive performance of vegetables, fruits, farming products and breeding of domestic animals. The results show, among other things, that the production of vegetables at the settlement is at the most critical point since the beginning of the settlement (due mainly to the lack of planning); the citrus orchard is almost completely abandoned (and that is why the members of the cooperative intent to plant a new one); that the lack of production of beans is a reason for worries (opposite to the indifference for the absence of production of rice); and chiefly, the main expenditure on the purchase of food is with chicken meat (what makes the members consider the construction of a new hen-house in the area of the cooperative).

Keywords: Plant for self-consumption. Cooperative. *Familiar sustenance*. Food sovereignty.

4.1 INTRODUÇÃO

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) incorpora²⁹ em sua atual proposta de reforma agrária a chamada soberania alimentar. Para o Movimento, a reforma agrária deve “priorizar a organização da produção de alimentos, saudáveis, para todo o povo brasileiro. É isso que se chama de soberania alimentar. Nossas terras e recursos naturais devem garantir que o povo produza todos os alimentos que necessita para sua sobrevivência, em todos os municípios do Brasil” (MST, 2007, p.90).

Neste contexto, a produção de alimentos para autoconsumo, baseada em princípios agroecológicos, torna-se uma estratégia fundamental para promover a soberania alimentar; sendo que o próprio Movimento acredita que “assegurar nas comunidades a produção da maioria dos alimentos para o autoconsumo constitui-se como elemento central da soberania alimentar e da autonomia camponesa” (MST, 2009).

O presente estudo entende por autoconsumo “a parcela da produção agropecuária realizada no estabelecimento e destinada ao consumo alimentar dos membros da família, especialmente no que se refere a pequenos pomares, hortas e criação de animais para o fornecimento de produtos alimentícios”, de acordo com a definição adotada por Dombek, Tereso, Bergamasco (2006) em recente estudo sobre a segurança alimentar em assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema (SP); podendo ainda o excedente ser comercializado³⁰ no entorno produtivo, em alusão ao princípio da alternatividade³¹, descrito por Garcia Junior (1983).

O autoconsumo permite que os agricultores de base familiar mantenham sobre maior controle, uma das mais importantes dimensões necessárias a sua existência: a alimentação. Destarte, possibilita que as famílias produzam seus alimentos sem o uso de agrotóxicos, e ao basear-se especialmente no saber local e

²⁹ O termo soberania alimentar foi levado ao debate público pela primeira vez pela Via Campesina em 1996; e conforme relatou Gonçalves (2008), surgiu em resposta ao fato de que agentes do agronegócio globalizado se articularam e se apropriaram do conceito de segurança alimentar, adaptando-o às suas conveniências ou necessidades.

³⁰ Cabe ressaltar que o “excedente” pode ter outro destino que não a venda, podendo ainda ser doado, trocado ou reaproveitado na própria unidade produtiva.

³¹ Para o autor, a alternatividade é uma característica das produções agropecuárias que podem ser tanto consumidas como vendidas; sendo que em função de preço, perecibilidade e necessidade da família, os agricultores vendem parte desta produção de alimentos para que assim obtenham ou complementem a renda monetária, igualmente indispensável para a reprodução social dos mesmos.

nos recursos naturais disponíveis na própria unidade produtiva, reduz à dependência de fatores e agentes externos a propriedade que aumentam a vulnerabilidade ou expõem os agricultores a maiores riscos de insegurança alimentar. Além destes relevantes papéis, o autoconsumo ainda permite a obtenção de renda monetária através da comercialização do excedente que não é consumido, trocado ou reaproveitado na unidade produtiva; e ao participar ou promover circuitos de trocas e vendas de alimentos, desempenha importante papel na sociabilidade entre famílias e comunidades do meio rural/urbano.

Entretanto, mesmo diante destes relevantes papéis, a prática do autoconsumo vem perdendo espaço no campo, sendo inúmeros os fatores responsáveis por este fenômeno. O estudo de Anjos, Caldas e Hirai (2009, p.15) indica³² que “a intensificação, a especialização produtiva e a mercantilização da agricultura e do mundo rural, conjuntamente, conspiram para um cenário marcado pelo esvaziamento das práticas de autoconsumo”. Kathounian (2001, p.77) acredita que a busca de maiores rendimentos monetários leva agricultores familiares a dedicarem menos área e menos trabalho ao consumo doméstico. Grisa e Schneider (2008, p.48) relatam que neste contexto da inserção dos agricultores familiares aos mercados e da penetração das relações capitalistas no campo, “as unidades familiares intensificam o ritmo de trabalho, dão preferência aos “cultivos comerciais”, independente do princípio da alternatividade, e especializam-se em poucas culturas, diferentemente da policultura existente outrora. A produção para o autoconsumo passa de uma condição prioritária para complementar. O tempo de trabalho, a mão-de-obra disponível e os recursos produtivos são reorganizados em função dos cultivos comerciais e estes disputam espaço com o autoconsumo, condicionando-o a uma função de complementaridade”.

O presente estudo teve a oportunidade de se deparar com uma realidade que comprova as passagens recém citadas. Com pouco menos de 17 anos de existência e possuindo um patrimônio superior a um milhão de reais, a Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória Ltda. (COPAVI) é “vista” como modelo de reforma agrária pelo MST e pelo Instituto Nacional de Colonização e

³² Evidentemente que o fenômeno da redução das práticas do autoconsumo não pode ser explicado exclusivamente pelo exposto. Ainda conforme os autores: “a mudança nos hábitos de consumo, a redução da mão-de-obra disponível nos estabelecimentos familiares decorrente da redução do número de filhos figuram, entre outros fatores, como fortalecedores dessa tendência” (ANJOS; CALDAS; HIRAI, 2009, p.15).

Reforma Agrária (INCRA) (G1, 2009). A propriedade da terra, das instalações físicas e dos meios de produção, assim como o trabalho dos assentados, baseiam-se em princípios ou relações coletivistas³³ desde a fundação da cooperativa. No início de sua atividade, em 1993, os três principais compromissos da COPAVI eram prover o sustento das famílias, proporcionar boas condições de moradia e garantir o direito à educação aos filhos dos cooperados. A produção de gêneros alimentícios direcionados para o autoconsumo dos sócios norteava as atividades da cooperativa (CHIARIELLO, 2008).

Com o acesso às primeiras linhas de crédito oficial, a partir de 1994, os cooperados optaram por realizar investimentos na estrutura produtiva da cooperativa, destinando boa parte do recurso financeiro às cadeias produtivas do leite e da cana, para que, assim, pudessem aumentar a comercialização de seus produtos com o mercado; como forma de alcançarem maiores ganhos monetários na renda total das famílias. Entre os reflexos deste direcionamento de recursos produtivos (econômicos, físicos e humanos), em direção a especialização produtiva, está a diminuição de relevância e de recursos produtivos direcionados às atividades voltadas à produção de alimentos para o autoconsumo das famílias; fato que tem afetado o desempenho ou a eficiência destas, tanto no que se refere à diversidade quanto à quantidade/qualidade do que é produzido.

Percebendo e vivenciando alguns dos efeitos desta “subvalorização” da produção de alimentos para o autoconsumo, parte³⁴ dos assentados passaram a ter questionamentos sobre a relevância e a situação atual desta produção na COPAVI, tendo como principais argumentos: o fato de que cada vez mais recorrerem ao mercado para acessarem alimentos básicos que poderiam ser produzidos no assentamento (o que além de deixá-los expostos as oscilações de preços do mercado, os afastam da procedência agroecológica do alimento, vista por eles como fundamental para a boa saúde do homem e do meio-ambiente); e de estarem se distanciando de um dos pilares históricos da COPAVI, que é a produção de gêneros para satisfação das necessidades alimentares dos cooperados.

³³ Relativo ao coletivismo, em referência ao sistema social e econômico segundo o qual se devem tornar comuns a todos os membros da sociedade os meios de produção. Para o Movimento (MST,2008), o “coletivo”, em especial às Cooperativa de Produção Agropecuária - CPA, apresenta inúmeras vantagens, sendo à CPA a forma mais avançada de organização da produção, visto que permite somar ou unir esforços para a obtenção de recursos produtivos (como assistência técnica e crédito rural), além de aumentar o poder de comercialização dos assentados.

³⁴ Observações de Chiariello (2008) e do autor (levantadas na ocasião de sua primeira visita à Cooperativa).

Levando em conta estas preocupações dos assentados, considerando o papel simbólico da COPAVI para o MST e o discurso do Movimento em relação à soberania alimentar, este trabalho tem por objetivo apresentar um levantamento de aspectos técnicos, econômicos e sócio-ambientais da produção de alimentos no assentamento Santa Maria (onde está sediada a cooperativa); enfatizando o autoconsumo, valendo-se de elementos e acontecimentos históricos para a discussão da situação atual. A pesquisa foi norteada por levantamentos de campo e de bibliografia, além de entrevistas com assentados de diferentes postos de trabalho da cooperativa; sendo suplementada com dados ou informações do acervo documental da COPAVI.

4.2 MATERIAL E MÉTODOS

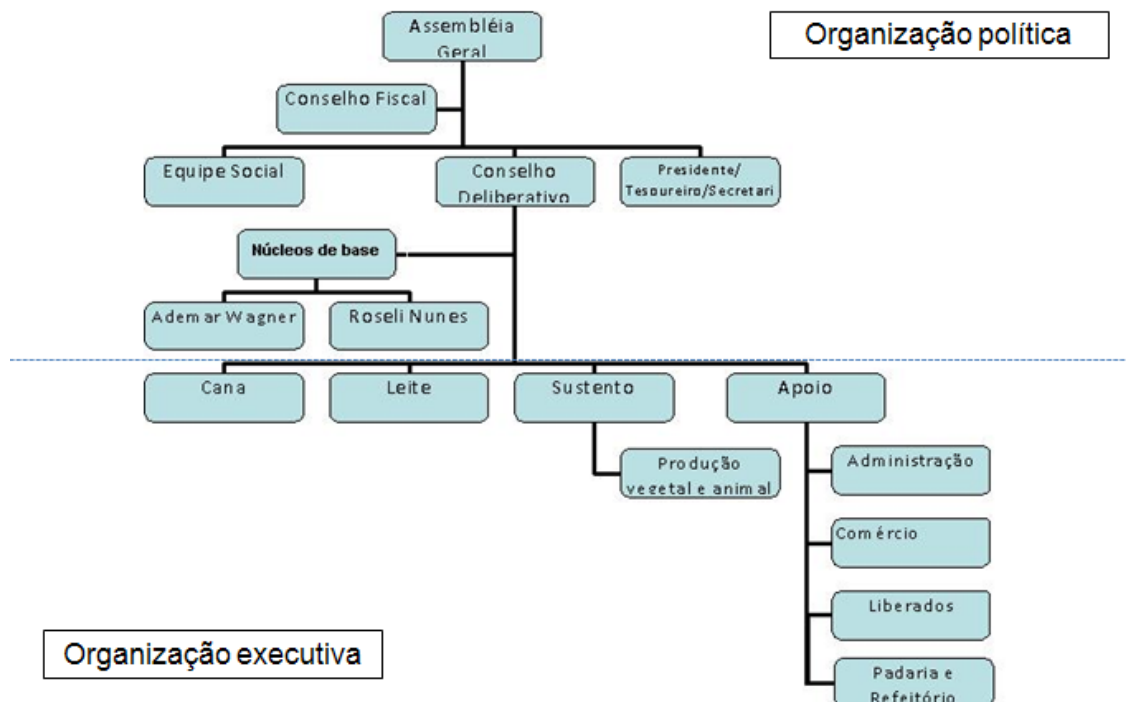
Para uma melhor compreensão do estudo se faz necessário ter algumas noções prévias sobre a Cooperativa e a sua forma de organização da produção; além de outras informações relevantes como clima, relevo e solo do local estudado. A COPAVI está sediada no assentamento Santa Maria, localizado em Paranacity, região noroeste do Paraná; a área é proveniente de uma antiga fazenda de cana de 256,52ha e faz limite com a zona urbana do município. O clima da região, segundo a classificação de Köppen, contempla o tipo climático Cfa – clima subtropical, com temperatura média no mês mais frio inferior a 18°C e temperatura média no mês mais quente acima de 22°C, com verões quente, geadas pouco frequentes e tendência a concentração de chuvas nos meses de verão, no entanto sem estação seca definida. A temperatura média anual é de 22° a 23°, A precipitação média anual é de 1200 a 1400 mm. A umidade relativa anual é de 65 a 70% (IAPAR, 2010).

O relevo predominante classifica-se como suave-ondulado (83,24%) e ondulado (16,76%). Os solos são arenosos com tendência a acidez, compondo parte da formação pedológica denominada Arenito Caiuá, que se caracteriza por baixa fertilidade dos solos e baixo teor de matéria orgânica, sendo que o mesmo apresenta grande suscetibilidade à deficiência hídrica e erosão (EMBRAPA, 1971).

A propriedade da terra, das instalações físicas e dos meios de produção, assim como o trabalho dos assentados, baseiam-se em princípios ou

relações coletivistas desde a fundação da Cooperativa (em 1993), que por sua vez é guiada pelo regimento interno e pelo estatuto social. A COPAVI está organizada em dois pilares inter-relacionados: o político e o administrativo (ou executivo). Na parte da organização política, realizam-se as discussões e definem-se as estratégias. Na organização administrativa executam-se as decisões tomadas na instância política; as subdivisões do administrativo, os chamados setores, discutem apenas questões relacionadas com a produção e a execução dos planos aprovados pela assembleia. O planejamento global da empresa, o conselho diretor, os coordenadores dos setores, a admissão e exclusão dos sócios e a prestação de contas são definidas na assembleia geral, que é realizada mensalmente com a participação de todos os sócios (MOURA, 2006).

Uma assentada da COPAVI, recém-formada tecnóloga em agroecologia pela Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA), em um estudo sobre a Cooperativa, apresenta um organograma com a estrutura política e executiva da cooperativa.



Organograma 1 – Organização política e executiva da COPAVI.

Fonte: Calza, 2009.

As atividades relacionadas à produção de alimentos para o autoconsumo dos assentados encontram-se distribuídas no setor sustento da organização executiva da Cooperativa, organizadas em produção vegetal e animal; sendo que o setor abrange as seguintes atividades produtivas: horta, pomar, lavoura, suínos e aves. Embora a lógica de produção destas atividades, ou melhor, deste setor da COPAVI, seja o autoconsumo (chamado pelos assentados de sustento), por vezes esta produção é maior do que a quantidade necessária ou consumida pelos assentados e este excedente³⁵ é comercializado, geralmente diretamente ao consumidor, através de uma Kombi da cooperativa (que faz a entrega de leite e de outros produtos no município de Paranacity) ou ainda na feira-livre, nas quintas e domingos; ocorrendo ainda a venda para supermercados e padarias.

No organograma é possível notar que as atividades produtivas relacionadas ao leite encontram-se organizadas em setor próprio (Leite), não pertencendo, portanto, ao sustento. Tal “separação” deve ao fato do setor ser, historicamente, responsável por parcela considerável das arrecadações monetárias da COPAVI; sendo que de 1994 a 2006 foi a principal fonte de renda monetária dos assentados. Esta relevância econômica levou a Cooperativa a organizar as atividades do leite em um setor específico, como forma de permitir um melhor controle de aspectos técnicos e administrativos da cadeia produtiva. Atualmente, o setor é a segunda maior fonte de rendimentos monetários da COPAVI, ficando atrás apenas do setor cana.

No organograma ainda se constata que outras duas atividades relacionadas ao autoconsumo encontram-se no setor apoio, tratando-se do refeitório comunitário e da padaria. No refeitório é servido café da manhã e almoço aos assentados, sendo que o principal motivo para a existência deste é liberar a mão-de-obra familiar, especialmente das mulheres, do preparo da alimentação diurna da família, para que assim possam dedicar mais tempo ou desempenhar melhor as suas atividades produtivas na Cooperativa; o espaço ainda desempenha importante papel na sociabilidade, ao permitir e promover uma maior interação entre os cooperados durante o período em que se encontram reunidos no refeitório. Na

³⁵ Diferentemente do que ocorre com a produção de outros setores, como o da cana e do leite, que apresentam a produção orientada ao mercado, embora seus produtos façam parte dos autoconsumidos pelas famílias.

padaria são produzidos pães, biscoitos, cucas (entre outros), para o consumo dos assentados e para comercialização na cidade de Paranacity.

A Cooperativa tem registrado em seu acervo histórico-contábil, “listas” dos produtos comprados para o preparo das refeições dos cooperados servidas no refeitório; que abrange o período que se estende de março de 2001 a dezembro de 2009. As listas contemplam diversos produtos adquiridos no mercado para o uso no refeitório comunitário, entre os quais: botijão de gás, alimentos e materiais para limpeza. Em função da diversidade de itens ou de produtos da lista e considerando o interesse especial deste estudo no autoconsumo de alimentos, foi realizada uma depuração nos dados da mesma e elaborados dois quadros (Quadro 3 e 4, apresentados na próxima seção) que apresentam, de maneira sintetizada³⁶, a participação (monetária e relativa - %) de alguns dos produtos alimentícios mais comprados pela Cooperativa para o preparo das refeições do refeitório comunitário.

Uma vez que a Cooperativa praticamente não possui registros de quantidade/diversidade/frequência de alimentos produzidos no assentamento e autoconsumidos no refeitório comunitário e pelas famílias (e assim, de certa forma, desconsidera na renda anual das famílias, parte importante da renda não monetária oriunda da produção de alimentos para o autoconsumo), a lista de compras do refeitório comunitário assume maior relevância na discussão deste estudo, já que ela pode se apresentar como um “indicador” da produção para o autoconsumo na COPAVI; na medida em que possibilita analisar (ao menos em parte) a quantidade e o gasto monetário total com a compra de alimentos que poderiam ser produzidos no assentamento.

Outro fator importante a se destacar é a disposição das moradias em uma agrovila, denominada de Núcleos de Base, existindo dois: o Ademar Wagner e o Roseli Nunes; organizados pela proximidade das casas e tendo por função primordial promover encontros mensais para debates e questionamentos gerais da gestão estratégica e de aspectos sociais e políticos do coletivo. A localização geográfica dos núcleos de base em relação às atividades produtivas (e ao refeitório comunitário) é apresentada no apêndice 2, sendo melhor discutida ao longo do texto.

³⁶ Uma versão expandida, com a participação de outros produtos (além dos alimentícios) na lista de compras do refeitório, está disponível no apêndice 1.

Atualmente, vivem no assentamento 23 famílias, totalizando 73 assentados; deste total, 32 se referem a crianças enquanto 41 é o número de cooperados, que trabalham e estão distribuídos nos setores (ou atividades produtivas) da seguinte forma:

Quadro 1 – Distribuição da mão-de-obra dos cooperados nas atividades.

Setor	Número de envolvidos
Cana	14 (+ 2 em meio período)
Leite	6 (+ 2 em meio período)
Sustento	6
Apoio (Refeitório e Padaria)	4
Liberados	3 (em Paranacity) + 3 (fora de Paranacity)
Comércio	1
Administração	2
Total de cooperados	41
Crianças/Adolescentes	32
Total de assentados	73

Fonte: elaborado pelo autor a partir de entrevistas com assentados.

Como se percebe, o setor sustento, que responde pelas atividades produtivas da horta, do pomar, da lavoura, das aves e dos suínos, apresentava em janeiro de 2010 apenas seis trabalhadores diretamente envolvidos; sendo que na ocasião, três eram aposentados (e por isto, contribuem nos trabalhos mas não têm a necessidade de cumprirem carga horária de trabalho (de 176 horas/mensais, prevista no regimento interno da cooperativa), ao contrário dos demais cooperados. Quanto aos liberados: três estavam fisicamente distantes da COPAVI para que pudessem contribuir na organização, em encontros e discussões do MST, em diversas localidades do país; os outros três vivem no assentamento mas tem suas rotinas de trabalho fora dele (em outras ações ligadas a cooperativa e ao Movimento), sendo que contribuem ocasionalmente em algumas atividades produtivas, como na ordenha das vacas ou no comércio. A questão da mão-de-obra será melhor apresentada e discutida ao longo da próxima seção.

O estudo empírico ocorreu durante os meses de janeiro, fevereiro e março de 2010. A abordagem utilizada foi a quantitativa e qualitativa, sendo que esta última teve maior relevância. Os aspectos técnicos das atividades produtivas foram

levantados através de constatações de campo e de entrevistas³⁷ abertas com assentados que atuam ou já atuaram nas mesmas (o anexo 1 apresenta uma lista com algumas características dos entrevistados). O levantamento de aspectos sócio-econômicos das atividades constituiu-se de entrevistas abertas, da base de dados ou de registros históricos do acervo documental da COPAVI, além de informações encontradas por revisão de literatura.

4.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Levando em conta a organização executiva em setores e visando facilitar a leitura e compreensão dos resultados da pesquisa, esta seção foi estruturada em subseções, cada uma delas fazendo referência a atividade produtiva correspondente. Em função da relevância do refeitório comunitário na discussão dos resultados do autoconsumo das atividades produtivas consideradas neste estudo, a presente seção é iniciada com as considerações sobre o mesmo.

4.3.1 Refeitório Comunitário e Padaria

O refeitório comunitário foi construído em 1993, na ocasião a cooperativa contou com o auxílio de um padre da cidade para a arrecadação de parte dos recursos necessários para a obra. Atualmente, em uma área de aproximadamente 150m², é servido almoço e café da manhã, de segunda a sexta-feira; sendo que o jantar fica por conta dos assentados.

As refeições são pesadas³⁸ (em um sistema do tipo *self service*) e anotadas para que o pagamento seja efetuado ao final de um mês trabalhado, na ocasião da distribuição das “sobras” (ou da remuneração monetária dos assentados). O quadro 2 apresenta um histórico de “dez” anos (2001 a 2009, mais o

³⁷ Em boa parte das vezes, informações foram levantadas em conversas que surgiam durante a rotina dos assentados, no intervalo do almoço no refeitório comunitário ou ainda na atividade horta, onde o autor teve a oportunidade de trabalhar durante o período de estudo; fato que ajudou a estreitar as relações dos assentados com o então desconhecido (autor) e que foi determinante para a troca de conhecimentos entre as partes.

³⁸ As verduras e sobremesas são servidas em outro “balcão” e podem ser consumidas a vontade, sem custo adicional.

primeiro trimestre de 2010) do preço médio do quilograma da refeição servida no refeitório.

Quadro 2 – Preço médio nominal (R\$) e quantidade (Kg) de refeição servida no refeitório comunitário da COPAVI.

Ano	R\$/Kg	Kg servidos	*Total R\$
2001	0,45		-
2002	0,76		-
2003	1,33		-
2004	1,08		-
2005	0,95	8.213,68	7.838,67
2006	1,01	6.766,39	6.851,63
2007	1,50	6.494,32	10.962,58
2008	2,04	6.867,62	13.847,09
2009	2,55	5.907,61	14.539,89
1º trimestre 2010	2,75		

Fonte: elaborado pelo autor a partir de registros da COPAVI.

*Estimativa, calculada com base no preço médio/ano da refeição, não representando portanto, o valor exato arrecadado pelo refeitório.

Como se pode deduzir, a evolução no preço médio do Kg servido para o período considerado foi de R\$ 2,30, representando um aumento de aproximadamente 510%; que não pode ser discutido de maneira aprofundada por este estudo em função da ausência de informações históricas imprescindíveis para a análise e compreensão dos resultados apresentados no quadro 2. Entretanto, vale a pena notar que nos últimos quatro anos (de 2006 a 2009) o preço do quilograma servido apresentou aumento médio de R\$0,50/ano, sendo que entre os possíveis responsáveis podem (e devem) estar: as oscilações de preço dos produtos obtidos no mercado; a diminuição da contribuição dos alimentos do setor sustento (autoconsumo), o aumento da diversidade de alimentos consumidos ou aquisição de produtos de melhor qualidade, entre outros.

Tais possibilidades podem ser confrontadas ou parcialmente discutidas com o auxílio das listas de produtos/alimentos comprados pela Cooperativa para o refeitório comunitário, que abrangem o período de 2001 a 2009. As listas contemplam diversos produtos adquiridos no mercado para o uso no refeitório comunitário, entre os quais: botijão de gás, alimentos e materiais para

limpeza. Em função da diversidade de itens ou de produtos da lista e considerando o interesse especial deste estudo no autoconsumo de alimentos, foi elaborado um quadro (3) que apresenta, de maneira sintetizada, a participação (monetária e relativa - %) de alguns dos produtos alimentícios mais comprados pela Cooperativa para o preparo das refeições do refeitório comunitário.

Quadro 3 – Alimentos mais custosos da lista de produtos comprados pela Cooperativa para uso no refeitório comunitário (período 2001-2006).

Ano	Alimento	Quantidade	Dispêndio monetário (R\$)	Participação (%) na lista de compras
2001	Feijão	346,7 Kg	422,97	12,15
	Arroz	758,7 Kg	417,29	11,99
	Café	63,95 Kg	340,99	9,79
	Açúcar	315,5 Kg	217,70	6,25
	Óleo	149 l	149,00	4,28
	Batata inglesa	143,5 Kg	123,41	3,54
	Macarrão	86,5 Kg	96,88	2,78
	<i>Subtotal</i>		1.768,24	50,79
	Total		3.481,41	100
2002	Arroz	954,2 Kg	886,83	17,19
	Feijão	382,4 Kg	606,02	11,74
	Óleo	358 l	534,88	10,37
	Café	70,65 Kg	286,57	5,55
	Açúcar	351,6 Kg	222,05	4,30
	Macarrão	111,3 Kg	216,79	4,20
	Ovos	2.149 unid.	157,73	3,06
	<i>Subtotal</i>		2.910,87	56,41
	Total		5.159,84	100
2003	Arroz	918,3 Kg	1.353,37	18,07
	Óleo	484,5 l	1.074,83	14,35
	Carne bovina	146,5 Kg	675,11	9,01
	Feijão	248,5 Kg	609,33	8,14
	Café	72,4 Kg	344,24	4,60
	Macarrão	97 Kg	318,01	4,25
	<i>Subtotal</i>		4.374,88	58,41
	Total		7.489,85	100
2004	Arroz	1.030,64 Kg	1.774,54	21,61
	Óleo	486 l	1.044,90	12,72
	Café	80,4 Kg	451,45	5,50
	Feijão	213,27 Kg	409,47	4,99
	Cebola	583,9 Kg	408,73	4,98
	Carne bovina	74 Kg	358,90	4,37
	<i>Subtotal</i>		4.447,99	54,17
	Total		8.211,76	100
2005	Arroz	988,5 Kg	1.359,19	14,32
	Óleo	430 l	873,29	9,20
	Carne bovina	104,5 Kg	577,70	6,09
	Café	61,65 Kg	382,06	4,02

Continua...

Quadro 3: Alimentos mais custosos da lista de produtos comprados pela Cooperativa para uso no refeitório comunitário (período 2007-2009). *continuação*

Ano	Alimento	Quantidade	Dispêndio monetário (R\$)	Participação (%) na lista de compras
	Batata inglesa	354,6 Kg	350,21	3,69
	Feijão	228,4 Kg	342,60	3,61
	<i>Subtotal</i>		<i>3.885,05</i>	<i>40,93</i>
	Total		9.492,41	100
2006	Arroz	877,8 Kg	1.023,71	11,28
	Macarrão	149,8 Kg	407,58	4,49
	Café	59,15 Kg	394,56	4,35
	Carne bovina	93,9 Kg	386,24	4,26
	Batata inglesa	384,2 Kg	384,20	4,23
	Alho	43,96 Kg	368,24	4,06
	<i>Subtotal</i>		<i>2.964,53</i>	<i>32,68</i>
Total		9.072,72	100	
2007	Carne de frango	1.261,7 Kg	3.362,11	25,18
	Arroz	802,77 Kg	1.044,39	7,82
	Feijão	393,6 Kg	588,83	4,41
	Óleo	335 l	513,67	3,85
	Macarrão	187,7 Kg	510,59	3,82
	Batata inglesa	549,7 Kg	495,76	3,71
	<i>Subtotal</i>		<i>6.515,34</i>	<i>48,79</i>
Total		13.353,32	100	
2008	Carne de frango	1.218,34 Kg	3.648,36	23,69
	Arroz	777,5 Kg	1.381,37	8,97
	Feijão	409,8 Kg	1.013,19	6,58
	Carne bovina	151,3 Kg	862,34	5,60
	Óleo	274 l	768,90	4,99
	Batata inglesa	477,5 Kg	460,41	2,99
	<i>Subtotal</i>		<i>8.134,57</i>	<i>52,82</i>
Total		15.401,05	52,82	
2009	Carne de frango	1.515,84 Kg	4.648,26	28,92
	Arroz	864,12 Kg	1.480,55	9,21
	Carne bovina	183,04 Kg	1.227,89	7,64
	Feijão	422,9 Kg	1.083,24	6,74
	Óleo	284 l	665,16	4,14
	Batata inglesa	282,79 Kg	395,62	2,46
	<i>Subtotal</i>		<i>9.500,72</i>	<i>59,11</i>
Total		16.073,53	100	

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do acervo documental da COPAVI.

O quadro pode proporcionar aos leitores uma infinidade de análises e interpretações dos resultados. Sabendo disto, o estudo procurou priorizar ou dar maior ênfase à discussão dos alimentos que poderiam ser “mais facilmente” produzidos no assentamento (em função de recursos produtivos e agroclimáticos) e que não são, ou melhor, que são consumidos em grande quantidade mas que não são cultivados ou produzidos pelos assentados. Com exceção de 2006, em todos os

demais anos analisados a trinca arroz-feijão-óleo esteve entre os seis produtos alimentícios mais custosos da lista de compras do refeitório comunitário; sendo que o arroz sempre figurou como o primeiro ou o segundo produto de maior custo entre os comprados (evidente que tal fato se deve a grande quantidade consumida).

Mais recentemente, em 2008 e 2009, três produtos da lavoura³⁹ (arroz, feijão e batata inglesa), responderam juntos por aproximadamente 18,5% do total do custo da lista de compras do refeitório. Analisando-se o desempenho individual de ambos os três, nota-se que o consumo médio de arroz nos últimos dois anos foi de 820Kg, a um custo médio de R\$1.430,00, que representou aproximadamente 9% do custo total da lista de produtos comprados para o refeitório. Em relação ao feijão, o consumo médio deste foi de 416Kg, gerando o dispêndio monetário médio próximo de R\$1.050,00 (aproximadamente 6,7% do gasto total com compras de produtos para o refeitório). Já a batata inglesa representou o custo médio de R\$428,00 (2,7% do valor total da lista), sendo consumidos em média 380Kg.

A pesquisa sobre a percepção de cooperados para com a situação atual da produção de alimentos para autoconsumo na COPAVI, apresentada no primeiro artigo desta dissertação, revelou, entre outras coisas, a preocupação dos considerados com o não cultivo do feijão que consomem; e a indiferença em relação à ausência da produção do arroz consumido. Maiores esclarecimentos sobre o desempenho produtivo atual do assentamento em relação ao cultivo de feijão e arroz são apresentados mais adiante, na seção 3.1.3, que trata dos produtos da lavoura.

Na análise dos quadros também merece grande a atenção o drástico aumento de 47,18% (R\$4.280,00) no valor total da lista de compras entre 2006 e 2007, que pode ser em parte compreendido ao se observar o registro da participação da carne de frango no último ano citado: 25,18% (correspondendo a R\$ 3.362,11). O primeiro registro de compra de frango ocorreu em 2006 e representou um gasto ou uma participação “insignificante” no valor total da lista (12kg à R\$ 30,60 - ver apêndice 1), no entanto, já no ano seguinte, como visto no quadro 4, passou a

³⁹ Carlos Rodrigues Brandão, em sua obra “Plantar, colher, comer: um estudo sobre o campesinato goiano”, apresenta um minucioso debate sobre a origem ou formas de obtenção de alimentos pelos agricultores. Conforme o autor, “na lavoura ou na roça o lavrador planta arroz, milho e feijão. Às vezes planta-se também uma lavoura de mandioca ou de amendoim. São plantas de quintais os outros mantimentos vegetais cultivados e as frutíferas domésticas” (BRANDÃO, 1981, p.100).

ser o item comprado mais custoso da lista; permanecendo assim até o último ano analisado na pesquisa (2009).

Em 2009 foram compradas aproximadamente 1,5 tonelada de carne de frango para o abastecimento do refeitório comunitário. Segundo dados da própria cooperativa apresentados no estudo de Moura (2006, p.72), dez anos antes de registrarem esta grande quantia de carne comprada, a Cooperativa chegou a abater 32 toneladas de frangos (a maior parte destinada ao comércio). Entretanto, o cenário do mercado em 2000 foi desfavorável para atividade e o aumento do custo de produção atrelado aos baixos preços do frango resfriado no mercado local passaram a inviabilizar a produção. Ainda conforme a autora, já em 2001 os assentados decidiram reduzir a produção de frangos a metade, sendo que em 2002 optaram por produzirem somente a quantia necessária para o sustento do refeitório e das famílias (Moura, 2006, p.74); mais recentemente, em 2004, o maior galpão de frangos da cooperativa foi derrubado (informação obtida pelo autor em conversa com uma pioneira, formada em economia, e com outro cooperado, este engenheiro agrônomo).

Esta decisão de reduzir a escala de produção de frangos, ou melhor, de alterar a lógica de produção (de comércio para sustento), acabou por favorecer a subvalorização da criação das aves, no sentido de que esta passou a receber menos recursos produtivos e menor importância simbólica frente a outras atividades produtivas da cooperativa, de tal maneira que nos últimos três anos culminou na necessidade da compra de mais de uma tonelada de carne de frango somente para o consumo do refeitório (fora o montante consumido nos domicílios de cada família), gasto que se torna um dos grandes responsáveis, senão o maior, pelo drástico aumento de 47,18% (R\$4.280,00) no valor total da lista entre os anos de 2006 e 2007; que por fim, ajuda a melhor compreender o acréscimo médio de R\$0,50 no Kg da refeição servida no refeitório nos últimos três anos, apresentada anteriormente no quadro 2.

Ainda cabe ressaltar o relevante e recente surgimento da carne bovina na lista de compras. Nos últimos dois anos considerados (2008-2009), o consumo médio foi de 167 Kg a um custo médio de aproximadamente R\$1.045,00. Com base nos dados expostos até aqui, pode-se deduzir que o preço médio do Kg da carne bovina comprada neste período foi de R\$6,26, sendo que para o mesmo período o Kg da carne de frango (consumo médio de 1.367 Kg a R\$4.148,31) girou

em torno de R\$3,03. Como se observa, o preço do quilograma da carne bovina para o período mencionado foi o dobro do preço do quilograma da carne de frango; e muito em função disto, a Cooperativa opta por comprar e servir mais a de frango do que a de bovino.

Em relação à participação de outros produtos na lista de compras (apêndice 1), importante observar que farinha de trigo, açúcar, café e pão também contribuem de maneira considerável no custo da lista. A discussão do primeiro, do segundo e do último destes itens fica impossibilitada neste estudo em função da dificuldade de se obter informações históricas que possam ajudar a diferenciar, delimitar ou distinguir o consumo de farinha feito pela padaria para o preparo de pães para os cooperados, do consumo feito para o preparo de pães destinados ao comércio. De qualquer maneira, o cultivo do trigo na região é impossibilitado pela ausência de condições climáticas adequadas para o desenvolvimento da gramínea considerada. A participação de hortaliças e frutíferas na lista de compras será apresentada mais adiante, nas seções 3.1.1 e 3.1.2 deste artigo.

Devido à ausência de um controle eficiente do que se é produzido nas atividades do sustento e do que se é consumido pelos assentados (tanto pelo refeitório como pelas famílias), torna-se descabida ou imprecisa qualquer tipo de conclusão em relação a participação da produção do sustento na composição do custo da refeição servida pelo refeitório; entretanto, é possível pensar que um “bom desempenho” deste setor pode trazer impactos positivos na renda monetária das famílias, já que teoricamente menos alimentos seriam adquiridos no mercado, havendo ainda a possibilidade da comercialização do excedente no entorno produtivo.

Se considerarmos a quantidade de quilogramas servidos (5.907Kg), o custo monetário médio total desta (R\$14.540,00) e o número de famílias que viviam na cooperativa (ver quadro 2), no ano de 2009, podemos estimar que o gasto médio mensal de cada família no refeitório comunitário foi de R\$52,70. Evidente que tal cálculo é de caráter simplista ou reducionista, visto que desconsidera aspectos como o número de pessoas/família, a frequência de e o consumo de cada indivíduo. Entretanto, tal resultado pode servir de base para que calculemos a participação percentual da alimentação no refeitório na renda monetária⁴⁰ mensal das famílias.

⁴⁰ Cabe lembrar que os cooperados não pagam aluguel, têm água de poço artesiano e parte da alimentação subsidiada pela Cooperativa.

Está girava na faixa de R\$450,00 a R\$600,00, o que nos possibilita pensar que cada família gastava, em média, 10% da sua renda monetária/mensal com a alimentação no refeitório. Tal constatação vai de acordo com os valores apresentados no estudo de Moura (2006, p.101); na época a autora relatou: “os valores descontados referentes às refeições (café e almoço) representam em torno de 10% do valor das sobras mensais das famílias”.

Em relação à padaria, foi oficialmente efetivada como cadeia produtiva em 2003, embora as atividades relacionadas a ela tenham se iniciado com o surgimento do refeitório comunitário. De 1993 até 1996 as cooperadas produziam pão caseiro para o consumo dos assentados, sendo que a partir do último ano mencionado passaram a produzir “cucas” (tipo de pão caseiro de recheio doce), como forma de melhor aproveitar (e/ou de agregar valor) a produção de doce de leite, que se iniciava no assentamento. Além destes dois produtos, também passaram a ser produzidos biscoitos, bolachas e roscas, para o consumo dos assentados.

Devido a qualidade do produto e a constatação de um potencial mercado consumidor na cidade de Paracity, a produção da padaria teve sua escala ampliada e a atividade deixou de fazer parte do então setor de serviços para passar a ter setor próprio (Panificação); que recentemente veio a ser integrado ao setor apoio. Com o crescimento da atividade, a Cooperativa realizou investimentos para a compra de fornos e fogões industriais; atualmente quatro mulheres e um jovem trabalham no refeitório e na padaria.

4.3.2 Produção Vegetal

4.3.2.1 Horta

A produção de hortaliças teve início no período de acampamento, na então fazenda Santa Maria. Além de auxiliar no sustento das famílias, a atividade acabava sendo símbolo da ocupação e resistência dos então “sem terra”. Nos três primeiros anos de existência do Assentamento, a horta era a atividade “carro chefe”, no sentido de que atraía ou ocupava a maior parte da mão-de-obra e do tempo trabalhado pelos assentados, conforme relatou uma pioneira:

do pessoal que chegou aqui na fase de acampamento e tá até hoje, todos trabalhô na horta, mesmo aqueles que cuidavam mais das criação e do leite, quando dava um intervalo, eles contribuía na horta. A horta já foi o carro chefe da COPAVI, hoje ela tá na situação mais crítica que já vi aqui. Antes você tinha que ver o tamanho dos pés de alface que dava na horta, faz tempo que não vejo igual aqueles (E05).

O bom desempenho econômico dos setores cana e leite passou a justificar e implicar em maiores investimentos de recursos produtivos (econômico, físico, humano) nestes; conseqüentemente, a atividade horta, assim como outras ligadas ao setor sustento, gradativamente perdeu sua relevância (ao menos a econômica⁴¹) e com isto passou a receber menores investimentos. Esta redução, por sua vez, acabou por afetar o desempenho atual da produção de hortaliças em relação ao passado, gerando “discussões” ou “reflexões” nos assentados sobre a importância da atividade no assentamento.

A atividade sempre foi conduzida em bases agroecológicas, no entanto, apenas em 2007 veio a ser certificada pela Rede Ecovida⁴² (assim como o restante da área do assentamento). A qualidade da hortaliça, especialmente no que se refere à ausência de agrotóxicos no processo produtivo, sempre foi uma preocupação dos assentados; e o fato de parte dos alimentos não serem produzidos no assentamento (mesmo quando em condições favoráveis de cultivo) e de serem comprados no mercado (tanto para o abastecimento do refeitório comunitário como para o consumo individual das famílias), gera desconfiança e discussões a respeito da procedência do alimento, como ficou demonstrado no primeiro estudo desta dissertação e é possível notar no seguinte depoimento de um assentado:

⁴¹ A importância histórica da atividade, decisiva para o estabelecimento das famílias durante a fase de acampamento (momento em que a falta de recursos produtivos e as condições adversas da área dificultavam a ocupação e sobrevivência na terra), somada ao sentimento de identificação dos assentados com o trabalho na horta (de raiz cultural, símbolo da “tradição camponesa”), fazem com que a atividade continue sendo vista como essencial ou estratégica para o desenvolvimento da vida neste coletivo.

⁴² Formada por agricultores familiares, técnicos e consumidores reunidos em associações, cooperativas e grupos informais, funcionando nos moldes da certificação participativa. Conforme a Rede: “A certificação participativa é um sistema solidário de geração de credibilidade, onde a elaboração e a verificação das normas de produção ecológica são realizadas com a participação efetiva de agricultores e consumidores, buscando o aperfeiçoamento constante e o respeito às características de cada realidade. O selo Ecovida é obtido após uma série de procedimentos desenvolvidos dentro de cada núcleo regional. Ali ocorre a filiação à Rede, a troca de experiências e verificação do Conselho de Ética” (ECOVIDA, 2010).

antes na horta tinha muito de muitas coisas, dava pras famílias e sobrava pra venda, dava gosto de ver o tamanho dos pés de alface e a gente sabia que não tinha sido produzido com veneno. Agora hoje, quando vejo a horta, vejo que podia estar produzindo melhor, daí não precisaríamos ficar comprando dos outros, que nem sabemos como é que produzem os alimentos (E02).

Neste sentido, a análise da lista de produtos comprados para o refeitório (ver apêndice 1) revela que no período avaliado (2001 a 2009), repolho, beterraba, tomate, alho e cebola eram os produtos que poderiam ser cultivados na horta mas que acabaram sendo acessados mediante a compra no mercado, sendo os três últimos de maior relevância (por conta de frequência, quantidade e gasto monetário). Estes, estiveram presentes em todos os anos analisados, e em média nos dois últimos anos (2008-2009), responderam juntos por quase 4% (aproximadamente R\$616,7) do valor total da lista.

Analisando o desempenho individual das três, observa-se que em 2009 o consumo de tomate foi de 120 Kg, respondendo pelo dispêndio monetário de R\$206,4 (1,28% do valor total da lista). Em relação a cebola, foram consumidas 129,7 Kg com o gasto de R\$159,6 (1% do gasto total da lista); enquanto o consumo de alho foi de 36,4Kg à R\$182,2 (1,13% do custo total da lista).

Na lista ainda são encontrados registros de compra de repolho e beterraba. O primeiro teve a primeira compra registrada em 2006, totalizando 23 cabeças, evoluindo para 131 no ano seguinte; sendo que em 2009 foram compradas 71 cabeças. Já a beterraba apresentou registros apenas em 2007 e 2008, com a média de 20 Kg comprados por ano. Como se pode pensar, a compra de beterraba foi irrisória em quantia e pode ter ocorrido em função de uma “entre safra”, de um momento em que a horta não tinha a tuberosa em produção ou em ponto de colheita (e não necessariamente em função dos assentados não cultivarem a mesma ao longo do ano). Já a compra da folhosa foi em parte justificada por condições adversas de clima (temperatura) que dificultam a produção da mesma. Entretanto, conforme Souza (2006, p.634), apesar do repolho ser uma planta tradicionalmente de inverno, desenvolvendo-se melhor em climas amenos (com temperaturas na faixa de 15 a 20°C), seu cultivo ao longo do ano é possibilitado pela utilização de híbridos melhor adaptados ao calor.

Se considerarmos que a COPAVI tem por tradição produzir alface (tanto para autoconsumo quanto para venda) e que vem enfrentando dificuldades

para produzi-la durante o verão (especialmente em função da insolação direta nos canteiros, que dificulta o desenvolvimento e aumenta a mortalidade das mudas recém transplantadas, como foi constatado pelo autor durante os trabalhos de campo deste estudo), que tem comprado repolho e tomate também por conta de adversidades climáticas, podemos encontrar elementos favoráveis para que venham a pensar ou cogitar (se é que já não o fizeram) a construção de uma estufa. A existência de uma estrutura para cultivo protegido aumentaria ou possibilitaria a produção de algumas hortaliças em diferentes épocas do ano, que assim poderia resultar em um melhor ou mais adequado abastecimento do refeitório comunitário e dos domicílios dos assentados.

Como visto, as hortaliças não contribuíram de “maneira significativa” no gasto monetário total com produtos comprados para o refeitório, entretanto, se lembrarmos e considerarmos a preocupação dos entrevistados para com a origem do alimento (no sentido dele ser produzido sem o uso de agrotóxicos), nos deparamos com outra importante justificativa para que produzam ou cogitem produzir boa parte⁴³ dos produtos da horta que consomem.

Atualmente, a horta ocupa uma área de aproximadamente 6.100m² e está localizada próxima ao refeitório comunitário (geograficamente, a área pode ser visualizada no item 3 da imagem disponibilizada no apêndice 2), facilitando⁴⁴ o abastecimento do mesmo com a produção da atividade. Próximo a atividade ainda localiza-se o viveiro de mudas (de 52m²), o “abrigo” para preparo de bandejas (17m²), a pilha de compostagem, o minhocário (visando o fornecimento de húmus para o preparo de mudas das hortaliças) e uma pequena construção (de aproximadamente 35m²), usada para fazer a limpeza, pesagem⁴⁵ e empacotamento das hortaliças; além de servir de local de armazenamento de sementes e equipamentos de trabalho (enxadas, pás, enxadões, “bomba costal”, etc.).

⁴³ Uma vez que os cultivos podem ser limitados ou impedidos por condições adversas de clima, de recursos produtivos.

⁴⁴ Entretanto, a maior distância da atividade em relação ao núcleo de famílias (aproximadamente 500m), por vezes, acaba desestimulando a ida dos assentados à horta, especialmente após a rotina de trabalho (situação presenciada pelo autor durante o preparo de uma janta com alguns assentados).

⁴⁵ Em poucas ocasiões, a produção destinada ao refeitório comunitário e às famílias dos cooperados é pesada; fato que dificulta uma análise do desempenho (especialmente do aspecto quantitativo) da atividade e impossibilita a elaboração de um cálculo que demonstre a participação desta atividade na formação da renda não-monetária dos assentados.

No que se refere à disponibilidade hídrica, a horta é irrigada com sistema de aspersores (aspersão), duas vezes ao dia, por um período de tempo variável (dependendo da época do ano, das condições do solo, das exigências das culturas, etc.). Em relação à procedência da água, ela provém de um córrego; no que tange a qualidade da água, os entrevistados não souberam informar quando realizaram a última análise, carecendo então, de uma nova.

Em relação ao uso do solo, a horta apresentava em janeiro de 2010 um total de 36 canteiros, com média de comprimento e largura de próximo de 17m X 1,21m, respectivamente; além de uma área de aproximadamente 2.100m², separada dos canteiros por uma fileira de bananeiras, sendo que na ocasião do estudo se cultivava neste espaço a groselheira/vinagreira (*Hibiscus acetosella*), o quiabo, e algumas linhas de milho em consórcio com quiabo.

No que tange a ocupação dos canteiros com hortaliças (ver “croqui” no apêndice 3): em nove deles estavam cultivados exclusivamente alface (quatro com crespa e cinco com lisa, cujos canteiros haviam sido cultivados em dias próximos, resultando em uma produção não escalonada da folhosa); um com alface em consórcio com cenoura; um com alface em consórcio com milho verde; nove outros em “pousio”; três eram ocupados com cebolinha; um com inhame; um com coentro; dois com salsinha; um com chicória, um com almeirão, um com abobrinha; um com jiló e outro com jiló-doce, um com yacon (*Smallanthus sonchifolius* – indicada para reduzir o nível de glicose em diabéticos), além de outros três que haviam sido recém-preparados (e protegidos com cobertura morta) para receber novos cultivos.

Observando a ocupação dos canteiros na época do levantamento, pode-se notar que o número dos que estavam ocupados com alface praticamente correspondia a um terço do total; e se desconsiderarmos do total de canteiros os que estavam em pousio, à participação com a folhosa considerada entre as hortaliças cultivadas torna-se ainda maior. Valendo-se desta constatação, é cabível pensar que esta produção, embora tenha duplo destino, autoconsumo e comércio, visa mais o retorno monetário da alface comercializado do que o sustento das famílias, uma vez que tal produção sem o escalonamento adequado dificilmente permitiria que as famílias de assentados (inclusive o consumo do refeitório comunitário) consumissem o total produzido em curto prazo de dias, antes que

ocorressem perdas qualitativas na folhosa (como a consistência “crocante” atrelada ao aspecto visual, o valor nutricional...).

A venda de alface em Paranacity acompanha a história dos assentados desde a fase de acampamento, quando produziam para o sustento e comercializavam o excedente. Nos primeiros anos de existência da cooperativa, a produção de alface para a venda em Paranacity era uma das principais fontes de renda monetária dos cooperados; recentemente, de 2002 a 2005, a comercialização de alface rendeu em média R\$9.000,00/ano à cooperativa (apud SILVA, 2007). Entretanto, nos últimos anos a participação da atividade horta na renda monetária da COPAVI caiu de forma considerável e se quer alcançou os índices que eram obtidos apenas com a venda do alface; fato que será melhor apresentado e discutido a seguir, com o auxílio do quadro 4 (que trata da participação das atividades/setores na composição da renda monetária da cooperativa).

Quadro 4 – Receitas de atividades/setores produtivos da COPAVI, total e relativa (%), período de 2007 a 2010.

Atividades	2007			2008			2009		
	R\$	%	Acumulado	R\$	%	Acumulado	R\$	%	Acumulado
Cana e Derivados	523.038,96	60,19	60,19	383.336,46	52,75	52,75	334.982,95	49,46	49,46
Leite e Derivados	213.322,88	24,55	84,74	216.881,43	29,84	82,59	226.129,48	33,39	82,85
Produtos de revenda	41.760,53	4,81	89,55	39.162,02	5,39	87,98	30.064,98	4,44	87,29
Panificados	37.408,10	4,31	93,86	27.529,50	3,79	91,77	27.002,82	3,99	91,28
Cachaça	18.255,95	2,10	95,96	22.827,75	3,14	94,91	21.310,89	3,15	94,43
Refeitório	13.697,13	1,58	97,53	14.508,64	2,00	99,47	14.993,92	2,21	96,64
Serviços	12.636,82	1,45	98,99	18.634,88	2,56	97,47	20.035,05	2,96	99,60
Hortaliças	8.798,88	1,01	100,00	3.852,06	0,53	100,00	2.703,76	0,40	100,00
TOTAL	868.919,25	100		726.732,74	100		677.223,85	100	

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da COPAVI.

*A receita bruta operacional da COPAVI em 2009 foi de R\$688.003,74, a diferença se refere a outras fontes de arrecadação.

O quadro 4 nos permite constatar, entre outras informações, que entre 2007 e 2009 a atividade horta teve sua participação na composição da renda monetária anual da cooperativa reduzida drasticamente (aproximadamente 69%, queda de R\$6.095,12). Inúmeros podem ser os fatores responsáveis⁴⁶ por esta

⁴⁶ Embora remota (já que iria contra o depoimento de boa parte dos entrevistados), não pode ser excluída a possibilidade do refeitório comunitário e dos próprios cooperados estarem consumindo mais produtos da horta; e assim, sendo menor o montante destinado ao comércio, possivelmente também seria menor o rendimento monetário da comercialização das hortaliças. Além desta

redução, faltando ao autor elementos e registros documentais que possam ajudar a apontar com exatidão as causas ou os motivos de tal fenômeno; entretanto, fato é que um dos grandes responsáveis por esta queda de “rendimento” é a ausência de planejamento da atividade, que acaba por prejudicar o desempenho da produção de hortaliças, tanto no que tange ao autoconsumo como à venda. Tal inferência se baseia em constatações que o autor teve durante o período⁴⁷ em que a pesquisa de campo foi realizada, quando pode observar que os assentados encarregados pela execução das tarefas produtivas (como semeadura, transplante de mudas, capina, controle de pragas, adubação...) as faziam (e ainda fazem) sem uma real orientação ou acompanhamento técnico, no sentido de direcionar o uso dos canteiros (em relação a o que, como e quando cultivar) em função da escala de consumo das famílias, do refeitório comunitário ou ainda do comércio. Por fim, para que a produção da horta volte a atender boa parte das necessidades dos assentados, ou ainda, para que resulte em ganhos monetários proporcionais a estrutura e aos recursos produtivos destinados aos cultivos (no caso de produção para venda), o planejamento da atividade torna-se fator chave.

Apesar da notável necessidade de um melhor planejamento da atividade, possivelmente o mesmo esbarraria em outro aspecto que tem dificultado e até certo ponto impedido um melhor desempenho da atividade horta, tratando-se da mão-de-obra. Como visto anteriormente no quadro 1, atualmente seis cooperados integram o setor sustento, sendo que três destes são aposentados e ocasionalmente contribuem nas tarefas.

É de conhecimento dos cooperados que a produção de hortaliças envolve práticas que exigem dedicação, disciplina e tempo. Se levarmos em conta a constatação dos próprios cooperados de que o número de trabalhadores da cooperativa é insuficiente para o total de atividades produtivas e se considerarmos a demanda prioritária de mão-de-obra do setor cana (sendo que grande parte dela é “especializada”/insubstituível), podemos melhor compreender o quanto a questão da mão-de-obra limita ou até mesmo impede a elaboração e operacionalização de um planejamento das distintas produções do setor sustento. Questão que lembra e

possibilidade, a perecibilidade de alguns produtos da horta associada à distância da COPAVI em relação a grandes centros consumidores (como Maringá e Londrina), ajudaram a inviabilizar a venda de hortaliças nestes locais onde o produto poderia ser comercializado a um preço melhor (por se tratar de um produto “orgânico” ou isento de agrotóxicos).

⁴⁷ De janeiro a fevereiro, que em função das altas temperaturas acaba não sendo a época mais indicada (adequada) para o cultivo de alface na região estudada.

valida outra inferência de Khatounian: “Não obstante, há também um conflito entre as atividades de renda e as atividades para consumo doméstico, uma vez que elas concorrem pelos mesmos recursos produtivos (terra, mão-de-obra, capital, capacitação)” (KHATOUNIAN, 2001, p.74).

Um alento é o fato de que todos os entrevistados (e outros cooperados que foram ouvidos durante o período do estudo de campo) demonstraram saber que a questão da mão-de-obra é fator limitante e ponto chave para o fortalecimento das atividades relacionadas ao sustento.

Em relação ao preparo e manejo do solo, os canteiros são “levantados” manualmente, com o uso de enxada e pá, com altura variando de 12 a 20 cm e espaço ou caminho entre canteiros de aproximadamente um metro. Após “levantados” os canteiros, é distribuída cobertura morta sobre o solo (sendo constituída especialmente de bagaço de cana seca moída), sendo utilizada com as finalidades de protegê-lo da exposição direta ao sol e do impacto das gotas das chuvas, de aumentar a retenção de água no solo e de fornecer nutrientes a medida em que se decompõe e se incorpora a estrutura do solo. No entanto, na visão dos trabalhadores do setor, a principal função do uso da cobertura é diminuir ou retardar o surgimento de plantas espontâneas de rápido crescimento e de difícil controle, como a tiririca (*Cyperus rotundus* L). O controle desta última (e de outras espontâneas) é complementado com “arranquios” manuais e capinas, com frequência de até três vezes por semana, visto que são muitos os canteiros.

A adubação orgânica consiste na aplicação de composto a base de bagaço de cana-de-açúcar, melado de cana, esterco e urina de gado; quantidade aplicada é variável e não se baseia em análises laboratoriais da fertilidade química do solo. Ocasionalmente, ainda são realizadas adubações foliares com o biofertilizante conhecido por Supermagro, que além da função de fornecer nutrientes as plantas, é aplicado para auxiliar no controle de pragas e doenças.

Outra prática conservacionista adotada são barreiras de capim-elfante (*Pennisetum purpureum*) como quebra-ventos, em dois dos quatros lados da horta que poderiam ficar expostos a ventos fortes. Um dos outros dois lados é protegido por área de mata e de construções próximas (tratando-se do viveiro e da “casa” para armazenamento de sementes e equipamentos de trabalho), enquanto o outro lado, “mais desprotegido”, possui a sua cerca de arame vegetada por feijão de Frade ou Caupi (*Vigna unguiculata* (L.) Walp.). Já a rotação de culturas nos

canteiros nem sempre ocorre, pelo que se pode constatar em conversas com um assentados que atuam na atividade, sendo esta outra questão que pode ser atrelada a ausência de planejamento da atividade.

Em poucos canteiros foi observado o cultivo consorciado de hortaliças, sendo que esta prática pode e deve ser melhor explorada pelos assentados, já que são apontadas vantagens em aspectos ambientais, produtivos e econômicos do consórcio de hortaliças (SOUZA, 2006). Em pequena quantidade, também estão distribuídos cravo de defunto (*Tagetes minuta*) ao longo da área, com o objetivo de repelir insetos e dificultar o estabelecimento ou desenvolvimento de nematóides. O controle de pragas e doenças é feito através do uso de caldas, entre elas a bordalesa e a urina de vaca.

Por fim, o balanço patrimonial da cooperativa do ano de 2009 apontou que a atividade horta teve desempenho econômico negativo, com custo de produção de R\$13.206,31 e renda de R\$2.703,76, representando um déficit de R\$10.502,55. Entretanto, é preciso ressaltar que o custo de produção se refere ao dispêndio monetário com mão-de-obra, insumos produtivos e manutenção de equipamentos; enquanto a renda da atividade considera apenas o montante de dinheiro obtido com a venda das hortaliças, ou seja, não leva em conta a contribuição ou importância dos produtos da horta na economia em compras no mercado (desconsiderando a renda não-monetária); fato que ajuda a impossibilitar um cálculo real da rentabilidade monetária da atividade.

4.3.2.2 Pomar

O pomar está situado a menos de 50m do refeitório comunitário (item 6 da imagem disponibilizada no apêndice 2) e tem uma área de aproximadamente 2.840m², neste encontram-se apenas plantas cítricas, totalizando aproximadamente 80 plantas entre limoeiros, laranjeiras e tangerineiras. O espaçamento adotado foi o mesmo para todas as espécies, sendo de aproximadamente 4m entre plantas e entre linhas.

Com pouco mais de 10 anos de implantação, atualmente a maior parte das plantas deste pomar encontram-se em declínio produtivo, quando não estão “mortas” ou na eminência da morte; fato que levou os assentados a

praticamente abandonarem a área. Entre os principais fatores responsáveis por este “declínio produtivo” e pela alta mortalidade de plantas do pomar estão o cancro (*Xanthomonas citri*) e a leprose dos citros (doença virótica⁴⁸ transmitida pelo ácaro *Brevipalpus phoenicis*).

Durante uma visita que o autor fez ao pomar, para inspeção de pragas e doenças, foram identificadas inúmeras plantas que apresentavam sintomas⁴⁹ da última doença mencionada, nas folhas, frutos e até em ramos; o que remete a uma provável infestação dos aracnídeos que não foi observada e controlada em momento adequado, uma vez que o “ataque” a galhos é menos comum e costuma a ocorrer em razão de elevadas populações da praga. Segundo o Fundo de Defesa da Citricultura (FUNDECITRUS, 2010), como consequência da leprose há uma acentuada queda de folhas e frutos, seguida pelo secamento de ramos e morte dos ponteiros; disso resulta não só uma redução na produção corrente como também das futuras pelo enfraquecimento das plantas, podendo levá-las a morte em casos de ataques severos.

A redução da leprose em cultivos orgânicos passa pela adoção de técnicas de controle cultural (como “podas de limpeza” nas plantas, retirada do pomar de partes ou restos vegetais com sinais da doença), biológico (certos ácaros⁵⁰ são grandes inimigos naturais do aracnídeo vetor e podem ter sua presença na área ampliada com o aumento da diversidade de plantas “atrativas” ou hospedeiras cultivadas na entrelinha do cultivo); restando ainda a alternativa do controle químico através do uso de caldas naturais de ação repelente, como a feita com o óleo de nim (*Azadirachta indica*) ou ainda a de extrato de bulbo de alho (*Allium sativum*).

Entretanto, considerando o número de plantas mortas (e com sinais de estágio avançado da doença) e a vida útil do pomar (mais de 10 anos), o mais recomendado ou o ideal seria a formação de um novo pomar, e se exclusivamente de citros, preferencialmente em outra área que não na presente. Caso a opção seja pelo reaproveitamento da área atual em função da localidade da mesma (próxima ao

⁴⁸ *Citrus Leprosis Virus*

⁴⁹ Nas folhas causam manchas rasas, de centro mais ou menos escuro, rodeadas por um anel claro. Nos ramos novos originam lesões inicialmente amareladas, que mais tarde se tornam salientes e corticosas. Nos frutos a doença causa inicialmente manchas claras circulares, que vão escurecendo com o tempo até se tornarem pardacentas ou pretas, ligeiramente deprimidas (FUNDECITRUS, 2010).

⁵⁰ Sendo os principais: pêra (*Euseius citrifolius*), maçã (*Iphiseiodes zuluagai*) e morango (*Agistemus* sp.).

refeitório comunitário), desejável⁵¹ seria que os assentados optassem pela formação de um pomar com maior diversidade de frutíferas, em função de suas preferências alimentares e da sazonalidade produtiva das espécies (para que frutas estejam disponíveis em diferentes momentos do ano).

Outro claro sinal ou reflexo do declínio produtivo do pomar de cítricos pode ser encontrado na lista dos alimentos mais comprados pelo refeitório comunitário no período de agosto a dezembro de 2009. Ao final destes cinco meses foram comprados aproximadamente 171 Kg de laranja ao preço médio de R\$0,50, implicando no gasto monetário de R\$85,50; que embora não resulte em uma “despesa” elevada no total gasto na compra de alimentos para o refeitório, novamente remete a questão da procedência ou qualidade do alimento (isento de agrotóxicos ou oriundo de cultivo agroecológico).

Em relação à presença de outras frutíferas, encontram-se dispersas ou “espalhadas” ao longo da área do assentamento. Próximo a cachoeira que está dentro dos limites da área do assentamento, que foi o local do acampamento das famílias na época da ocupação, estão cerca de 10 pés de goiaba branca, sendo que hoje estas goiabeiras são pouco aproveitadas em função da distância delas em relação ao refeitório comunitário e ao núcleo de famílias. Na estrada de acesso que leva o núcleo de famílias ao refeitório comunitário e as atividades produtivas encontram-se abacateiros, mangueiras (variedade rosa, coquinho e espada) e jaqueiras. Próxima a área de mandioca-milho, está o cultivo de abacaxi (de variedade não identificada) em um espaço de aproximadamente 2.100m², transplantado há dois anos, proposta vinda de um estudo para a implantação de sistema agroflorestal na COPAVI, realizado por uma jovem assentada que cursava tecnologia em agroecologia, na Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA).

Na horta há uma fileira de bananeiras, que além do fornecimento da fruta tem a função de quebra-vento entre os canteiros e a área vizinha (cultivada com a vinagreira, com o quiabo e com o quiabo consorciado com milho); havendo ainda 14 mamoeiros (formosa) dispersos na área. Em 2000, um grupo de professores da Universidade Politécnica da Catalunha veio ao Brasil para conhecer experiências de assentamentos do MST. Em visita à COPAVI levantaram a hipótese de fomentar a construção de um secador de bananas a energia solar; e a

⁵¹ Levando-se em conta possíveis fatores limitantes, como clima e solo.

cooperativa, após estudar a questão, resolveu implantar um novo setor no assentamento, tratando-se da Bananicultura. Aproximadamente 9,7ha da área total do assentamento foram dedicados ao cultivo de banana, que era conduzida em sistema orgânico e visava o comércio da fruta in-natura ou desidratada (banana-passa).

A construção do secador solar durou pouco mais de dois anos. Adversidades operacionais do mesmo, somadas a inviabilidade econômica do setor (que esbarrava na baixa procura e nos altos custos de produção da banana-passa) e ao falecimento do responsável por coordenar as atividades do setor, levaram ao encerramento as atividades do setor bananicultura em 2004. De lá para cá, o secador solar encontra-se inativo (sendo que a estrutura física é majoritariamente reaproveitada pela padaria); durante as entrevistas de campo evidenciaram-se reflexões sobre a necessidade de um melhor uso da estrutura.

Em relação a presença de frutíferas nos quintais das famílias, as espécies mais encontradas foram aceroleiras, limoeiros e mangueiras.

4.3.2.3 Produtos da lavoura

O estudo considera como produtos da lavoura: arroz, feijão, milho, mandioca, amendoim e trigo. Destes, atualmente apenas o milho e a mandioca são cultivados no assentamento. O primeiro, na ocasião do estudo, ocupava uma área de aproximadamente 6.800m², além de outras vinte linhas de milho de 2,5m de comprimento consorciadas com quiabo na horta. A produção é orientada para o consumo das famílias e para a alimentação das aves. Alguns assentados mostravam-se insatisfeitos com a produção atual, alegando que a quantidade produzida é insuficiente; ou ainda, “mal pensada”, como demonstra a seguinte passagem:

a gente gosta de milho mas as vezes acaba comendo em casa o da latinha, porque a produção daqui tá fraca e mal pensada. Quase nunca tem, mais quando tem, quem chega primeiro leva. Mas também acontece de passa do ponto e ninguém pega (E02).

A adoção da prática do escalonamento⁵² da produção (especialmente na área de lavoura) poderia contribuir para um abastecimento mais adequado (ou equilibrado) em relação ao consumo das famílias; como exemplo: poderiam se valer da adoção de uma semana de intervalo entre o cultivo de “parcelas” de milho, o que possibilitaria a colheita de espigas em semanas diferentes, que por sua vez, resultaria em uma disponibilização do alimento mais sincronizada com a necessidade de consumo dos assentados.

O cultivo de mandioca acompanha a existência da COPAVI, tendo sido o primeiro realizado pelos assentados após a retirada de cana da fazenda recém-ocupada. Moura (2006) relata em seu estudo que o plantio de mandioca foi decisivo para a permanência das famílias na área, conforme demonstra uma passagem da pesquisa de campo da autora:

Com a consolidação da lavoura da mandioca foi criada uma situação para o município, e para o INCRA, difícil de reverter. Existia um complô da Emater, Prefeitura Municipal e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais contra a implantação do assentamento (MOURA, 2006, p.70).

Na época, a comercialização da mandioca e do melaço de cana ao lado da prestação de serviços em propriedades rurais de terceiros, garantiam uma pequena renda monetária às famílias. De 2002 a 2005, o faturamento anual médio da COPAVI com a comercialização de mandioca girou em torno de R\$1.000,00. Em 2009, embora tenha existido a venda desta amilácea, não foram apresentados registros com a quantidade e o retorno monetário do comercializado.

Atualmente, a mandioca está cultivada em dois locais, um com área de aproximadamente 3.000m², onde também se encontra o cultivo de abacaxi, e o outro com área de 2ha; sendo que estes espaços de cultivo localizam-se a margem esquerda da estrada de acesso que liga os núcleos de base ao refeitório comunitário e as atividades.

Já dois outros essenciais⁵³ produtos da lavoura são fornecidos diariamente no refeitório comunitário mas não são produzidos no assentamento,

⁵² Evidente a elaboração de um planejamento para este cultivo deve levar em conta as condições edafoclimáticas da região em relação às necessidades do fenológicas do milho.

⁵³ Na alimentação dos brasileiros, o feijão é a principal fonte de proteína, seguido em importância pela carne bovina e arroz. Apenas estes três alimentos respondem por 70% da ingestão de proteínas pelos brasileiros (MACHADO; FERURUZZI, NIELSEN, 2008).

tratando-se do arroz e do feijão. O não cultivo destes foi justificado por parte dos entrevistados pela existência de condições adversas de clima e solo, que tornam a produção “muito arriscada” frente os investimentos exigidos; mas quando os assentados foram confrontados com a possibilidade do uso de variedades e técnicas de produção adaptadas a realidade local, o principal motivo (ou o real) para a não produção dos alimentos considerados foi revelado: a falta de mão-de-obra para a condução destas e de outras atividades do setor sustento.

A constatação da não produção de arroz e feijão com os motivos apresentados pelos entrevistados vai, em grande parte, de encontro com a passagem de Khatounian (2001) sobre as transformações nos sistemas e nas práticas de produção dos agricultores familiares do sul do país, apresentada abaixo:

Quando cresce a necessidade de renda, progressivamente menos área e menos trabalho são dedicados ao consumo doméstico. **No centro-sul do Brasil, a exclusão de lavouras para consumo doméstico normalmente segue a seguinte ordem: primeiro desaparece o arroz, depois o milho, depois o feijão e então a mandioca** (KHATOUNIAN, 2001, p.77, destaque nosso).

Segundo o autor, essa ordem de exclusão se deve especialmente a fatores econômicos associados ao risco de perdas em função das características de cada cultura e da área demandada para o seu cultivo. Em relação ao arroz, é de conhecimento dos agricultores que a cultura é exigente em mão-de-obra, especialmente para a realização de capinas; somado a isto, o “baixo preço” para a aquisição do produto no mercado frente ao risco da produção própria ajudam a justificar o não cultivo da espécie no assentamento.

Neste sentido, a não produção do arroz consumido parece não incomodar os assentados. Entretanto, a ausência de cultivo do feijão é motivo de questionamentos e preocupações em considerável parte do coletivo, como ficou demonstrado na pesquisa sobre a percepção dos assentados em relação ao autoconsumo no assentamento e se pode notar na passagem seguinte:

tá errado nós não produzir o feijão que comemos. Daí compramo dos outro, pagamo mais caro e não sabemos que veneno foi usado na roça daquele feijão, é por isso que tinhamos que repensa a questão de não plantar o nosso feijão (E01).

O referido estudo ainda revelou o que já era esperado: o feijão é visto pela maioria dos entrevistados como o mais importante alimento da lavoura. E como também foi demonstrado na pesquisa, o fato dos assentados precisarem recorrer ao mercado para poderem acessar este alimento, além de gerar preocupações em relação a qualidade do mesmo (procedência “não-agroecológica”), os expõe as constantes oscilações de preço do produto no mercado.

Se levarmos em conta o exposto e considerarmos o consumo médio do alimento entre 2008 e 2009 pelo refeitório comunitário⁵⁴, que foi de 416Kg (gerando o dispêndio monetário médio próximo de R\$1.050,00 - aproximadamente 6,7% do gasto total com compras de produtos para o refeitório); poderiam os assentados cogitar o cultivo desta leguminosa. Segundo o IBGE Cidades (IBGE, 2010), a média de produtividade (Kg/ha) do município de Paranacity em 2007 era baixa e girava em torno de 740Kg; então, caso os cooperados decidam cultivar esta leguminosa, possivelmente precisarão de uma área igual ou inferior a um hectare (dependendo da espécie-variedade escolhida, regime hídrico da época de cultivo, investimentos...).

4.3.2 Produção Animal

4.3.3.1 Suínos

A criação de suínos foi iniciada ainda na fase de acampamento, sendo que por praticamente dez anos (de 1993 até 2002) além de contribuir para o sustento das famílias de assentados, participava na formação da renda monetária destes. Segundo registros da COPAVI, de 1995 a 2001 a produção saltou de 0,8 toneladas de animais abatidos para 7 toneladas (apud MOURA, 2006), sinalizando a opção de produzir para o mercado. Entretanto, em 2002, a produção de suínos (assim como a de aves) para a comercialização foi suspensa, isto porque, segundo os cooperados, os preços obtidos na comercialização sequer cobriam os custos de produção.

⁵⁴ Desconsiderando o consumo das famílias, que embora esteja presente em todos os domicílios, varia muito em quantidade/frequência/tipo, tornando subjetiva ou imprecisa uma tentativa de mensuração.

Este retorno à lógica de produção de autoconsumo (justificada pela inviabilidade econômica da produção para mercado), atrelada aos investimentos em recursos produtivos nos setores cana e leite ajudaram a colocar a criação de suínos em segundo plano. Conforme SEVERINO (2006), em 2005 eram criados 144 animais (3 cachaços, 6 criadeiras, 13 recém-nascidos, 73 capados e 2 descartes) em uma construção⁵⁵ de aproximadamente 6.000m² e abatidos 8 suínos para o consumo mensal dos cooperados; na ocasião do estudo, no mesmo espaço estavam apenas 18 animais (3 cachaços, 3 criadeiras, 2 capados e 10 leitões), tendo sido abatido um dos capados em janeiro de 2010.

A alimentação dos animais é composta de restos da horta e do refeitório, milho, melado de cana, soro de leite; sendo que os cachaços ainda são “soltos” na área de pousio ao lado do barracão da criação, para que complementem a sua alimentação. Já a alimentação das porcas ocorre nas baias do barracão; e em fase final de gestação é baseada em uma ração elaborada no assentamento e composta essencialmente de farelo de milho e soja, açúcar e sal mineral.

4.3.3.2 Aves

A criação de frangos também foi iniciada na fase de acampamento e em pouco tempo viu a sua lógica de produção ser alternada de sustento para mercado, para depois, anos mais tarde, retornar da de mercado para a de sustento.

Segundo dados da COPAVI, em 1995, passados apenas dois anos da criação da cooperativa, os assentados abatiam 7,6 toneladas de frango limpo; chegando ao pico de produção de 32 toneladas em 2000. Entre os anos de 1997 a 2000 a atividade respondia pelo segundo maior faturamento econômico da COPAVI, ficando atrás da de leite e a frente de suínos, horta e derivados de cana. Entretanto, em 2001, os assentados decidiram reduzir a produção pela metade e a partir de 2002 passaram a produzir somente para o sustento, já que segundo eles, os preços obtidos não cobriam os custos de produção, mesmo com a agregação de valor, já que as aves eram vendidas resfriadas, direto ao consumidor. Como visto

⁵⁵ O barracão de alvenaria onde estão os suínos encontra-se a aproximadamente 200 metros da horta, sentido oposto ao do viveiro de mudas (item 2 do apêndice 2).

anteriormente, nesse período, o mesmo também aconteceu com a produção de suínos.

Atualmente há aproximadamente 250 frangos para o consumo das famílias, segundo o coordenador das atividades do sustento. As aves são criadas em liberdade, em área de pasto, tendo a alimentação complementada com milho e restos vegetais; havendo ainda um galinheiro de estrutura de madeira com telhas de barro que serve de abrigo para as aves e de local para postura de ovos, que geralmente ficam para choca, visando a manutenção do número de animais.

Como foi exposto e debatido na seção referente ao refeitório comunitário, em 2009 foram compradas aproximadamente 1,5 tonelada de carne de frango para o abastecimento do refeitório comunitário ao custo de R\$4.648,26, sendo o produto mais custoso da lista e de maior impacto no custo final do quilograma da refeição servida. Levando em conta o grande dispêndio monetário da cooperativa com a compra de frangos nos últimos três anos (R\$11.658,73) e considerando a preocupação com a procedência do alimento, os cooperados passaram a debater e esperam construir um novo galinheiro para a criação de galinhas caipira⁵⁶, ainda no ano de 2010. Já em relação aos ovos, foram compradas 1280 unidades em 2009, ao custo total de R\$165,40; fato que ajuda a ilustrar a situação atual da criação de poedeiras no assentamento.

Em relação a criação de outras aves, em meados de dezembro de 2009 quatro perus eram criados, sendo especialmente “tratados” para as festas do final do ano. Entretanto, três dos animais foram roubados dias antes da comemoração de Natal.

4.3.4 Setor Leite

As atividades relacionadas a este setor iniciaram-se no período de acampamento, em 1992. Na época, os acampados contavam com duas vacas para fornecimento de leite (preferencialmente as crianças), que eram emprestadas pelo padre Roberto e pelo Dr. João. Conforme relatou Calza (2009), a criação e

⁵⁶ Segundo van Eekeren et al. (2006), entre as vantagens deste sistema de produção está a baixa exigência em mão-de-obra, o que ajuda a justificar a opção dos cooperados por este modo de criação. Entretanto, conforme os autores, os níveis de produção de carne e ovos são baixos, sendo compensados pelo custo de produção ínfimo.

consolidação da COPAVI permitiu o levantamento de recursos financeiros para a realização de investimentos na estrutura produtiva da mesma; prova disto é que meses após o surgimento da cooperativa, os assentados realizaram a compra de aproximadamente quarenta cabeças de vacas holandesas com recursos da ASSESSOAR (Associações da Agricultura Familiar e Sindicatos de Trabalhadores Rurais).

Em 1995, após decisão tomada em assembléia geral, os cooperados investiram boa parte dos recursos do PROCERA (Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária) na infraestrutura da cadeia produtiva do leite, realizando a construção do laticínio e comprando outras quarenta vacas da raça holandesa para compor o rebanho produtivo. De 1995 até o final de 2006 o setor foi o maior contribuinte na arrecadação monetária da cooperativa; a partir de 2007 o setor cana passou a ser o maior arrecadador. Em 2009 a atividade arrecadou R\$226.129,48 a um custo de R\$141.744,43, possibilitando a sobra monetária de R\$84.385,05.

Atualmente trabalham no setor seis cooperados em dedicação integral e outros dois em regime de meio período, sendo três mulheres, quatro homens e um jovem. O rebanho leiteiro em maio de 2010 era composto de 216 cabeças (uma descrição é apresentada no quadro 5), sendo que 60% deste total se referem a animais da raça Holandesa, enquanto os 40% restante se referem a mestiços. Os mestiços surgiram após a inseminação das holandesas com as raças Girolês ou Guzerá, dando origem as Girolandas e Guzerandas. A opção de substituir progressivamente os animais de raça Holandesa por mestiços se dá pela maior rusticidade e melhor capacidade adaptativa dos últimos em relação às condições climáticas da região do assentamento; como também argumentaram alguns assentados trabalhadores do setor, as holandesas são mais “sensíveis”, especialmente no que se refere ao calor⁵⁷ e ao ataque de carrapatos.

⁵⁷ Salientando que a região de Paracity registra uma das maiores médias de temperatura do Paraná, oscilando na faixa de 27°C nos três meses mais quentes do ano (dez-jan-fev).

Quadro 5 – Descrição do rebanho bovino da COPAVI, maio de 2010.

	Número de animais	Peso médio (kg)
Vacas em lactação	54	550
Vacas secas	91	400
Bezerros 0-6 meses	35	115
Bezerros 6 meses – 1 ano	34	340
Touros	2	
Total	216	

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados de entrevistas.

A criação é conduzida de maneira semi extensiva, sendo que os animais permanecem no pasto a maior parte do dia e têm a alimentação suplementada com sal mineral e ração⁵⁸ a base de milho, farelo de soja e de trigo. No inverno, quando o desenvolvimento e recuperação da pastagem é mais lento que no restante do ano, se faz necessário suplementar a alimentação dos animais no “cocho”, com bagaço de cana moída, melaço de cana e uréia; além de serem espalhados “ponteiros” de cana nos piquetes. Os pastos são essencialmente compostos de capim-elefante (*Pennisetum purpureum*), capim-brachiaria (*Brachiaria decumbens* cv. *Basilisk*) e grama africana ou estrela (*Cynodon plectostachyus*), e ocupam uma área de aproximadamente 92ha, segundo informações do coordenador da atividade. As plantas espontâneas mais encontradas nos pastos foram: juá ou joá-bravo (*Solanum sisymbriifolium* Lam.), assapeixe (*Vernonia tweediana*) e grama mato grosso (*Paspalum notatum*).

Em 2002 foi iniciada a implementação do método do Pastoreio Racional Voisin (PRV)⁵⁹; sendo que esta discussão surgiu a partir da necessidade de: diminuir o alto custo da alimentação por silagem, diminuir mão-de-obra utilizada na atividade (especialmente no que se refere a preparação de silagem), aumentar a

⁵⁸ Para as vacas em lactação são destinados aproximadamente quatro mil kilogramas de ração por mês, que são produzidas em oito preparos de 500Kg; constituídos de: 200Kg de milho + 122,5Kg de farelo de soja + 100Kg de farelo de trigo + 25Kg de farelo de arroz + 23Kg de sal mineral + 2Kg de homeopáticos).

⁵⁹ O sistema de Pastoreio Racional Voisin, está fundamentado nos enunciados de André Voisin, que implicam o uso racional dos pastos em pequenas parcelas (ou piquetes). Segundo Santos (2005), o sistema PRV visa o equilíbrio do trinômio solo-capim-gado, ao procurar disponibilizar aos animais os piquetes que passaram por período de repouso adequado para o desenvolvimento ótimo da pastagem.

produtividade das pastagens e por fim, objetivando tornar orgânica a produção pecuária (o que ainda não aconteceu, especialmente devido a problemas com o controle de carrapatos, bernes e da mastite (que têm exigido o uso de antibióticos para o controle)).

A área de pasto está organizada em aproximadamente 115 piquetes, a grande maioria deles com 8.000m² (totalizando 92ha, havendo um cocho de água a cada quatro piquetes), sendo que duas vezes ao dia os animais são conduzidos de uma parcela semi-pastoreada para outra “nova” (ou de pasto “fresco”). Se realizarmos o cálculo da atual taxa de lotação (unidade animal/ha), encontraremos como resultado aproximadamente 2UA/ha. Levando em conta tal resultado e considerando que a taxa de lotação ideal de um sistema de produção leiteiro eficiente é de 4UA/ha, torna-se clara a questão do subaproveitamento das áreas de pastagens da COPAVI, ou melhor, da existência de uma área de pastagem com o dobro da dimensão total necessária (perto de 46ha) para o rebanho atual. A idéia que as pastagens possam estar sendo subaproveitadas, ou seja, utilizadas com baixa carga animal por unidade de área, vai de encontro com uma declaração do coordenador⁶⁰ da pecuária na cooperativa, transcrita a seguir:

a nossa área de pasto é mais que suficiente, e se reformasse mais alguns piquetes poderia diminuir a área de pasto quase que na metade (E12).

E considerando a necessidade de melhorarem este desempenho, os cooperados iniciaram em 2009 intervenções práticas no sentido de melhorarem a qualidade da pastagem atual (como a realização de adubação orgânica em parte da área); para este ano ainda discutem a possibilidade de outras ações que possam resultar na redução atual da área de pastagem para uma de dimensões mais adequadas ao rebanho

O controle dos animais é feito através de fichário individual e identificação do gado com “brincos”. O fichário é composto de três fichas, cada uma para um estágio da vida do animal; na primeira ficha estão os dados referentes a data de nascimento, sexo, número do brinco, data de aplicação de vacina, medicamentos e o nome do pai e mãe do animal; a segunda ficha é feita quando o

⁶⁰ Que ao lado de outros cooperados, participou(a) de cursos e palestras técnicas sobre o sistema PRV.

animal atinge três anos e nela constam informações sobre inseminação e parição. A terceira ficha é referente ao acompanhamento do período de lactação das vacas, com dados quantitativos e qualitativos da produção dos animais.

Diariamente são realizadas duas ordenhas, uma próxima das cinco da manhã e outra das quatro da tarde, totalizando aproximadamente 600 litros por dia (com média de 10 litros de leite por vaca) no verão, e 400 litros por dia no inverno (em função de perdas quantitativas e qualitativas do pasto). A principal⁶¹ produção do laticínio é a de leite pasteurizado ensacado (popularmente chamado de barriga mole), comercializado de forma direta e indireta no entorno produtivo (a cooperativa fornece produtos para clientes em seus domicílios, para creches municipais, padarias e mercados).

Geralmente dois sócios, utilizando uma Kombi da COPAVI, realizam a entrega dos produtos. Em 2009, aproximadamente R\$160.800,00 foram arrecadados com a comercialização do leite tipo “barriga mole”, mais R\$15.585,60 com a comercialização direta deste com a CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) e R\$11.364,65 referente ao consumo interno dos cooperados (autoconsumo). Oportuno apresentar que a cooperativa ainda comercializou com a CONAB o doce de leite e o iogurte, que arrecadaram cerca de R\$423,50 e R\$17.390,00, respectivamente.

4.4 CONCLUSÕES

A análise de aspectos técnico-econômicos e socioambientais das atividades produtivas do setor sustento atrelada aos depoimentos dos cooperados e aos registros históricos de produtos e alimentos comprados pela COPAVI para o preparo das refeições do refeitório comunitário, permitiu constatar que a situação atual da produção de alimentos para autoconsumo no assentamento é, possivelmente, a mais crítica vivenciada pelos assentados desde a fase de acampamento. Cabe salientar que não por coincidência tal estado ocorre em um momento de grande desenvolvimento ou prosperidade econômica da cooperativa;

⁶¹ Outros derivados produzidos: queijo, nata, iogurte, doce de leite.

especialmente proporcionada pelo retorno monetário da cadeia produtiva da cana de açúcar e do leite.

Não por coincidência, pois, como visto ao decorrer do estudo e também foi relatado por outros autores (KHATOUNIAN, 2001; GRISA, SCHNEIDER, 2008; ANJOS, CALDAS, HIRAI, 2009), na medida em que intensifica-se a mercantilização da agricultura e cresce a necessidade dos agricultores de base familiar de obterem maiores rendimentos monetários, menos recursos produtivos (especialmente mão-de-obra e área) são destinados aos cultivos de “menor” relevância econômica, como os que respondem pela produção de alimentos para o autoconsumo.

Como é de se esperar, tal subvalorização acarreta na diminuição da quantidade e da diversidade de alimentos produzidos. A partir do momento em que os assentados passaram a perceber e vivenciar alguns dos efeitos desta perda de relevância do setor sustento, inevitavelmente passaram a ter questionamentos sobre a situação atual da produção de hortaliças, frutíferas, produtos da lavoura e das criações de animais no assentamento. Alguns dos dados apresentados ao longo deste artigo ajudam a justificar ou melhor compreender parte dos questionamentos e preocupações dos assentados para com o momento atual da produção de alimentos para o autoconsumo, em especial aqueles(as) referentes a questão da compra da carne de frango, do feijão e da laranja consumida. Em relação a primeira destas citadas, ela respondeu em 2009 por aproximadamente 30% do valor total da lista de compras; já os outros dois itens juntos representaram menos de 10%.

Cabe ressaltar que a preocupação dos cooperados não se refere meramente à questão econômica (ou melhor, do gasto monetário para a compra dos alimentos), ela também se constitui na questão da procedência do alimento (isento de agrotóxicos ou de origem agroecológica) e do significado simbólico (histórico-cultural) de alguns cultivos ou atividades produtivas do assentamento (como a lavoura de mandioca e a horta).

Embora os cooperados sinalizem mudanças no curto prazo, elas apontam mais na melhoria da estrutura física (como a implantação de um novo galinheiro e de um novo pomar) do que na redistribuição do recurso humano; e que conforme foi relatado ao longo deste estudo (e é de amplo conhecimento dos cooperados), é fator limitante na situação atual do setor sustento e é ponto chave para a melhoria do desempenho produtivo. Ou seja, estes investimentos na estrutura

física correm o risco de serem subaproveitados (ou até mesmo injustificados) caso não sejam acompanhados pela disponibilização de ao menos mais um cooperado para a operacionalização ou acompanhamento das atividades.

Como exposto ao longo do estudo, outro fator que dificulta ou impede a superação do baixo desempenho produtivo atual do setor sustento é a ausência de efetivos planejamentos das produções; sendo que neste sentido, a horta é possivelmente a atividade mais afetada. O retorno de uma ex-estudante ao assentamento, recém formada tecnóloga em agroecologia, é um alento para esta questão. Oportuno sinalizar alguns dos possíveis reflexos que a adoção de um real planejamento das atividades do setor sustento pode trazer: 1) melhor aproveitamento dos distintos recursos produtivos empregados nas atividades, no sentido de proporcionar uma produção mais adequada ou sincronizada com as necessidades de consumo do refeitório comunitário e das famílias de cooperados, tanto no que se refere a quantidade/diversidade produzida como a frequência de disponibilização; 2) possibilidade de maior êxito nos caso de produção para venda, aumentando ainda as chances de estabelecerem relações comerciais com certos programas governamentais que garantem a compra de alimentos à preços vantajosos, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Merenda Escolar e o Compra Direta da Agricultura Familiar (CONAB).

Evidente que embora o setor sustento necessite da adoção de um real planejamento e de maiores investimentos em recursos produtivos para que possa resultar na melhoria do desempenho atual, há alimentos que não podem(rão) ser produzidos no assentamento em função de adversidades como clima, solo, exigência em mão-de-obra/meios de produção e custo benefício (que considera meramente o aspecto econômico, ou melhor, desconsidera a importância da “procedência do alimento”) da produção frente a compra no mercado (como é o caso do arroz, debatido na seção 3.1.3 deste artigo).

Como visto, o consumo destes não produzidos acaba sendo viabilizado quase que exclusivamente pela compra no mercado. Uma alternativa a esta “custosa” via de acesso pode ser encontrada na inserção ou articulação de redes de trocas de alimentos entre assentamentos/assentados/pequenos produtores; como exemplificou um entrevistado em estudo sobre os papéis desempenhados pelo autoconsumo: *“quando a gente produz nosso alimento, além de saber o que tamo comendo, ainda podemos vender o que sobra ou **trocar com***

outros alimentos que não produzimos. Isso já dá certo com a erva mate, mas tínhamos que aproveitar melhor isso, se produzíssemos mais variedade aqui. Hoje nós não produzimos nem o feijão nem o arroz. O arroz também podíamos trocar com alguns companheiros que produzem em outro assentamento ao invés de comprar no mercado (E01, destaque nosso)”.

Por fim, os levantamentos deste estudo permitem pensar que, atualmente, um dos grandes desafios enfrentados pelos cooperados da COPAVI é o de conciliar a lógica de reprodução social e alguns dos valores culturais dos camponeses (como a produção de boa parte dos alimentos consumidos) com a lógica empresarial (igualmente necessária para que tenham rendimentos monetários que os permitam acessar outros bens ou serviços essenciais para a reprodução social de suas famílias). Neste sentido, parece oportuno sugerir que os futuros projetos ou Planos de Desenvolvimento para Assentamentos (PDAs) de organização coletiva (em especial, as CPAs), ao considerarem a questão da viabilidade sócio-econômica da agroindustrialização de produtos, “suponham” e levem em conta os impactos desta na produção de alimentos para autoconsumo das famílias a serem assentadas.

4.5 REFERÊNCIAS

ANJOS, F.S. CALDAS, N.V.,HIRAI, W.G. A dimensão rural da insegurança alimentar: transformações nas práticas de autoconsumo entre famílias rurais do extremo sul gaúcho. **Segurança alimentar e nutricional**, Campinas, v. 16, n. 1,. p. 1-17, 2009.

BRANDÃO, C. R. **Plantar, colher, comer**: um estudo sobre o campesinato goiano. Rio de Janeiro: GRAAL, 1981. 181p.

CALZA, D. B. **Diálogo de saberes**: assentamento Santa Maria – COPAVI. Trabalho apresentado na V etapa do curso de Tecnologia em Agroecologia. Lapa (PR): Escola Latino Americana de Agroecologia – ELAA. Setembro, 2009.

CHIARIELLO, C. L. **Análise da gestão de cooperativas rurais tradicionais e populares**: estudo de casos na COCAMAR e COPAVI. 2008. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

DOMBEK, L. A., TERESO, M. J. A., BERGAMASCO, S. M. P. P. Segurança alimentar e autoconsumo em assentamentos rurais do pontal do Paranapanema –

Brasil. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 7., 2006, Quito. **Anais...** Ecuador: ALASRU, 2006.

ECOVIDA. **Certificação participativa**. 2010. Disponível em:<<
<http://www.ecovida.org.br/?sc=SA002&stp=STP0002>>>. Acesso em: 13 mar. 2010.

EMBRAPA. **Levantamento de Reconhecimento dos Solos do Noroeste do Estado do Paraná**. Ministério da Agricultura, 1971.

FUNDECITRUS. **Leprose dos citros**. Disponível em:<<
<http://www.fundecitrus.com.br/Pagina/Leprose,37>>>. Acesso em: 15 fev. 2010.

G1. **Assentamento do MST no Paraná produz e exporta cachaça para a Europa**. 02/09/2009. Disponível em: <<<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL1288744-5598,00-assentamento+do+mst+no+parana+produz+e+exporta+cachaca+para+a+europa.html>>>. Acesso em: 16 set. 2009.

GARCIA JUNIOR, A. R. **Terra de trabalho**: trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1983.

GONÇALVES, S. **Campesinato, resistência e emancipação**: o modelo agroecológico adotado pelo MST no Estado do Paraná. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2008.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. “Plantar pro gasto”: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **Revista de Extensão Rural**, Piracicaba, SP, n. 2, p. 481-515, abr./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032008000200008&script=sci_arttext>>. Acesso em: 13 jan. 2010.

IAPAR. **Cartas climáticas**. 2010. Disponível em:
<<<http://www.iapar.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=604>>>. Acesso em: 23 mar. 2010.

IBGE. **IBGE Cidades**. Produção agrícola municipal – Cereais, leguminosos e oleaginosas. 2007. Disponível em:
<<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2010.

KHATOUNIAN, C. A. **A reconstrução ecológica da agricultura**. Botucatu: Livraria e Editora Agroecológica, 2001.

LOLLATO, M. A.; SEPULCRI, O.; DEMARCHI, M. **Cadeia produtiva do feijão**: diagnóstico e demandas atuais. Londrina: IAPAR, 2001. 48p.

MACHADO; C.M; FERURUZZI, M.G; NIELSEN, S.. Impact of the hard-to-cook phenomenon on phenolic antioxidants in dry beans (*Phaseolus vulgaris*). **Journal of Agricultural and Food Chemistry**, Washington DC, v.56, n.9, p.3102-3110, 2008.

Disponível em: <<<http://pubs.acs.org/doi/abs/10.1021/jf072861y>>>. Acesso em: 15 fev. 2010.

MOURA, I. F. de. **Assentamentos rurais: agregação de valor e comercialização – o caso do assentamento Santa Maria (Paranacity – PR)**. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio ambiente) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

MST. **Textos para estudo e debate do 5º Congresso Nacional do MST**. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2007.

MST. Programa de formação para a cooperação e organização dos assentamentos. São Paulo: MST, **Cartilha de apoio 1**, outubro de 2008.

MST. **Caderno de debate n°2**: para debater os desafios internos do MST. 2009. São Paulo, setembro de 2009. 54p.

MST/CONCRAB. Cooperativas de produção: questões práticas. **Caderno de formação**, São Paulo, v.02, n. 21, abr. 1996.

PIAUI. **O modelo Vitória**. Rio de Janeiro: Editora Alvinegra, junho de 2008. Disponível em:<<http://www.revistapiaui.com.br/edicao_21/artigo_648/O_modelo_Vitoria.aspx>>. Acesso em: 13 ago. 2009.

SANTOS, G. L.; **Resposta Técnica**: tamanho ideal para ser destinado a um animal bovino no sistema de pastoreio voizin. Rio Grande do Sul: SENAI, Serviço Brasileiro de Resposta Técnica/SBRT, maio de 2005, Disponível em: <<<http://sbrt.ibict.br/upload/sbrt752.pdf>>>. Acesso em: 27 dez. 2009.

SEVERINO, M. R. **Organização e processo de trabalho em uma cooperativa do MST: debate teórico no contexto da empresa capitalista e da economia solidária**. 2006. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

SILVA, D. R. da. **Agricultura familiar no contexto do cooperativismo em assentamento rural coletivo**: o caso da Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2007.

SOUZA, J.L. **Manual de horticultura orgânica**. 2. ed. Viçosa: Aprenda fácil, 2006. 843 p.

van Eekeren et al. **Criação de galinhas em pequena escala**. 3.ed. Wageningen: Fundação Agromisa, 2006. 100 p. Disponível em:<<http://www.anancy.net/documents/file_pt/04-p-2006-screen.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2010.

4.6 ANEXOS

ANEXO A – Lista de entrevistados.

ENTREVISTADO	IDA -DE	Sexo	ANOS NA COPAVI	ESCOLARIDADE	SETOR DE TRABALHO
E01	46	M	Pioneiro	Ensino médio incompleto	Cana/Leite
E02	42	F	Pioneiro	Ensino médio completo	Leite
E03	24	F	Pioneiro	Tecnóloga em agroecologia	Sustento
E04	44	M	Pioneiro	Superior incompleto	Cana/Administração
E05	39	F	Pioneiro	4ªSérie	Cana
E06	41	M	Pioneiro	Ensino médio completo	Cana
E07	46	F	Pioneiro	Ensino médio incompleto	Cana/Leite
E08	69	M	Pioneiro	Ensino fundamental	Leite
E09	34	M	Pioneiro	Técnico em contabilidade – Superior incompleto	Administração
E10	66	M	Pioneiro	4ªSérie	Sustento
E11	75	M	13	Alfabetização	Sustento
E12	58	M	5	Ensino médio	Sustento
E13	30	F	3	Alfabetização	Sustento
E14	37	M	11	Ensino médio completo	Cana
E15	25	M	10	Superior completo	Liberado
E16	35	M	1	Ensino médio incompleto	Cana
E17	31	F	5 meses	Ensino médio incompleto	Cana
E18	-	F			Cana
E19	-	M		Ensino médio completo	Cana

4.7 APÊNDICES

APÊNDICE A – Lista de produtos comprados para uso no refeitório comunitário.

PRODUTO	UNID	2001			2002			2003			2004			2005		
		Qtde	TOTAL	Custo total	%	Qtde	TOTAL	Custo Total	%	Qtde	TOTAL	Custo Total	%	Qtde	TOTAL	Custo Total
GÁS	but	44,0	646,00	18,56	45,0	928,00	17,99	46,0	1.156,00	15,43	49,0	1.308,50	15,93	45,0	1.233,50	12,99
FARINHA DE TRIGO	Kg	616,5	425,39	12,22	587,2	676,67	13,11	470,5	701,84	9,37	380,9	476,13	5,80	229,2	250,41	2,64
FEIJÃO	Kg	346,7	422,97	12,15	382,4	606,02	11,74	248,5	609,33	8,14	213,3	409,47	4,99	228,4	342,60	3,61
ARROZ	Kg	758,7	417,29	11,99	954,2	886,83	17,19	918,3	1.353,37	18,07	1.030,6	1.774,54	21,61	988,5	1.359,19	14,32
CAFÉ	Kg	64,0	340,99	9,79	70,7	286,57	5,55	72,4	344,24	4,60	80,4	451,45	5,50	61,7	382,06	4,02
AÇÚCAR	Kg	315,5	217,70	6,25	351,6	222,05	4,30	152,0	144,53	1,93	126,1	77,83	0,95	330,6	235,82	2,48
ÓLEO	lt	149,0	149,00	4,28	358,0	534,88	10,37	484,5	1.074,83	14,35	486,0	1.044,90	12,72	430,0	873,29	9,20
BATATA INGLESIA	Kg	143,5	123,41	3,54	180,5	84,18	1,63	169,5	100,95	1,35	255,4	166,01	2,02	354,6	350,21	3,69
MACARRÃO	Kg	86,5	96,88	2,78	111,3	216,79	4,20	97,0	318,01	4,25	144,3	217,30	2,65	128,2	200,80	2,12
EXT.TOMATE	copo	89,0	89,00	2,56	10.145,0	50,96	0,99	21.208,0	62,89	0,84		54,48	0,66	41.510,0	293,59	3,09
TOMATE	Kg	134,4	88,70	2,55	84,2	55,57	1,08	134,5	136,88	1,83	436,5	305,52	3,72	194,3	191,67	2,02
OVOS	unid	983,0	75,36	2,16	2.149,0	157,73	3,06	1.527,0	181,17	2,42	856,0	85,60	1,04	2.696,0	303,89	3,20
ALHO	gr	8.490,0	42,45	1,22	15.882,2	79,41	1,54	11.830,0	59,15	0,79	12.121,5	60,61	0,74	30.280,0	205,44	2,16
CEBOLA	Kg	50,3	33,20	0,95	110,8	64,22	1,24	206,6	125,93	1,68	583,9	408,73	4,98	181,0	156,14	1,64
FUBÁ	Kg	44,1	29,11	0,84	47,7	26,24	0,51	45,7	25,14	0,34	56,0	44,80	0,55	42,2	35,48	0,37
SAL	Kg	81,3	22,76	0,65	118,7	41,53	0,80	146,9	57,86	0,77	142,3	64,04	0,78	142,5	64,10	0,68
ERVA MATE	Kg	13,0	15,60	0,45	19,0	22,80	0,44	11,0	13,20	0,18	25,0	30,00	0,37	18,0	22,40	0,24
MILHO VERDE/ERVILHA	Lata							137,0	146,45	1,96	52,0	59,80	0,73	38,0	48,25	0,51
CARNE BOVINA	Kg							146,5	675,11	9,01	74,0	358,90	4,37	104,5	577,70	6,09
CARNE (NÃO ESPEC.)	Kg												80,0	229,10	2,41	
CARNE DE FRANGO	Kg															
CARNE MOÍDA	Kg															
PÃO	unid													547,0	671,92	7,08
SOBREMESA	Kg													66,0	321,40	3,39
LARANJA	Kg															
BANANA	Kg															
REPOLHO	unid															
BETERRABA																
Subtotal			3.235,81	92,95		4.940,43	95,75		7.286,85	97,29		7.398,60	90,10		8.027,58	87,95
Total			3.481,41			5.159,84			7.489,85			8.211,76			9.492,41	

Continua na próxima página

APÊNDICE A – Lista de produtos comprados para uso no refeitório comunitário (continuação).

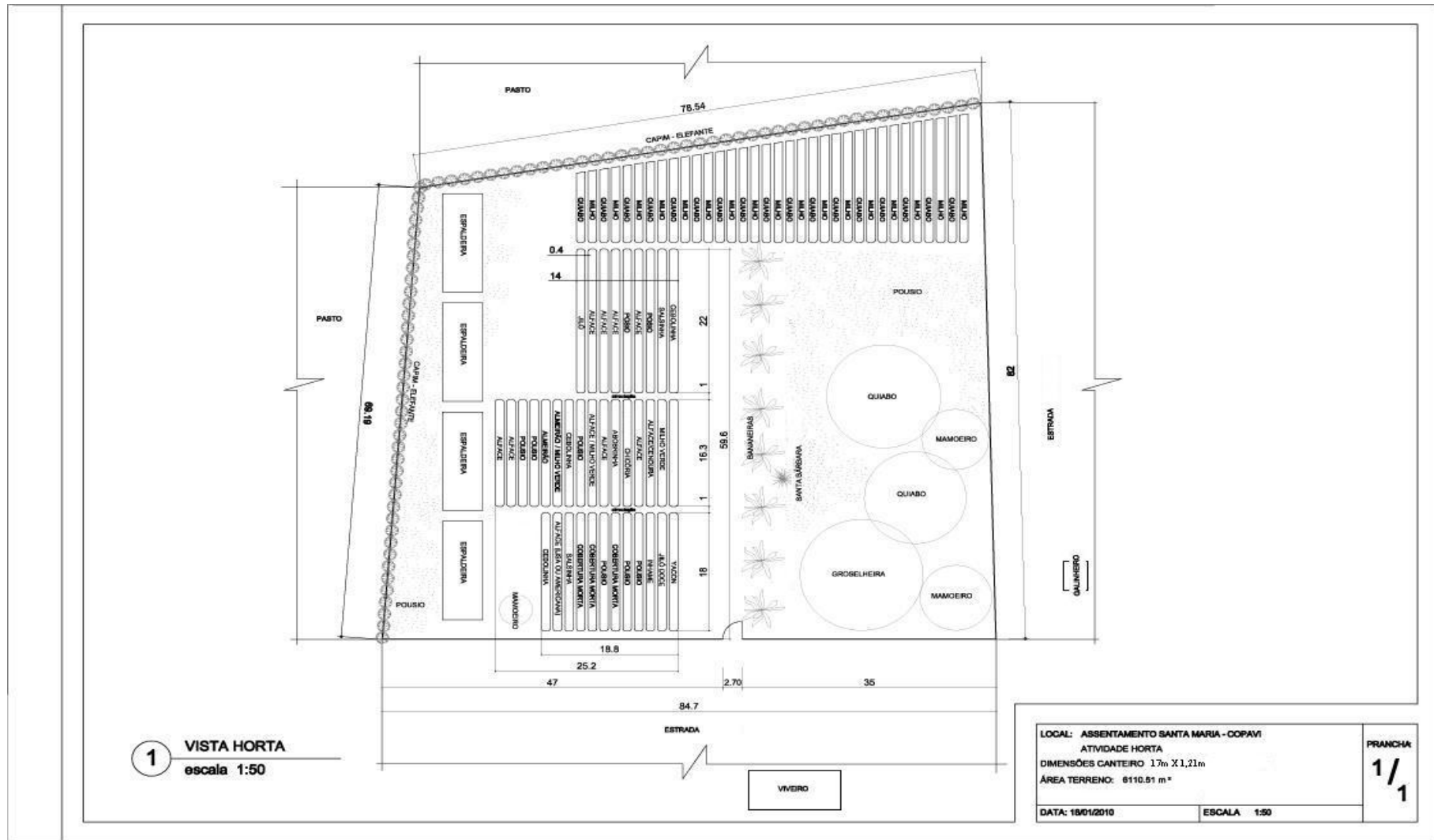
PRODUTO	UNID	2006			2007			2008			2009			
		Qtde	TOTAL	Custo Total	%	Qtde	TOTAL	Custo Total	%	Qtde	TOTAL	Custo Total	%	
GÁS	but	48,0		1.402,50	15,46	54,0	1.602,00	12,00	44,0	1.276,00	8,29	39,0	1.284,50	7,99
FARINHA DE TRIGO	Kg	68,4		67,27	0,74	72,7	98,80	0,74	80,0	143,32	0,93	67,6	101,48	0,63
FEIJÃO	Kg	218,4		368,61	4,06	393,6	588,83	4,41	409,8	1.013,19	6,58	422,9	1.083,24	6,74
ARROZ	Kg	877,8		1.023,71	11,28	802,8	1.044,39	7,82	777,5	1.381,37	8,97	864,1	1.480,55	9,21
CAFÉ	Kg	59,2		394,56	4,35	51,3	370,63	2,78	40,0	300,23	1,95	27,7	207,75	1,29
AÇÚCAR	Kg	210,1		202,94	2,24	287,4	280,40	2,10	257,3	226,47	1,47	332,6	377,97	2,35
ÓLEO	lt	152,0		267,52	2,95	335,0	513,67	3,85	274,0	768,90	4,99	284,0	665,16	4,14
BATATA INGLESA	Kg	384,2		384,20	4,23	549,7	495,76	3,71	477,5	460,41	2,99	282,8	395,62	2,46
MACARRÃO	Kg	149,8		407,58	4,49	187,7	510,59	3,82	145,0	413,30	2,68	95,1	285,30	1,77
EXT.TOMATE	copo			224,08	2,47	55,4	158,29	1,19		235,57	1,53		191,53	1,19
TOMATE	Kg	178,5		287,60	3,17	209,7	257,48	1,93	110,6	152,24	0,99	119,7	206,38	1,28
OVOS	unid	2.498,0		352,78	3,89	2.807,0	332,78	2,49	2.253,0	270,87	1,76	1.281,0	165,40	1,03
ALHO	gr	43.961,5		368,24	4,06	37.893,2	284,45	2,13	45.474,0	227,37	1,48	36.442,3	182,21	1,13
CEBOLA	Kg	162,9		162,90	1,80	129,2	114,99	0,86	209,9	305,61	1,98	129,7	159,55	0,99
FUBÁ	Kg	65,3		78,15	0,86	49,2	67,10	0,50	336,0	440,10	2,86	19,7	24,99	0,16
SAL	Kg	143,5		77,50	0,85	142,1	102,19	0,77	146,9	127,54	0,83	63,5	62,23	0,39
ERVA MATE	Kg	15,0		22,80	0,25	8,0	19,60	0,15	4,0	8,00	0,05			
MILHO VERDE/ERVILHA	Lata	5,0		9,50	0,10	14,0	23,35	0,17	17,0	19,90	0,13	12,0	13,91	0,09
CARNE BOVINA	Kg								151,3	862,34	5,60	100,4	695,76	4,33
CARNE (NÃO ESPEC.)	Kg	93,9		386,24	4,26	23,4	93,37	0,70						0,00
CARNE DE FRANGO	Kg	12,0		30,60	0,34	1.261,7	3.362,11	25,18	1.218,3	3.648,36	23,69	1.515,8	4.648,26	28,92
CARNE MOÍDA	Kg					61,9	246,78	1,85	54,5	288,01	1,87	82,6	532,13	3,31
PÃO	unid	975,5		1.764,33	19,45	535,2	722,52	5,41	452,0	610,20	3,96	518,5	1.046,70	6,51
SOBREMESA	Kg	24,0		120,00	1,32									0,00
LARANJA	Kg	17,5		10,50	0,12	563,0	345,23	2,59	682,7	400,04	2,60	336,3	181,04	1,13
BANANA	Kg					164,4	99,36	0,74	173,2	132,42	0,86	79,7	63,11	0,39
REPOLHO	unid	23,0		23,00	0,25	131,0	163,47	1,22	45,3	43,85	0,28	71,5	87,75	0,55
BETERRABA						22,2	24,76	0,19	17,4	14,35	0,09			
Subtotal				8.437,10	92,99		11.922,87	89,29		13.769,93	89,41		14.142,51	87,99
Total				9.072,72			13.353,32			15.401,05			16.073,53	

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da COPAVI.

APÊNDICE B – Imagem de satélite apresentando a distribuição geográfica dos núcleos de base e das atividades produtivas, janeiro de 2010.



APÊNDICE C – Croqui da atividade horta, janeiro de 2010.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parte-se do entendimento de que no cenário da mercantilização da agricultura e do mundo rural, o agricultor de base familiar passa a direcionar e intensificar o uso de seus recursos produtivos (como área cultivável, mão-de-obra, crédito e insumos) em cultivos comerciais, raramente não conduzindo-se a especialização produtiva. Neste contexto, marcado pelas unidades produtivas se pautarem especialmente na produção de valores de troca (mercadorias), a produção de boa parte dos alimentos a serem consumidos deixa de ser a prioridade deste agricultor familiar (especialista na produção de mercadorias), ou seja, o autoconsumo de alimentos fica em “segundo plano”, no sentido de que passa a depender do planejamento dos cultivos comerciais para serem posteriormente considerados na aplicação dos recursos produtivos. Por fim, assim, por muitas vezes, acabam comprometidas ou limitadas as condições tanto para o cultivo de uma maior quantidade/diversidade de hortaliças, frutíferas e produtos da lavoura, quanto para a criação de pequenos e grandes animais por agricultores de base familiar.

Esta dissertação apresentou, entre outras coisas, uma situação real do “pressuposto” acima apresentado. Como visto ao longo do estudo, a partir do momento em que o mercado dos agroindustrializados da cana (açúcar mascavo, melado e cachaça) demonstrou-se “vantajoso” a COPAVI, a cooperativa passou a direcionar mais recursos produtivos ao setor cana. Assim, paulatinamente os cooperados viram o setor sustento (responsável pela produção de hortaliças, frutíferas, produtos da lavoura e criação de pequenos animais) chegar a sua situação mais crítica, conforme relataram os entrevistados durante as pesquisas de campo.

Se lembrarmos que os entrevistados apontaram a procedência agroecológica como um dos principais benefícios de se produzir o alimento a ser consumido (ao lado do fator economia), mais facilmente poderemos compreender porque os assentados discutem e planejam intervenções no setor sustento da cooperativa. Levando-se isto em conta, parece razoável pensar que as práticas do autoconsumo alimentar deveriam receber por parte dos agricultores de base familiar, relevância igual a dada aos cultivos comerciais, uma vez que o

autoconsumo é uma das poucas e mais seguras maneiras que aqueles têm para garantir (ao menos em parte) que os alimentos que estarão consumindo são isentos de agrotóxicos. Entretanto, como também foi visto, o fato da produção de alimentos para o autoconsumo concorrer em recursos produtivos com os cultivos comerciais coloca os agricultores familiares diante de uma questão fundamental para que organizem suas estratégias de reprodução social: como conciliar ou equilibrar a produção destinada ao mercado com a não menos essencial produção de alimentos para o sustento de suas famílias?

A resposta está longe de ser uma expressão geral ou universal e deverá ser procurada em seu contexto próprio, que permita levar em conta ou considerar aspectos sócio-culturais das famílias (como preservação de valores e de tradições herdadas de antepassados, preferências e hábitos alimentares, relação de afinidade com as atividades produtivas, entre outros) conjuntamente com aspectos técnico-econômicos do entorno produtivo considerado (como viabilidade econômica em função dos custos de produção e rentabilidade, oferta e demanda do produto, condições agroclimáticos de cultivo, etc.).

No entanto, parece viável pensar que um dos caminhos para a resolução da questão possivelmente poderá considerar o que Afrânio Garcia Junior (1983) definiu por alternatividade dos alimentos, em alusão ao fato de que alguns cultivos permitem tanto o autoconsumo quanto a venda, de acordo com a demanda da família, preço no mercado e perecibilidade do produto (*“A alternatividade das lavouras de subsistência”, entre ser vendida ou autoconsumida, permite atuar diante das flutuações dos preços de mercado de forma a maximizar as chances de se atender aos requisitos do consumo familiar*” – GARCIA JÚNIOR, 1983, p.129). Assim, o agricultor familiar também pode obter renda monetária ao cultivar uma maior diversidade de alimentos para o sustento de sua família, na medida em que pode comercializar o “excedente” não consumido.

Em relação a situação atual da produção de alimentos na COPAVI, oportuno esclarecer que o fato dela adquirir externamente produtos alimentares essenciais que poderia produzir, não implica supor que os assentados a ela ligados vivenciem situações de insegurança alimentar e nutricional. Entretanto, a soberania alimentar, discurso do MST, fica comprometida em um assentamento visto pelo próprio Movimento como modelo de reforma agrária. Sabedores disto e sentindo no bolso e “na alimentação” os efeitos do enfraquecimento do setor sustento, os

cooperados passaram a discutir e planejar a adoção de medidas que venham a possibilitar o fortalecimento da produção de alimentos para autoconsumo na cooperativa, tais como a implantação de um novo pomar e de um novo galinheiro. Como também foi apresentado no segundo artigo desta dissertação, os investimentos nestas “estruturas produtivas” correm o risco de serem perdidos ou subaproveitados caso não sejam acompanhados pela destinação de mão-de-obra para o acompanhamento e manutenção das mesmas.

Por fim, os depoimentos e constatações apresentadas ao longo deste estudo, além de validarem o alerta feito pela CONCRAB (MST/CONCRAB, 1996) sobre os impactos que a sobrevalorização de setores ligados à produção de gêneros de alto valor agregado das Cooperativas de Produção Agropecuária podem ocasionar aos setores responsáveis por atividades produtivas, que não representam resultados econômicos expressivos (como a produção de alimentos para autoconsumo), servem para (re)apresentar a questão ao debate acadêmico, aos cooperados da COPAVI e de outras CPAs, ao MST, a CONCRAB e demais interessados; como forma de estimular novos estudos, questionamentos, reflexões e propostas para lidar com o tema. Neste sentido, parece oportuno sugerir que os futuros projetos ou Planos de Desenvolvimento para Assentamentos (PDAs) de organização coletiva (em especial, as CPAs), ao considerarem a questão da viabilidade sócio-econômica da agroindustrialização de produtos, “suponham” e levem em conta os impactos desta na produção de alimentos para autoconsumo das famílias a serem assentadas.

Espera-se ainda que esta dissertação possa ter demonstrado, na óptica dos assentados da COPAVI, alguns dos relevantes papéis do autoconsumo de alimentos para a agricultura familiar (e para a soberania alimentar do país), com a expectativa que possa despertar em outros pesquisadores, o interesse de estudar a realidade desta produção em outras CPAs, assentamentos, ou ainda, em outras formas familiares de produção, como as populações quilombolas e as comunidades de pescadores artesanais.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Editora Hucitec; Edunicamp. 1992.

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e capitalismo no campo. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994. p. 94-104.

ANJOS, F.S. CALDAS, N.V.,HIRAI, W.G. A dimensão rural da insegurança alimentar: transformações nas práticas de autoconsumo entre famílias rurais do extremo sul gaúcho. **Segurança alimentar e nutricional**, Campinas 16(1):1-17, 2009.

BERGAMASCO, S. M. P. P., NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996. 86p. (Coleção primeiros passos; 301)

BERGAMASCO, S. M. P. P., NORDER, L. A. C. **A alternativa dos assentamentos rurais**: organização social, trabalho e política. São Paulo: Terceira margem, 2003.

BORGES, J. L. **A transição do MST para a agroecologia**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

BRANDENBURG, A.; FERREIRA, A. D. D.; FLORIANI, D. da SILVA, O. H. **Ruralidades e questões ambientais**: estudo sobre estratégias, projetos e políticas. Brasília: MDA, NEAD, 397p., 2007.

BUENO, R. **Por que faltam alimentos no Brasil? Reforma Agrária, Já!**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1985.

CALDEIRA, R. My land, your social transformation': Conflicts within the landless people movement (MST), Rio de Janeiro, Brazil. **Journal of Rural Studies**, v.24. 2008. p.150-160.

CALZA, D. B. **Diálogo de saberes**: assentamento Santa Maria – COPAVI. Trabalho apresentado na V etapa do curso de Tecnologia em Agroecologia. Lapa (PR): Escola Latino Americana de Agroecologia – ELAA. Setembro, 2009.

CAMPOS, C. S. S. Campesinato autônomo: uma nova tendência gestada pelos movimentos sociais do campo. **Revista Lutas e Resistências**, v.1, p.146-162, set. 2006. Disponível em: <<http://www2.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/lr146-162.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2009.

CAMUS, L.V. The politics of the MST: autonomous rural communities, the State, and the Electoral Politics. **Latin American Perspectives**, Issue 167, v. 36, n. 4. jul. 2009. p.178-191.

CARDIM, S. E. C. S., VIEIRA, P. de T. L., VIÉGAS, J. L. R. **Análise da estrutura fundiária brasileira. Brasília: Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA)**, 2004. Disponível em: <<http://www.nead.org.br/download.php?form=.pdf&id=95>>. Acesso em: 9 maio 2009.

CARTER, M. Designing land and property rights reform for a poverty alleviation and food security. **Land reform, Land settlement and Cooperatives**. FAO: Roma, 2003. p. 44-57.

CARVALHO, H. M. **Formas de associativismo vivenciadas pelos trabalhadores rurais nas áreas de reforma agrária no Brasil**. Curitiba, IICA/MEPF, 1998.

CARVALHO FIHO, J. J.; ABRAMOVAY, R. Política fundiária: significado. **Relatório Final de Pesquisa referente ao projeto Pnud/SAE**. São Paulo, 1993.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CHIARIELLO, C. L. **Análise da gestão de cooperativas rurais tradicionais e populares: estudo de casos na COCAMAR e COPAVI**. 2008. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

CHONCHOL, J. A soberania alimentar. **Revista Estudos Avançados**, v.19, n.55, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142005000300003&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 out. 2009.

CONSEA. Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional. In: Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2004. **Textos de referência...**Brasília: 2004.

CONSEA. III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: por um desenvolvimento sustentável com soberania e segurança alimentar. **Relatório Final**. Brasília, 2007.

CORREA, A. M. S. et al. **Acompanhamento e avaliação da segurança alimentar de famílias brasileiras: validação de metodologia e de instrumento de coleta de informação**. Brasília, DF: Ministério da Saúde - Organização Pan-Americana da Saúde. São Paulo: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, 2004. Disponível em: <http://www.bra.ops-oms.org/sistema/arquivos/vru_unic.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2009.

DELGADO, G. Questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: RAMOS FILHO, L. O.; ALY JUNIOR, O. (Org.). **Questão agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual**. São Paulo: INCRA/EMBRAPA, 2005.

DIOUF, J. **Total de famintos chegará a um bilhão**. 20 de junho de 2009. Redator: Jamil Chade. Estado de São Paulo, Caderno Economia e Negócios. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090620/index.htm>>. Acesso em: 14 out. 2009.

DOMBEK, L. A., TERESO, M. J. A., BERGAMASCO, S. M. P. P. Segurança alimentar e autoconsumo em assentamentos rurais do pontal do Paranapanema – Brasil. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 7., 2006, Quito. **Anais...** Ecuador: ALASRU, 2006.

DOMBEK, L. A. **Autoconsumo e segurança alimentar em assentamentos rurais do Paranapanema**. 2006. Dissertação (Mestrado em Engenharia agrícola – área de concentração Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola, Campinas, 2006.

EID, F., SCOPINHO, R. A., PIMENTEL, A. E. B. A dinâmica recente da organização social e produtiva em cooperativas de reforma agrária. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 23., 1998. **Anais...** Brasília: SOBER, 1998. p. 767-778.

EID, F. PIMENTEL, A. E. B. A organização da produção em cooperativas de reforma agrária. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. **Anais do XXXVII...** Foz do Iguaçu: SOBER, 1999.

FAO. **Rome declaration on World Food Security and the World Food Summit Plan of action**. 1996. Disponível em: <www.fao.org/docrep/003/w3613e/w3613e00.htm>. Acesso em: 13 set. 2009.

FAO. **Introdução de conceitos chave**. 2000. Disponível em: <http://www.fao.org/sd/links/documents_download/Port.modulo_1.pdf>. Acesso em: 13 out. 2009.

FAO. **Políticas para promover y/o fortalecer la participación y la acción conjunta entre actores público-privados en el desarrollo rural**. 30ª Conferencia Regional de la FAO para América Latina y el Caribe. Brasil: Brasília, 14 al 18 de abril de 2008. Disponível em: <<ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/meeting/013/k1479s.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2009.

FAO. **Food security statistics**. 2009. Disponível em: <<http://www.fao.org/economic/ess/food-security-statistics/en/>>. Acesso em: 14 out. 2009.

FÓRUM MUNDIAL DE SOBERANIA ALIMENTAR. **Declaração do Fórum Mundial sobre soberania alimentar**. Cuba: Havana, 2001.

GARCIA JUNIOR, A. R. **Terra de trabalho**: trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1983.

GARMANY, J., MAIA, F. B. Considering Space, politics, and social movements: an interview with João Pedro Stédile, a Leader within Brazil's O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (the MST). **Antipode Journal**, v.40, n.2, p.187-191, mar. 2008.

GAZOLLA, M. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas**. 2004. Dissertação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre, 2004.

GAZOLLA, M. ; SCHNEIDER, S. A produção da autonomia: os "papéis" do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. **Estudos, Sociedade e Agricultura** (UFRJ), v. 15, p. 89-122, 2007.

GIRARDI, E. P. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2008.

GONÇALVES, S. **Campesinato, resistência e emancipação**: o modelo agroecológico adotado pelo MST no Estado do Paraná. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2008.

GRAZIANO NETO, F. **Questão agrária e ecologia**: crítica da moderna agricultura. 3.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

GRZYBOWSKI, C. Movimentos populares rurais no Brasil: desafios e perspectivas. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994. p. 285-297.

GRISA, C. Para além da alimentação: papéis e significados da produção para autoconsumo na agricultura familiar. **Revista de Extensão Rural**, UFSM, v.14, jan./dez. 2007.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. “Plantar pro gasto”: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **Revista de Extensão Rural**, Piracicaba, SP, n. 2, p. 481-515, abr./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032008000200008&script=sci_arttext>>. Acesso em: 13 jan. 2010.

GUEDES PINTO, L. C. Reflexões sobre a política agrária brasileira no período de 1964-1994. **Boletim da associação brasileira de Reforma Agrária – ABRA**, n.1. 1995.

HOFFMANN, R. Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil. **Revista Estudos avançados**, v.9, n.24, p. 159-172. 1995.

IBGE. **PNAD - SEGURANÇA ALIMENTAR 2004**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2004/suplalimentar2004/default.shtm>>. Acesso em: 14 out. 2009.

IBGE. **Agricultura familiar ocupava 84,4% dos estabelecimentos agropecuários**. Publicado em 30 de setembro de 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1466&id_pagina=1>. Acesso em: 15 out. 2009.

KHATOUNIAN, C. A. **A reconstrução ecológica da agricultura**. Botucatu: Livraria e Editora Agroecológica, 2001.

LAZZARETTI, M. A. **Ação coletiva em assentamentos de reforma agrária:** processos de organização dos trabalhadores rurais. Cascavel: Edunioste, 2003.

LEITE, S. P. et al. **Impactos dos assentamentos:** um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

LEITE, S. P. Autoconsumo y sustentabilidad en la agricultura familiar: una aproximación a la experiencia brasileña. In: BELIK, W. (Org.). **Políticas de seguridad alimentaria y nutrición en America Latina.** São Paulo: Hucitec, 2004.

LEITE, S. P.; ÁVILA, R. V. de. Reforma agrária e desenvolvimento na América Latina: rompendo com o reducionismo das abordagens economicistas. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 45, n. 3, jul./set. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032007000300010>. Acesso em: 10 nov. 2009.

LIMA, R. de O. **Agricultura e modernização capitalista.** 1997. Dissertação. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 1997.

LINHARES, M. Y.; SILVA, F. C. T. da. **História da agricultura brasileira:** combates e controvérsias. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MALUF, R. S. J. **A produção de alimentos depende de reforma agrária efetiva.** I Conferência Nacional de Segurança Alimentar. Brasília: CONSEA, 1995.

MALUF, R. S. J.; GADELHA, E. **Contribuições da produção para autoconsumo no acesso aos alimentos.** Democracia viva, junho 2008. Disponível em: <http://www.ibase.br/userimages/DV_39_artigo2.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2010.

MALUF, R. S. J.; MENEZES, F. **Caderno 'Segurança Alimentar'.** FPH, 2000. Disponível em: <http://www.forumsocialmundial.org.br/download/tconferencias_Maluf_Menezes_2000_por.pdf>. Acesso em: 12 out. 2009.

MARTINE, G., GARCIA, R. C. **Os impactos sociais da modernização da agricultura.** São Paulo: Hucitec, 1987.

MATTOS NETO, A. J. de. A questão agrária no Brasil: aspecto sócio-jurídico. **Projeto História**, São Paulo, n. 33, p. 97-118, dez. 2006.

MOURA, I. F. de. **Assentamentos rurais: agregação de valor e comercialização – o caso do assentamento Santa Maria (Paranacity – PR)**. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio ambiente) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

MST. Elementos sobre a teoria da organização no campo. **Caderno de formação**, n.11. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 1986.

MST. A cooperação agrícola nos assentamentos do MST. **Caderno de formação**, n.20. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 1993.

MST. Princípios da educação no MST. **Caderno de educação**, n.8, 2.ed. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 1997.

MST. **Construindo o Caminho**. São Paulo, jul., 2001.

MST. **Textos para estudo e debate do 5º Congresso Nacional do MST**. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2007.

MST. **História**. 2009a Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/8607>>. Acesso em: 5 out. 2009.

MST. **Quem somos**. 2009b. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/>>. Acesso em: 5 out. 2009.

MST. **MST – lutas e conquistas**. 2009c. São Paulo: Secretaria Nacional, 44p. Disponível em:<<http://www.mst.org.br>>. Acesso em: 5 out. 2009.

MST. **Caderno de debate n°2**: para debater os desafios internos do MST. 2009d. São Paulo, set. 2009. 54p.

MST/CONCRAB. Cooperativas de produção: questões práticas. **Caderno de formação**, São Paulo, v.02, n. 21, abr. 1996.

NORDER, L. A. C. **Assentamentos rurais: casa, comida e trabalho**. 1997. Dissertação. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1997.

NORDER, L. A. C. **Políticas de assentamento e localidade: os desafios da reconstrução do trabalho rural no Brasil**. Wageningen, 2004. 315p.

OLIVEIRA, A. U. de. O campo brasileiro no final dos anos 80. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994. p.45-67.

OLIVEIRA, A. U. de. **Agricultura camponesa no Brasil**. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2001a.

OLIVEIRA, A. U. de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Revista Estudos avançados**, v.15, n.42, set. 2001b. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000300015&script=sci_arttext>. Acesso em: 23 out. 2008.

OLIVEIRA, A. U. de. **Soberania alimentar requer rompimento com agronegócio**. Junho, 2006. Entrevista ao Correio Da Cidadania. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/1862>>. Acesso em: 03 jul. 2008.

OLIVEIRA, A. U. de. **Governo remove qualquer possibilidade histórica de frear agronegócio**. Novembro, 2009. Entrevista ao Correio da Cidadania. Disponível em: <http://www.correiocidadania.com.br/content/view/3937/>>. Acesso em: 14 nov. 2009.

PAGAMUNICI, A. **Estudo dos referenciais de produção coletiva e individual dos assentamentos Santa Maria e Oziel Alves Pereira**. 2001. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Ambiental). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2001. 140p.

PEREIRA, A. J.; LUCEIRO, E. R. Reforma agrária no Brasil e a aplicabilidade da proposta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): o “grupo coletivo Força Jovem” como forma de assentamento. **Economia e desenvolvimento**, n.1, p.70-99, 2000.

PESSANHA, L. D. R. Políticas públicas de combate a pobreza e acessibilidade alimentar: a experiência brasileira recente. XL SOBER. **Anais...Passo fundo**: 2002.

PLOEG, J. D. van der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p.13-54.

PLOEG, J. D. van der. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: PETERSEN, P. (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p.17-31.

PRADO JUNIOR, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1970.

RANGEL, I. **Questão agrária brasileira**. Conselho do desenvolvimento (Presidência da República). Pernambuco, 1962.

RANGEL, I. **Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

ROMEIRO, A. et al. **Reforma agrária: produção, emprego e renda – o relatório da FAO em debate**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1994.

ROSSET, P. **Soberania Alimentaria: reclamo mundial del Movimiento Campesino**. 2004. Disponível em: <<http://www.cerai.es/fmra/archivo/rosset2.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2009.

ROSSET, P. **A crise alimentar: discussão com Peter Rosset**. 2008. Disponível em: <<http://www.landaction.org/spip/spip.php?article309>>. Acesso em: 11 de novembro de 2009.

SAMPAIO, P. A. Urgência da reforma agrária. In: **O fórum mundial sobre a reforma agrária**. Valência: Carta maior, 2004.

SEVERINO, M. R. **Organização e processo de trabalho em uma cooperativa do MST: debate teórico no contexto da empresa capitalista e da economia solidária**. 2006. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

SILVA, D. R. da. **Agricultura familiar no contexto do cooperativismo em assentamento rural coletivo: o caso da Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória**. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2007.

SILVA, J. Gomes da. **Reforma agrária no Brasil – frustração camponesa ou instrumento de desenvolvimento?** Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

SILVA, J. Gomes da. A reforma agrária no Brasil. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994. P. 165-190.

SILVA, J. Graziano da. A industrialização e a urbanização da agricultura brasileira. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.7, n.3, p.2-10. 1993.

SILVA, J. Graziano da. **Um new deal para la agricultura**. Oficina regional de La FAO para America Latina y el Caribe. Santiago, Chile: 2009. Disponível em: <<http://www.rlc.fao.org/es/prioridades/seguridad/>>. Acesso em: 13 de outubro de 2009.

SILVA, J. de R. S. **Segurança alimentar, produção agrícola familiar e assentamentos de reforma agrária no Maranhão**. 2006. Tese (Doutorado em Políticas Públicas). Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

SOUZA, M. A. de. **As formas organizacionais de produção em assentamentos rurais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra**. 1999. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SPAROVEK, G. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. São Paulo: Páginas & Letras, 2003.

STÉDILE, J. P. O MST e a questão agrária. **Revista Estudos avançados**, v.11, n.31, 1997. Disponível em: <http://http://www.scielo.br/pdf/ea/v11n31/v11n31a05.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2009.

STÉDILE, J. P., FERNANDES, B. M. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

STÉDILE, J. P. Conjuntura internacional da agricultura. In: VIA CAMPESINA DO BRASIL. **A situação internacional da agricultura**. São Paulo: 2004.

STÉDILE, J. P. Introdução. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda - 1960 – 1980**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 320p.

TEIXEIRA, I. B. da C. **Desvendando o padrão alimentar de famílias rurais: o que tem no prato?** 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

THOMAZ JÚNIOR, A. Trabalho, Reforma Agrária e Soberania Alimentar (em questão a classe trabalhadora e a luta de classes no Brasil). **Revista Pegada**, v.7, n.2, nov. 2006.

VALENTE, C. The Food (In)Security impact of land redistribution in South Africa: Microeconomic evidence from National Data. **World Development Journal**, v.37, n.9, p.1540-1553, 2009. Disponível em: <http://www.elsevier.com/wps/find/journaldescription.cws_home/386/description#description>. Acesso em: 14 out. 2009.

VEIGA, J. E. R., ASSUMPÇÃO, R. de. Terra circunscrita. In: CALZAVARA, O., LIMA, R. de O. (Org.). **Brasil rural contemporâneo: estratégias para um desenvolvimento rural de inclusão**. Londrina: Eduel, 2004. p. 23-71.

VEIGA, J. E. da. **O que é reforma agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

VEIGA, J. E. da. Fundamentos do agrorreformismo. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994a. p.68-93.

VEIGA, J. E. da. Reforma agrária hoje. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994b. p.298-305.

VEIGA, J. E. da. Pobreza rural, distribuição de renda e crescimento: a experiência brasileira. **Conferência internacional sobre Distribuição de riqueza, a pobreza e o crescimento econômico**. Brasília, 1998.

VIA CAMPESINA DO BRASIL. Histórico, natureza e linhas políticas internacionais. **Cartilha da Via Campesina**. São Paulo, 2002.

WANDERLEY, M. N. B. Capital e propriedade fundiária na agricultura brasileira. In: ARAÚJO, B. J. de. **Reflexões sobre a agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979. p. 15-46.

WANDERLEY, M. N. B. O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. In: PETERSEN, P. (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p.33-45.

WOLF, E. R. **Sociedades camponesas (Peasants Society)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1976.

WOORTMANN, K. O modo de produção doméstico em duas perspectivas: Chayanov e Sahlins. Brasília: **Anuário Antropológico**, 2001. Disponível em: <<http://vsites.unb.br/ics/dan/Serie293empdf.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2009.

ANEXOS

**ANEXO A – Estatuto da Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória – COPAVI.
Paranacity – PR**

Capítulo I : DENOMINAÇÃO, SEDE E NATUREZA

Art. 1º - A Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória Ltda, com sigla COPAVI, regemse

por este estatuto e pelas disposições legais vigentes, tendo:

- a) Sede e administração na cidade de Paranacity Estado do Paraná e foro jurídico na Comarca de Paranacity – Pr.
- b) Área de ação no município de Paranacity –Pr.
- c) O ano social da cooperativa será correspondente de janeiro a dezembro de cada ano. A sociedade tem prazo indeterminado de funcionamento.
- d) Todo o trabalho na cooperativa é coletivo, se caracterizando pela distribuição das atividades em setores de produção, onde cada sócio possui uma atividade específica.

Capítulo II: DOS OBJETIVOS

Art. 2º - A sociedade Cooperativa que reúne os pequenos agricultores a ela associados, terá por objetivo principal o desenvolvimento da produção agropecuária, devendo desenvolver as seguintes atividades para consecução dos seus objetivos:

- a) Coordenar a produção agropecuária em áreas próprias da Cooperativa;
- b) Compra e venda de insumos e produtos agrícolas;
- c) Desenvolver a mecanização agrícola;
- d) Garantir transporte dos bens e produtos;
- e) Implantar sistemas de agroindústrias nos produtos de interesses da sociedade;
- f) Realizar operações de repasse de crédito ou vendas a prazo de atendimentos aos sócios;
- g) Prestação de serviços relacionados com o bem estar de cada sócio;
- h) Buscar assistência técnica;
- i) Buscar capacitação técnica dos sócios;
- j) Comercialização de bens de consumo das famílias;

Art. 3º - A cooperativa poderá utilizar terras dos sócios ou arrendar terras de terceiros, bem como possuir terras próprias para alcançar seus objetivos. Poderá receber doação dos direitos dos sócios.

Art. 4º - A cooperativa promoverá convênios com outras cooperativas, entidades ou organismos públicos para melhor consecução dos seus objetivos.

Art. 5º - A cooperativa apoiará as iniciativas relacionadas com a promoção e a realização da reforma agrária.

Capítulo III: DOS SÓCIOS

Art. 6º - Poderá ingressar na cooperativa toda pessoa acima de 18 anos, que residir na área de atuação, e comprovar possibilidades de contribuir para os objetivos da cooperativa.

Art. 7º - O ingresso será solicitado mediante inscrição abonada por três sócios e encaminhada à diretoria três meses antes da data da assembléia geral, que submeterá o pedido à apreciação da assembléia.

Art. 8º - São direitos dos sócios:

- a) Participar de todas as assembléias gerais, votar e ser votado em qualquer processo decisório;

b) Exigir dos organismos administrativos, informações sobre atividades da cooperativa;

c) Participar das atividades da cooperativa;

d) Demitir-se da cooperativa quando lhe convier;

Art. 9º - São deveres dos sócios:

148

a) Subscrever as cotas-parte que lhe correspondem, contribuir com as taxas de serviços e encargos sociais, determinados pelo regimento interno;

b) Cumprir os estatutos sociais e participar de todas as assembléias gerais da cooperativa;

c) Participar na produção agropecuária, prestação de serviços e atividades gerais da cooperativa, pertinentes aos seus objetivos;

d) Zelar pelo bom funcionamento da cooperativa;

Art. 10º - O sócio responde subsidiariamente pelos compromissos da cooperativa em face de terceiros até o valor da cota capital por ele subscrito.

Art. 11º - A saída do sócio da cooperativa ocorrerá quando;

a) For solicitado pelos sócios;

b) Por morte da pessoa;

c) Por deixar de atender os requisitos estatutários de ingresso e permanência na cooperativa;

d) Por incapacidade civil;

Art. 12º - Nos casos de saída do sócio, assembléia geral decidirá a forma e prazo de devolução de cotas-parte, conforme parecer dos órgãos de administração e de acordo com o regimento interno.

Art. 13º - A participação do sócio em atividade produtiva ou prestação de serviços na cooperativa não gera vínculo empregatício, sendo que a produção é coletiva.

Capítulo IV: DO CAPITAL

Art. 14º - O Capital Social mínimo da sociedade será de Cr\$ 144.000.000, 00 (Cento e quarenta e quatro milhões de cruzeiros), divididos em cotas-parte a serem subscritas pelos sócios fundadores.

Art. 15º - O valor da cota-parte será de Cr\$ 900.000,00 (novecentos mil cruzeiros).

Art. 16º - Cada sócio deverá subscrever no mínimo cinco cotas-parte.

§ 1º - O sócio poderá integralizar a cota-parte em moeda ou correspondente em produtos ou bens.

Art. 17º - A sociedade cooperativa poderá receber doações em dinheiro ou bens para melhor consecução dos seus objetivos, de pessoas físicas e jurídicas ou entidades ou organismos públicos.

Capítulo V: DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 18º - A Assembléia geral é órgão máximo da sociedade, podendo liberar sobre todas as questões relativas a sociedade, respeitando os estatutos e leis.

Art. 19º - Realizar-se-á uma assembléia geral em março, que deliberará sobre os seguintes assuntos:

a) Prestação de contas anual;

b) Destinação dos fundos e sobras ou prejuízos;

c) Avaliação das atividades em geral;

d) Plano de atividades para o ano;

e) Outros assuntos de interesse da sociedade.

Art. 20° - Realizar-se-á sempre que necessário uma assembléia geral extraordinária, que poderá deliberar sobre qualquer assunto do interesse da sociedade, desde que mencione no edital de convocação.

Art. 21° - As Assembléias gerais extraordinárias serão convocadas mediante aviso público de fácil acesso aos sócios com prazo mínimo de 48 horas de antecedência, por uma das seguintes formas:

- a) Pela diretoria;
- b) Pelo Conselho Fiscal;
- c) Por abaixo-assinado com 35 % (trinta e cinco por cento) dos sócios em dia;

Art. 22° - O quorum mínimo para instalação da assembléia geral será de:

a) Dois terços dos sócios em dia, em primeira convocação, no local e hora marcados;

b) Metade mais um dos sócios, quinze minutos após a primeira convocação.

Art. 23° - O funcionamento das assembléias gerais seguirá as seguintes normas:

- a) Serão presididas pelo Presidente ou Vice-Presidente da cooperativa ou no impedimento destes por alguém eleito em assembléia;
- b) Todas as deliberações serão tomadas por maioria simples dos presentes e no caso de mudança de estatuto por 2/3 dos presentes;
- c) A votação deverá ser secreta, sempre que cinco dos presentes solicitar, para qualquer assunto;
- d) Quando se tratar de assunto que envolve interesses particulares da diretoria, ou de algum sócio, os envolvidos não poderão votar.

Art. 24° - Para qualquer processo decisório, cada sócio terá direito a um voto apenas.

Art. 25° - Compete à assembléia geral a decisão sobre a venda de bens, móveis e imóveis de grande valor. A compra e venda de bens de pequeno valor ficam na competência de cada setor, com autorização da diretoria da cooperativa.

Capítulo VI: DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 26° - A cooperativa será administrada por uma diretoria de 5 membros, composto por Presidente e Vice-Presidente, Secretário Geral, Tesoureiro, e Vice-Tesoureiro.

Art. 27° - Os membros da diretoria deverão estar em gozo de seus direitos na cooperativa e terão um mandato de 3 anos, podendo ser renovado, por um período apenas no mesmo cargo.

Art. 28° - A cada eleição deve-se renovar no mínimo três diretores entre os cinco.

Art. 29° - Compete à diretoria decidir, encaminhar e zelar coletivamente por todos os rumos a atividades da cooperativa.

§ 1° - A diretoria estabelecerá sua sistemática e periodicidade de reuniões.

§ 2° - Nenhum componente de cargo receberá salário ou terá vínculo empregatício com a cooperativa.

Art. 30° - Compete ao presidente da cooperativa:

- a) Responder social, política e judicialmente pela cooperativa;
- b) Assinar cheques e movimentar contas em conjunto com o tesoureiro;
- c) Dirigir as assembléias e reuniões de diretoria;

Art. 31° - Compete ao vice-presidente, substituir o Presidente em caso de impedimento este.

Art. 32° - Compete ao Secretário Geral zelar pelos livros e atas administrativos da Cooperativa.

Art. 33° - Compete ao tesoureiro zelar pela ordem financeira e contábil da cooperativa e movimentar as contas bancárias e recursos em conjunto com o presidente.

Art. 34° - Compete ao vice-tesoureiro, substituir o tesoureiro em caso de impedimentos deste.

Art. 35° - Compete, ainda a diretoria coletiva:

- a) Convocar as assembléias gerais;
 - b) Prestar contas de todas as atividades econômicas e financeiras da cooperativa;
 - c) Garantir seu funcionamento para consecução dos seus objetivos;
 - d) Realizar convênios, acordos com outras entidades e organismos;
 - e) Contratar operações de todo o tipo com agências bancárias;
 - f) Contratar e demitir funcionários;
 - g) Propor à assembléia um regimento interno para regular as normas de trabalho, produção, prestação de serviços e organizar o funcionamento interno da cooperativa;
 - h) Propor à assembléia, sanções, punições ou penalidades a sócios;
 - i) Indicar a assembléia proposta de admissão e saída dos sócios;
- 150
- j) Zelar pelo cumprimento do estatuto e do regimento interno;
 - k) Contratar assessoria técnica para consecução dos seus objetivos;

Art. 36° - Ao início de cada gestão a diretoria deverá elaborar um plano de ação para o período, envolvendo todas as atividades da cooperativa, a qual deverá ser submetido à aprovação da próxima assembléia.

Capítulo VII: DO CONSELHO FISCAL

Art. 37° - A administração da sociedade será fiscalizada por um conselho fiscal composto por três membros efetivos e três suplentes, eleitos em assembléia geral, na mesma data da eleição da diretoria, com mandato de 3 anos podendo ser reeleito apenas 1/3 dos seus componentes.

Art. 38° - Compete ao conselho fiscal estabelecer uma sistemática de trabalho que permita a fiscalização das contas e atividades da administração.

Art. 39° - O conselho fiscal poderá contratar auditoria externa, caso assim achar necessário para cumprimento de suas atividades.

Art. 40° - O conselho fiscal apresentará seu relatório e parecer na assembléia geral ordinária de cada ano ou quando solicitado por no mínimo 10 sócios.

Art. 41° - Não poderá haver grau de parentesco de primeiro grau nos membros da diretoria entre si e com os membros do conselho fiscal.

Art. 42° - Em caso de omissão do conselho fiscal, 50 % dos sócios poderão contratar auditoria externa as expensas da cooperativa, mediante abaixo-assinado em documento para esse fim e decidido em assembléia.

Capítulo VIII: DAS ELEIÇÕES:

Art. 43° - Todo sócio em dia com suas obrigações poderá concorrer a qualquer cargo eletivo da sociedade.

Art. 44° - As eleições serão realizadas durante a assembléia geral ordinária que coincide o final da gestão de 3 anos.

Art. 45° - Apresentar-se-ão chapas distintas para os cargos da diretoria e para o conselho fiscal.

Art. 46° - Haverá votação secreta para cada um dos dois organismos e serão proclamadas eleitas as chapas que obtiverem a metade mais um dos votos dos presentes votantes.

§ 1° - Em caso de existência de várias chapas e não conseguir a votação necessária repetir-se-ão as inscrições de chapas e votação quantas vezes forem necessárias para garantir a votação mínima exigida.

Art. 47o – Qualquer membro da assembléia poderá impugnar nomes das chapas baseando-se nas disposições legais do estatuto e nesse caso o nome deverá ser substituído sem prejuízo da chapa, desde que a impugnação seja solicitada até 15 dias após a publicação da chapa.

Art. 48o – Quando houver mais de um terço dos cargos da diretoria vagos, por saída dos sócios, efetuar-se-á a eleição de seus substitutos na próxima assembléia geral para cumprir mandato. Abaixo desse percentual assumirá o vice.

Capitulo IX: DOS FUNDOS E SOBRAS

Art.49o – Serão constituídos os seguintes fundos recolhidos a partir das sobras líquidas anuais:

- a) 10% (dez por cento) para FUNDO DE RESERVA DE CAPITAL, destinando a reparar prejuízos ou atender necessidades do desenvolvimento;
- b) 5% (cinco por cento) para fundos de assistência técnica, educacional e social, destinado à assistência dos sócios;
- c) 30% (trinta por cento) para fundo de investimento, sendo destinado a investimentos na cooperativa para alcançar os seus objetivos;
- d) 20% (vinte por cento) para aumento do capital social.

151

Art. 50o – O saldo das sobras descontados os percentuais anteriores, será distribuído entre os sócios.

Art.51o – O rateio do saldo das sobras entre os sócios será feito pelo critério da proporcionalidade da participação de cada sócio nas operações e serviços da cooperativa.

Art. 52° - Em caso de existência de prejuízos, a assembléia geral deverá decidir sobre recorrer no fundo de reservas ou alienação de alguns bens ou contribuição especial dos sócios.

Capitulo X: DOS LIVROS

Art. 53°- A cooperativa deverá ter os seguintes livros:

- a) Livro de registro dos sócios;
- b) Ata de assembléias gerais;
- c) Atas da diretoria;
- d) Atas do Conselho Fiscal;
- e) Livro de presença dos sócios nas assembléias;
- f) Todos os livros e registros contábeis e fiscais, estabelecidas por lei.

Capitulo XI: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 54°- A sociedade poderá dissolver-se por deliberação da assembléia geral extraordinária convocada para este fim desde que o número de sócios contrários à dissolução seja menor que o exigido por lei para funcionamento da sociedade.

Art. 55° - Os fundos que determinam os estatutos serão indivisíveis entre os sócios em caso de liquidação da sociedade.

Art.56° - A cooperativa contribuirá com 1% (um por cento) das sobras anuais para fundo de apoio à reforma agrária, na Associação Nacional de Cooperação Agrícola, ANCA.

Art. 57° - A cooperativa poderá associar-se ou filiar-se a outras centrais cooperativas ou sociedade que busque os mesmos objetivos a que se propõem.

Art. 58° - Os casos omissos desse estatuto serão resolvidos de acordo com a lei pela assembléia geral.

Art. 59° - O presente estatuto entra em vigor imediatamente após sua aprovação na assembléia geral.

ANEXO B – Fotos da COPAVI

Foto 1 e 2: Placas presentes na entrada do assentamento.



Foto 3: Placa com o lema do IV Congresso Nacional do MST, presente em um barracão da Cooperativa.



Foto 4: Faixa presente na entrada do refeitório comunitário.



Foto 5: Núcleo de famílias (agrovila).



Foto 5: Refeitório comunitário.



Foto 6: Agroindústria da cana.



Foto 7: Sala de ordenha.



Foto 8 e 9: Horta.



Foto 10: Secador solar de frutas (inativo).



Foto 11: Pomar de cítricos em declínio produtivo.



Foto 12: Minhocário (para fornecimento de húmus).

